

Proposta de Desenvolvimento de uma Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro

Nívea Paula de Freitas Ruivo

Dissertação apresentada à Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo
para obtenção do Grau de Mestre em Marketing Turístico.

Trabalho efetuado sob a orientação da:

Professora Doutora Aida Maria Oliveira Carvalho

Mirandela, outubro de 2017

Proposta de Desenvolvimento de uma Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro

Nívea Paula de Freitas Ruivo

Dissertação apresentada à Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo
para obtenção do Grau de Mestre em Marketing Turístico.

Trabalho efetuado sob a orientação da:

Professora Doutora Aida Maria Oliveira Carvalho

Mirandela, outubro de 2017

Dedico este trabalho àqueles que são luz na minha vida: Aos meus Pais, ao Pedro, à
Iris e à Olga.

Resumo

A Santa Casa da Misericórdia é uma instituição de cariz nacional, fundada pela Rainha D. Leonor e presente em Trás-os-Montes e Alto Douro desde o século XVI. A sua importância reflete-se no património que deixa como legado e que constitui o recurso para a criação de uma Rota Religiosa enquanto instrumento de dinamização do território. Este estudo teve como objetivos refletir sobre a presença histórica da Santa Casa da Misericórdia, bem como do seu património como testemunho cultural e identitário de Trás-os-Montes e Alto Douro (NUTS III - Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes); proceder ao levantamento dos Bens patrimoniais e à sua georreferenciação através dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), conducentes à proposição de ações de apresentação e dinamização da Rota. Os objetivos foram concretizados recorrendo-se à fontes primárias, através da aplicação de um questionário e à fontes secundárias que consistem na pesquisa bibliográfica conducente à fundamentação teórica. Procedeu-se ao levantamento das Igrejas e Capelas da Misericórdia integrantes da área de estudo; efetuou-se o traçado dos itinerários componentes da Rota e foram propostas ações de dinamização que incluíam as vertentes da promoção e da interpretação.

Palavras-chave: Rotas; Turismo cultural; Turismo religioso; Santa Casa da Misericórdia.

Abstract

The Holy House of Mercy is an institution, founded by Queen D. Leonor and present in Trás-os-Montes e Alto Douro since the 16th century. Its importance is reflected in the legacy that leaves and that constitutes the resource for the creation of a Religious Route as an instrument of dynamization of the territory. The purpose of this study was to reflect on the The Holy House of Mercy historical presence, as well as its heritage as a cultural and identity testimony of the Region (NUTS III - Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes); to proceed with the survey of patrimonial assets and their geo-referencing through the Geographic Information Systems (GIS), leading to the proposition of actions of presentation and dynamization of the Route. The objectives were fulfilled through the use of primary and secondary sources. Using an exploratory model through the application of a questionnaire interview, clarifications were obtained from those responsible for managing the assets; as a secondary source, a bibliographical research was carried out leading to the theoretical foundation; the Churches and Chapels of the Mercy were gathered from the study area; the itineraries have been traced, and dynamization actions were proposed that included the promotion and interpretation aspects.

Keywords: Routes; Cultural Tourism; Religious Tourism; Holy House of Mercy.

Agradecimentos

Ao longo destes quase dois anos, muitos foram os que contribuíram, direta e indiretamente, para que eu chegasse até aqui. A eles, dirijo os meus agradecimentos:

Em primeiro lugar, quero agradecer, à minha orientadora, Professora Doutora Aida Carvalho, pelos ensinamentos e por todo o apoio prestado em todas as etapas deste trabalho;

À Dr.^a Maria Gouveia, pela preciosíssima ajuda no trabalho com os mapas, pela disponibilidade e pela amizade;

A todos os meus Professores, sempre motivadores em todas as etapas da minha vida; e de modo muito especial, aos meus Professores do Mestrado em Marketing Turístico que muito me ensinaram, inspiraram e contribuíram com a minha vontade de aprender;

À direção da EsACT, na pessoa do Professor Doutor Luís Pires e a todos os colaboradores desta escola;

Aos meus colegas de mestrado, Alberto, Amável, Ana Paula, Ângela, António, Betina, Brito, Fátima, Judite, Katy, Lerby, Manuela, Marina, Nuno, Rute e Ricardo, pelos bons momentos de partilha, alegria e amizade;

À Goreti Escoval, à Fátima Verdelho Fontoura e à Sandra Chaves, por serem amigas e pessoas inspiradoras;

À Amanda Damhuis, por toda a ajuda e empenho em motivar-me para este trabalho;

À Susana Gomes pelos livros, compreensão e simpatia;

Às colaboradoras da Biblioteca Municipal de Mirandela por toda a ajuda dispensada;

Aos Provedores e outras pessoas ligadas à Santa Casa da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro, pela disponibilidade em colaborar com o meu trabalho;

Ao Pedro, que é o meu “porta-estandarte” na batalha da vida;

E, finalmente, à minha família, pelo amor incondicional e pela compreensão das minhas ausências e silêncios.

A todos, de coração cheio, muito obrigada!

Lista de Abreviaturas e/ou Siglas

CAOP - Carta Administrativa Oficial de Portugal

ERT- Entidade Regional de Turismo

Eurostat- Gabinete de Estatísticas da União Europeia

ICOM- Conselho Internacional de Museus

ICOMOS- Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios

INE- Instituto Nacional de Estatística

OMT - Organização Mundial do Turismo

PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo

SIG - Sistemas de Informação Geográfica

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

TMAD - Trás-os-Montes e Alto Douro

UMP - União das Misericórdias Portuguesas

Índice

Índice de Figuras	xii
Índice de Gráficos	xiii
Índice de Tabelas.....	xiv
Índice de Anexos.....	xv
Índice de Apêndices	xv
Introdução	1
Capítulo I - Revisão da Literatura	3
1.1-Conceitos de Turismo.....	3
1.2- Turismo Cultural	5
1.3- O Turista Cultural.....	7
1.4- Património Cultural e Património Religioso	8
1.4-Turismo religioso.....	10
1.5- Peregrinação e Turismo	11
1.6-Rotas Turísticas	14
Capítulo II- Metodologia.....	21
2.1- A metodologia na investigação	21
Capítulo III- Caracterização do Objeto de Estudo	26
3.1- Enquadramento Geográfico.....	26
3.2- Breve Contextualização Histórica	33
3.3- As Igrejas e Capelas da Misericórdia	37
Capítulo IV- Proposta de Desenvolvimento de uma Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro.....	38
4.1- Etapa 1: Definição da Temática.....	38
4.2- Etapa 2: Definição da Rota.....	39
4.3- Etapa 3: Definição dos pontos de interesse	40
4.3.1- Igrejas e Capelas da Misericórdia segundo as respostas obtidas aos levantamentos	43
4.3.1.1- Análise e Discussão dos Resultados.....	43

4.4- Etapa 4: Levantamento de atrativos para a Rota	49
4.4.1- Empreendimentos Turísticos	50
4.4.2- Alojamento Local	50
4.4.3- Agentes de Animação Turística.....	51
4.4.4- Museus.....	52
4.4.5- Áreas Protegidas	53
4.5- Etapas 5 e 6: Levantamento geográfico e de acesso ao património e Aplicação de um programa informático para delimitação e traçado da rota	56
4.6- Etapa 7: Programação de apresentação e interpretação da rota.....	58
4.6.1- Proposta de Itinerários	58
Itinerário 1 – It 1: Mirandela- Chaves – Montalegre	60
Itinerário 2 - It 2: Mirandela-Murça-Vila Real-Minhava-Peso da Régua-Lamego.....	61
Itinerário 3 - It 3: Mirandela-Vila Flor-Torre de Moncorvo-Freixo de Espada-à-Cinta-Vila Nova de Foz Côa- São João da Pesqueira.....	63
Itinerário 4 - It 4: Mirandela-Bragança-Santulhão-Algoso-Penas Roias-Mogadouro-Chacim-Vila Flor-Mirandela	65
Itinerário 5- It 5: Mirandela-Murça-Alijó-Vila Flor- Alfândega da Fé- Castro Vicente-Mogadouro-Miranda do Douro-Santulhão-Mirandela.....	67
4.6.2- Ações previstas para a apresentação e dinamização da Rota da Misericórdia de Trás-os-Montes e Alto Douro	69
4.6.2.1- Principais Objetivos.....	69
4.6.2.2 – Gestão da Rota	70
4.6.2.3 – Ações de Dinamização.....	70
4.7- Análise SWOT.....	77
Conclusões, Limitações do Estudo e Futuras Linhas de Investigação	80
Referências Bibliográficas	84
Referências eletrónicas.....	91
Referências Cartográficas	92
Anexos.....	93
Apêndices	103

Índice de Figuras

Figura 1. Património religioso- relação entre Turismo, Cultura e Religião.	9
Figura 2. Delimitação entre peregrino e turista.	13
Figura 3. Subsídios para a criação de rotas.	16
Figura 4. Etapas para a elaboração de rotas.....	17
Figura 5. Criação de rotas.....	18
Figura 6. Divisão administrativa portuguesa, séculos XIII, XV e XX.	28
Figura 7. Divisão territorial portuguesa – NUTS de nível I, II e III.....	29
Figura 8. NUTS III Alto Tâmega, Douro e Terras-de-Trás-os-Montes	30
Figura 9. Esquema Divisões Territoriais.	31
Figura 10. Produtos âncora e produtos complementares para os Subdestinos do Porto e Norte de Portugal.....	39
Figura 11. Quadro Pesquisa do Património Arquitetónico.....	40
Figura 12. Áreas protegidas de Portugal Continental.....	54
Figura 13. Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro.....	57
Figura 14. Ícones Capelas / Igrejas.....	57
Figura 15. It 1 - Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro.....	60
Figura 16. It 2 - Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro.....	62
Figura 17. It 3 - Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro.....	64
Figura 18. It 4 - Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro.....	66
Figura 19. It 5 - Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro.....	68
Figura 20. Proposta de Logótipo	70
Figura 21. Nossa Senhora da Misericórdia, bandeira, mestre desconhecido, pintura a óleo sobre tela, séc. XVIII Lisboa, Museu de São Roque / Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.	71
Figura 22. Palavras-chave associadas à Rota	72
Figura 23. Mapa QGIS Cloud - Rota da Misericórdia.	74
Figura 24. Proposta de material de merchandising.....	76
Figura 25. Matriz SWOT.....	77

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Classificação dos Bens	42
Gráfico 2. Disponibilidade de visita	44
Gráfico 3. Períodos de visita	44
Gráfico 4. Gestão do Bem	45
Gráfico 5. Utilização do Bem	46
Gráfico 6. Finalidade	47
Gráfico 7. Existência de festividades/eventos	47
Gráfico 8. Empreendimentos Turísticos TMAD	50
Gráfico 9. Alojamento Local TMAD	50
Gráfico 10. Agentes de Animação TMAD	51
Gráfico 11. Museus TMAD	52

Índice de Tabelas

Tabela 1. Obras de Misericórdia	34
Tabela 2. Cronologia da fundação das Misericórdias em Trás-os-Montes e Alto Douro	35
Tabela 3. Relação dos Bens patrimoniais	41
Tabela 4. Festividades/ tradições ou outros eventos associados ao Bem patrimonial....	48
Tabela 5. Responsáveis pela abertura e acompanhamento dos visitantes	49
Tabela 6. Coordenadas geográficas	56
Tabela 7. Matriz SWOT Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro	78
Tabela 8. Registo de Empreendimentos Turísticos, Agentes de Animação e Alojamento Local nas NUTS III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes,	95
Tabela 9. Datas de Fundação das Misericórdias.....	97
Tabela 10. Contactos	134

Índice de Anexos

Anexo I: Registo de Empreendimentos Turísticos, Agentes de Animação e Alojamento Local nas NUTS III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes.....	94
Anexo II: Cronologia de Fundação das Misericórdias.....	96

Índice de Apêndices

Apêndice I: Levantamento acerca do funcionamento das Capelas e Igrejas da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro	104
Apêndice II: Capelas e Igrejas da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro...	107
Apêndice III: Contactos	133

Introdução

A Santa Casa da Misericórdia é uma instituição de cariz nacional, cuja importância assistencial e espiritual remonta ao tempo da rainha D. Leonor. Tendo tido uma importância axial no desenvolvimento social e religioso da sociedade portuguesa, e cuja missão e valores traduzem o espírito de Fé que lhe é característico, está presente em Trás-os-Montes e Alto Douro desde o século XVI, traduzindo a tangibilidade e a intangibilidade dos valores nacionais e regionais e reforçando sentimento de piedade dos seus habitantes.

O seu abundante património poderá reforçar a vertente do Turismo religioso, muito ligado à cultura e às manifestações culturais. Enquanto testemunho das vivências das suas gentes, este é um recurso que contribui para a criação de sinergias no sentido de preservar e valorizar a identidade cultural, incentivando a participação da comunidade e dotando de qualidade a experiência turística. Neste sentido, importa referir que a religiosidade está intimamente ligada à autenticidade de um território e que uma Rota pode motivar os visitantes a conhecê-lo, contribuindo para a dinamização da economia local.

Face ao isolamento geográfico imposto pelas condições naturais e de ordenamento do território português ao longo dos séculos, Trás-os-Montes e Alto Douro, dividida administrativamente em distritos (Vila Real e Bragança) e estatisticamente em NUTS (NUTS III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes) é, hoje, uma região natural e enraizada culturalmente que cria, nos seus habitantes, sentimentos de pertença e de identidade.

No primeiro capítulo deste trabalho, far-se-á uma revisão de literatura, onde serão abordadas as temáticas do Turismo religioso, como tipologia do Turismo cultural e das Rotas Turísticas enquanto instrumento de valorização territorial de índole cultural centrada no património.

O segundo capítulo aborda a metodologia para a condução do estudo, assente na pesquisa-ação, através do recurso a fontes primárias e secundárias e a *sites* oficiais, tendo como efeito a conceção de etapas de desenvolvimento assentes num modelo de conceptualização para a Rota.

No terceiro capítulo, será feita uma caracterização do objeto de estudo, através do enquadramento de Trás-os-Montes e Alto Douro, enquanto realidade geográfica identitária, e de uma contextualização histórica acerca da Misericórdia na área de estudo em análise, seguida de uma breve descrição sobre as principais características das Igrejas e Capelas da Misericórdia.

No quarto e último capítulo, far-se-á a apresentação da proposta da Rota, de acordo com as etapas que foram designadas para a sua conceção, dos itinerários e das ações de divulgação e dinamização propostas para a Rota.

Finalmente, serão feitas as considerações finais e os apontamentos acerca das limitações do estudo e das futuras propostas de desenvolvimento concernentes à temática.

1.1-Conceitos de Turismo

O termo “turismo”, enquanto atividade socioeconómica generalizada e associado à complexidade e multiplicidade de relações que são geradas, carece de uma aceção consensual, existindo várias tentativas para defini-lo. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo é “o conjunto de atividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu entorno habitual, por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros” (Sancho & Buhalis, 1998:46). Esta definição abrange as dimensões geográfica, temporal, motivacional e cultural; para que haja atividade turística, deve primeiro haver uma deslocação para fora do ambiente habitual¹ do indivíduo; que a sua permanência seja por um período determinado e limitado no tempo; que aí realize um conjunto de atividades motivadas pela satisfação de necessidades de lazer, negócios e outras, implicando, esta deslocação, num contacto com a cultura do local visitado, através das relações geradas com as pessoas e com o seu património.

Ignarra (1999:24) considera o turismo como um “(...) fenómeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos que, por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, económica e cultural”. De acordo com este autor, esta multiplicidade de relações resulta de um fenómeno complexo que inclui a componente geográfica associada às motivações e acrescida ao fator de que a viagem não pode compreender nenhuma atividade lucrativa ou remunerada.

As relações geradas pelo turismo dão origem ao sistema turístico, composto por quatro elementos básicos: a procura, a oferta, o espaço geográfico e os operadores do mercado (Sancho & Buhalis, 1998). Pode-se inferir, a partir dos conceitos enumerados que a

¹ A OMT conceitua “entorno habitual como a área circundante ao seu local de residência e todos os lugares que frequenta habitualmente” (Sancho & Buhalis, 1998:46).

procura é composta pelo conjunto de potenciais e efetivos consumidores dos bens ou serviços turísticos; a oferta é o conjunto de bens ou serviços postos à disposição dos consumidores para a satisfação das necessidades implícitas na experiência turística; o espaço geográfico é o lugar físico onde é disponibilizada a oferta para consumo da procura e onde se encontra a população residente e, por último, os operadores são as empresas ou organismos que têm como função principal facilitar estas inter-relações.

No âmbito da procura, do conjunto de indivíduos ligados ao turismo, podemos diferenciar os viajantes e os visitantes e, dentro destes, os turistas e os excursionistas. Para a OMT, um viajante é qualquer pessoa que viaje entre dois ou mais países ou entre duas ou mais localidades do seu país de residência habitual por diversas razões (trabalho, migrações, diplomacia ou outras); quando esta viagem está relacionada ao turismo, este viajante é, então, classificado como visitante. Dentro da categoria dos visitantes, podemos distinguir o turista e o excursionista, sendo o primeiro, aquele que permanece no destino por mais de 24 horas e aí pernoita. E o excursionista é aquele que não pernoita no local visitado (Sancho & Buhalis, 1998).

Grosso modo, o turismo pode ser classificado “(...) segundo a origem dos visitantes, segundo as repercussões na balança de pagamentos, a duração da permanência, o grau de liberdade administrativa e a organização da viagem” (Cunha, 2001: 34). Conforme a origem, o turismo pode ser doméstico ou interno, recetor ou emissor; de acordo com a balança de pagamentos, pode ser de exportação ou de importação; consoante a duração, de passagem ou permanência; segundo a liberdade administrativa, pode ser livre ou dirigido, consoante tenha ou não liberdade de trânsito em um território. Interessa elucidar a última classificação enumerada, dado que, a organização da viagem pode ser individual ou coletiva, e, dela depende a motivação.

Interessa salientar que em todas as definições de turismo aqui enumeradas, pode-se observar a presença da componente motivacional, nas suas mais variadas formas. As motivações são tantas e tão diferentes consoante são os indivíduos, existindo motivações centrais e motivações secundárias. Dentre as primeiras, as mais importantes e significativas dizem respeito aos fatores sociais, culturais, patrimoniais, ambientais e económicos.

Neste contexto, subjacente às motivações culturais, estão o desejo que as pessoas têm de ver coisas novas, aumentando os seus conhecimentos; o conhecimento dos hábitos de outros povos e a satisfação de necessidades espirituais, dentre outros. Desta forma, o turismo é “(...) um meio de proporcionar o encontro de culturas que lhe são preexistentes e de estabelecer relações com valores adquiridos” (Cunha, 1997: 170), surgindo assim, as diversas tipologias de turismo, dentre as quais, o Turismo Cultural.

1.2- Turismo Cultural

O turismo, na sua génese, permeia-se e confunde-se nos mais diversos meandros da história das civilizações, desde a Grécia Antiga ao período de romanização. Em termos internacionais, a história do turismo encontra-se associada e consolidada em torno de um conjunto de três realidades, situadas entre os séculos XVIII e XX (Costa, 2005): A realização do *Grand Tour*; a criação do primeiro pacote turístico, por Thomas Cook, no século XIX e o fenómeno do turismo de massas, com origem na década de 50.

Na origem de todas as formas de turismo, os elementos civilizacional e cultural encontram-se fortemente presentes : No caso do *Grand Tour*, o fator de motivação encontrava-se relacionado ao conhecimento da cultura de outros povos; no caso dos pacotes turísticos criados por Thomas Cook, a motivação consistia em aliviar o *stress* criado pelos modos de vida do ambiente industrializado e dar a conhecer às pessoas a forma de vida no campo; na fase do turismo de massas, associado à motivação de visitar lugares climaticamente mais agradáveis, estava o desejo de contactar outras civilizações, povos e estilos de vida (Costa, 2005).

O termo “cultura” expressa a relação entre o que é materialmente construído e o que é vivenciado pelo homem, combinando, numa simbiose, as aprendizagens, as práticas sociais e materiais humanas, incluindo os valores tangíveis e intangíveis (Bujdosó *et al*, 2015). Quando estes valores são dados a conhecer aos visitantes, há um reforço positivo da identidade das comunidades locais, que passam a preservá-los e valorizá-los.

O termo cultura, por vezes, é identificado como sendo pertença a uma classe social ou a um estrato social específico, mas, numa perspetiva antropológica, a cultura é o modo como os seres humanos pensam, dizem, fazem e fabricam. Esta perspetiva tenta diminuir o etnocentrismo e o elitismo afirmando o universalismo da cultura humana e o particularismo das culturas (Pereiro, 2009:104), sem hierarquizá-las ou negar as manifestações culturais socialmente desvalorizadas.

O Turismo Cultural é, num sentido amplo, um produto turístico que leva em consideração a singularidade cultural com ênfase na satisfação das motivações intelectuais e, num sentido mais estreito, consiste em realizar uma viagem com uma motivação cultural (Bujdosó *et al.*, 2015), baseando-se na capacidade histórica e cultural de um país incluindo todo o ambiente sociocultural, suas tradições e costumes (Ismagilova, Safiullin & Gafurov, 2015)².

Não pode existir turismo sem cultura porque este é uma expressão cultural que pode ser pensada como uma das atividades que mais tem fomentado o contacto intercultural entre pessoas, povos e grupos. Este contacto está relacionado com a natureza da atividade turística, quer na sua componente geográfica, como na sua componente de serviço, essencialmente baseado nas interações e relações humanas (Pereiro, 2009). O fenómeno turístico gera relações culturais e pode traduzir-se numa vivência multissensorial e cultural, prevendo um crescimento, segundo a OMT, até 2020 e, gerando impactos positivos e/ou negativos.

A relação económica entre a cultura e o turismo, resulta na comercialização da imagem de um território, sendo o património cultural o elemento-chave desta imagem (Shishmanova, 2015:248). Enquanto impactos positivos, o turismo cultural faz crescer a preocupação com a identidade cultural (Bujdosó *et al.*, 2015: 313; Pereiro, 2009:111), com a redescoberta de tradições, com a autoconsciência local face aos visitantes e a com

² Para estes autores, o potencial histórico e cultural do país é um dos principais fatores do turismo, porque: 1) Consiste num meio importante para a aproximação dos turistas através do conhecimento do património histórico e cultural, sendo um forte incentivo turístico; 2) Os bens patrimoniais são um importante meio para o desenvolvimento económico das cidades ; 3) Diminui as flutuações sazonais e distribuindo de maneira mais uniforme as correntes turísticas no território; 4) Cria uma imagem favorável da região, uma vez que, o "*branding*" do património histórico e cultural é usado como fator de diferenciação.

revitalização do sentido identitário (Pereiro, 2009:111) enquanto aporte de autenticidade, uma vez que há, cada vez mais, a procura por experiências turísticas autênticas.

1.3- O Turista Cultural

McKercher (2002) define o Turista Cultural como alguém que visita ou pretende visitar uma atração cultural, galeria de arte, museu, sítio histórico, ver ou participar de um festival ou outras atividades culturais em qualquer momento da viagem independentemente da sua motivação principal.

Este autor identifica cinco tipos de turistas culturais:

- I. O turista cultural intencional é aquele que tem como maior motivação aprender sobre outra cultura ou património, normalmente, este tipo de turista tem uma profunda experiência cultural.
- II. O turista cultural observador é aquele que tem como maior motivação aprender sobre outra cultura ou património, mas a sua experiência é mais voltada para o entretenimento.
- III. O turista cultural fortuito é aquelas cujas motivações culturais têm um papel limitado na decisão de visitar um destino, tendo este tipo de turista, um envolvimento superficial com o destino.
- IV. O turista cultural ocasional é aquele cujo turismo cultural tem um papel pequeno ou não significativo no processo de decisão, mas quando, no destino este turista participa das atividades turístico-culturais, com uma experiência superficial.
- V. O turista cultural orientado para surpresas é aquele cujo turismo cultural não influi ou influi pouco na sua decisão de visitar um destino, mas, enquanto este tipo de turista visita atrações culturais, acaba por ter uma experiência profunda.

Segundo o autor, os quatro primeiros tipos de turistas culturais abrangem uma vasta maioria dos turistas culturais em qualquer destino e refletem a relação existente entre as motivações culturais e a profundidade da experiência.

Para Marujo (2014), o turista cultural procura relacionar-se com a comunidade local, valorizar a cultura em toda a sua complexidade e singularidade, movimentando-se à procura de ícones que caracterizam a identidade local e a memória coletiva, assim sendo, a sua motivação é multidimensional.

Pode-se afirmar que o turista cultural tem interesse pela deslocação pessoal ao lugar, valorizando a noção de viagem, procura o diferente e o autêntico através de experiências reais, envolve-se com o destino e com os seus habitantes, desvalorizando as simulações (Smith, 2009).

1.4- Património Cultural e Património Religioso

Segundo a Carta Internacional do Turismo cultural (ICOMOS, 1999), o património inclui, tanto o ambiente natural, como o ambiente cultural, incluindo as paisagens, os locais históricos, as práticas culturais passadas e continuadas formando a essência de diversas identidades, dentre as quais, as identidades regionais. O património cultural não é uma realidade estática nem deve estar fechado à comunidade, devendo estar ao serviço da educação e fruição coletivas (Molina, 2014). Podemos afirmar que o património cultural é uma expressão da cultura dos grupos humanos que recupera memórias, ritualiza sociabilidades, seleciona bens culturais e transmite legados para o futuro (Pereiro, 2009:142) quiçá, por isso, o maior recurso do Turismo cultural. Em Portugal, cerca de 75% do património inventariado é de índole religiosa, sendo administrado pela Igreja, particulares e o setor público, conforme a natureza e a tutela jurídica dos bens. O Turismo cultural com enfoque para o Turismo religioso está desta forma muito ligado à cultura e às manifestações culturais, quer de natureza tangível ou intangível, pertencente, em muitos casos, a ambos os segmentos. Assim, este mesmo património é testemunha da História, das crenças e da fé de um povo.

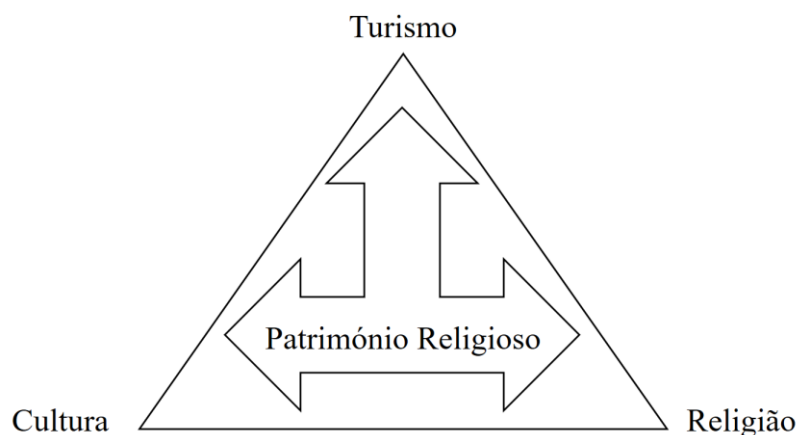


Figura 1. Património religioso- relação entre Turismo, Cultura e Religião.

Fonte: Guimont, 1997 *apud* Pereira & Peres, 2010:42.

Pereira & Peres (2010: 42-43), referem como “Turismo” as atividades e serviços turísticos, utilizados/ prestados, quer nos espaços religiosos e/ou civis; em relação ao termo “Cultura”, referem a valorização cultural e a fruição dos atrativos do destino, a realização de circuitos temáticos e multitemáticos, as visitas a espaços musealizados e a monumentos, a fruição parcial de eventos culturais ou de festividades tradicionais; o termo “Religião” diz respeito às motivações devocionais, de vivência do culto, de renovação espiritual e pela relação com o sagrado (promessas), as peregrinações, a participação em eventos de culto, a inclusão em reuniões e retiros espirituais, estão relacionadas com as práticas religiosas e, finalmente, o termo “Património Religioso” que: “(...) para lá da dimensão espiritual inerente, possui elementos arquitetónicos, artísticos, históricos, simbólicos e paisagísticos que o transformam num importante recurso turístico de uma região ou de um país.” (Pereira & Peres, 2010:43). Pode-se dizer que o património religioso está ligado ao turismo, enquanto componente da oferta de atração; está ligado à religião, enquanto testemunho material da fé e, à cultura, enquanto manifestação cultural por meio da religiosidade.

Além da dimensão espiritual, o Património Religioso possui elementos arquitetónicos, artísticos, históricos, simbólicos e paisagísticos que o transformam num importante recurso turístico contribuindo para a criação de sinergias no sentido de preservar a identidade cultural e religiosa (Maio, 2004) e incentivando a participação da comunidade no sentido de dotar de qualidade e autenticidade a atividade turística de carácter religioso.

1.4-Turismo religioso

A religião é um sistema organizado de crenças, cerimônias, práticas e adoração que se centram em um Deus(es) ou divindade(s) (Vukonić, 2000) sendo, desde sempre, o motor espiritual de todas as civilizações. As peregrinações e os centros religiosos são as formas mais antigas de turismo, tendo originado viagens em todas as épocas e em todas as partes do mundo (Cunha, 1997:169).

O termo Turismo religioso começou a ser utilizado, a partir de 1960, com a Conferência Mundial de Roma e é um conceito formado por outros dois conceitos distintos: O turismo e a religião. Ambos os fenómenos têm processos evolutivos díspares: a religião, na sua ancestralidade, e, o turismo com um desenvolvimento mais moderno. Este binómio tem sido estudado como um fenómeno de tentativa de equilíbrio entre a vivência num mundo agitado e a natural busca da divindade pelo ser humano (Perilla & Perilla, 2013:240).

Considera-se Turismo Religioso todo aquele motivado, em parte, ou exclusivamente por razões religiosas (De La Torre, Naranjo & Cárdenas, 2012:243), e na sua composição podem-se observar padrões religiosos, culturais, tradicionais, espirituais e paisagísticos (Serrallonga & Hakobyan, 2011:63), estando diretamente relacionado com o Património Cultural que pode expressar-se através de bens patrimoniais, tangíveis e intangíveis como a tradição, a memória cultural e os sentimentos.

De la Torre, Pérez & Cárdenas (2015) consideram a relação entre turismo e religião sob duas perspetivas:

- a) A perspetiva da motivação exclusivamente religiosa;
- b) A perspetiva do turismo como viagem espiritual contemporânea.

Na primeira perspetiva, observa-se a ligação à divindade, à religião ou à religiosidade, cujos valores podem ser expressos através do sentimento religioso materializado pela fé. Já a segunda perspetiva centra-se na busca de autoconhecimento, como um processo de

liberdade e libertação, enquanto experiência de viagem espiritual vivenciada na contemporaneidade, mas sem ligação à religião ou à fé devocional.

Para Vukonić (2000) o turismo religioso pode manifestar-se enquanto peregrinação; enquanto presença em festas e romarias ou enquanto visita a monumentos religiosos. De acordo com a literatura estudada, a primeira forma de manifestação expressa uma ligação efetiva à fé, enquanto as outras, podem estar ligadas ou não à componente devocional, porque o turista pode participar de uma festa ou de uma romaria; visitar um monumento para fruir o seu tempo de descanso, como enriquecimento cultural, conhecimento de uma tradição ou aprendizagem sobre a história de um monumento ou de um estilo arquitetónico.

Para Carvalho (2011:624), embora o termo peregrinação remeta a uma manifestação muito peculiar, pode incluir-se na denominação comum de turismo religioso, pois o fenómeno vem, geralmente, acompanhado de implicações turísticas, seja pela utilização dos mesmos meios de transporte que os turistas, pelo consumo nos estabelecimentos de alojamento e restauração, pela compra de *souvenirs* ou por ser difícil delimitar e caracterizar todas as motivações implicitamente relacionadas às deslocações aos centros religiosos.

Pereira & Peres (2010:43) defendem que o Turismo cultural e o Turismo religioso constituem um único produto, porquanto, numa viagem por motivos unicamente religiosos não se consegue desprender dos interesses culturais inerentes porque a simples deslocação do local habitual de residência para contactar com outras realidades, transforma a viagem num motivo cultural.

1.5- Peregrinação e Turismo³

³ Em consonância com a literatura estudada, para a elaboração deste trabalho, optou-se pelo conceito de Turismo religioso que abrange tanto as deslocações exclusivamente motivadas pela fé como aquelas onde a componente cultural é uma motivação de viagem.

As deslocações aos Santuários, Mosteiros, Catedrais, Igrejas e Capelas poderão estar, ou não, implicitamente condicionadas à questão da crença e da fé dos visitantes, diferenciando-se, para o efeito, os conceitos de peregrinação e turismo. É difícil distinguir, entre os visitantes, aqueles que se dirigem aos centros religiosos por mera curiosidade ou razões culturais daqueles que o fazem exclusivamente motivados pela fé.

Gonzalo (2006) entende que toda peregrinação deve ser uma viagem motivada por questões religiosas e realizada por uma pessoa crente a um espaço sagrado. Esta é feita conforme as motivações do peregrino, o percurso e o lugar sagrado de destino (Carvalho, 2011). A busca pelo sagrado e a conotação espiritual ligadas à devoção religiosa, permite distinguir este tipo de viagem das viagens no âmbito do turismo religioso com motivações religiosas e culturais.

A diferença entre turista e peregrino incide no grau em que a motivação religiosa tem influência na decisão para realizar a viagem (De la Torre, Naranjo & Cárdenas, 2012) sendo esta, na verdade, o fator de distinção entre a peregrinação e o turismo religioso (Carvalho, 2011); este último, não pode ser visto como uma atividade puramente mercantil, dado que, abrange uma componente espiritual.

A peregrinação e o turismo apresentam-se como duas estruturas de valores e sentido distintas apesar de empiricamente muito articuladas. As fronteiras são bastante fluídas e porosas, constituindo-se em estruturas de significado que se articulam e se combinam de várias maneiras, formando arranjos sempre renovados e em constante mutação (Calvelli, 2009).

Figura 1
DELIMITACIÓN ENTRE PEREGRINO Y TURISTA

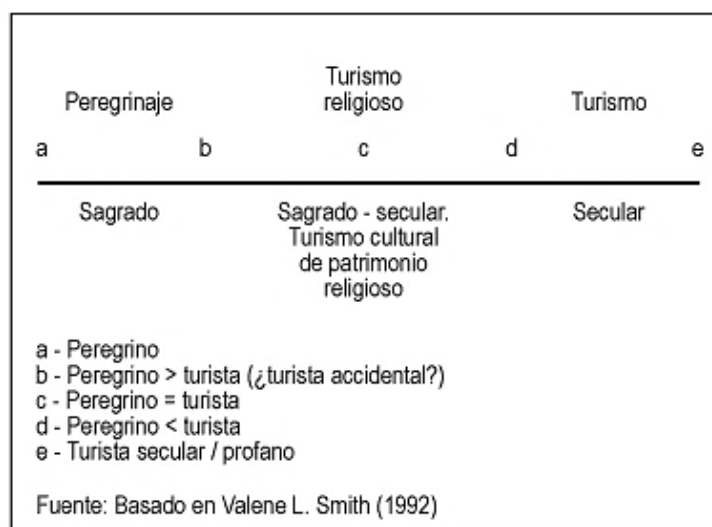


Figura 2. Delimitação entre peregrino e turista.

Fonte: Smith (1992) *apud* Valiente (2006:67).

Smith (1992 *apud* Valiente,2006:67) relaciona peregrinação e turismo como dois pontos de uma linha onde situar-se-iam uma ampla gama de combinações entre a esfera mais sagrada e a mais secular, englobando o turismo religioso e refletindo as amplas motivações dos visitantes que visitam os centros religiosos. Assim, a peregrinação, ligada ao sagrado, estaria em um dos polos (a) e no polo oposto estaria o Turismo (e), ligado ao secular; o turismo religioso estaria na intersecção entre os dois, num misto entre o sagrado e o secular.

Para Valiente (2006), toda a peregrinação é um ato de culto, unido à oração e à penitência, já no turismo religioso, o lugar sagrado é visitado, mas não é o principal motivador da viagem. Ainda que participem com devoção dos momentos de culto, os turistas religiosos dão prioridade a visitar monumentos e ver objetos pertencentes à cultura religiosa. Para além das motivações religiosas, outras motivações atraem os turistas a destinos religiosos: motivações culturais, relacionadas com a busca da identidade cultural, da tradição e do “local”; motivações sociológicas, como meio de participação e integração social e motivações espirituais, fora do âmbito religioso (De la torre, Peres & Cardenas,2016).

1.6-Rotas Turísticas

As rotas turísticas, quer de caráter geral quer as rotas temáticas, são muito procuradas no Turismo cultural e pretendem conduzir as atividades, convidando o visitante a percorrer um périplo em determinada categoria patrimonial; oferecem, para o efeito, temáticas de interesse e facilitam o acesso a outras atrações ou locais (Maia & Baptista, 2011), contribuindo para a valorização dos bens culturais e evidenciando os recursos endógenos de um território.

Uma rota cultural evidencia os intercâmbios espaciais e culturais que demonstram o papel da cultura na sociedade, extravasando a mera comunicação ou o caráter de produto turístico, constituindo um património associado à memória coletiva (ICOMOS, 1999).

Deve-se diferenciar os conceitos de Rota e Itinerário Cultural porque os termos podem gerar alguma confusão. Enquanto uma rota “é um produto ou destino que nasce da combinação de recursos e serviços, reúnem e organizam o conjunto de elementos de interesse do público visitante, sob uma determinada temática (...)” (Salvador & Baptista, 2011:4), um Itinerário Cultural é um bem cultural unitário e uma categoria patrimonial definida pelo ICOMOS como:

“Toda vía de comunicación terrestre, acuática o de otro tipo, físicamente determinada y caracterizada por poseer su propia y específica dinámica y funcionalidad histórica al servicio de un fin concreto y determinado, que reúna las siguientes condiciones: a) Ser resultado y reflejo de movimientos interactivos de personas, así como de intercambios multidimensionales, continuos y recíprocos de bienes, ideas, conocimientos y valores entre pueblos, países, regiones o continentes, a lo largo de considerables períodos de tiempo. b) Haber generado una fecundación múltiple y recíproca, en el espacio y en el tiempo, de las culturas afectadas que se manifiesta tanto en su patrimonio tangible como intangible. c) Haber integrado en un sistema dinámico las relaciones históricas y los bienes

culturales asociados a su existencia.” (Carta dos Itinerários Culturais, ICOMOS,2008:2)

Gómez & Quijano (1992), definem rota como uma descrição de um caminho, especificando os lugares de passagem e propondo uma série de atividades e serviços.

Para Figueira (2010), uma rota é um tipo específico de percurso constituído por um tronco funcionando como eixo principal e por ramos complementares daquele, percorrida num determinado espaço de tempo, tematicamente autónoma ou ligada a outra rota, organizada com uma geografia muito objetiva, e desenvolvida numa determinada direção, podendo ser consumida em forma de percurso dirigido à temática dominante e agregando vários atrativos e atividades que a enriquecem como produto turístico singular.

De acordo com Bernier (2006), as rotas podem ser consideradas desde o ponto de vista turístico enquanto recurso, destino ou produto. Enquanto recurso⁴, constituem um atrativo, passível de ser visitado e podem motivar a deslocação de pessoas, podendo existir apenas na cultura e não ser, ainda, parte do mundo do turismo; enquanto destino⁵ e, de uma perspetiva puramente geográfica, podem conduzir e motivar a escolha daquela região para ser visitada durante a viagem, seja em visitas acompanhadas ou através de material de divulgação, e, enquanto produto⁶, pode constituir-se numa oferta apelativa e atrativa, que satisfaça as motivações da procura e possam, por isso, ser comercializadas e ofertadas pelos operadores turísticos ou outros agentes e materializáveis em pacotes, circuitos ou excursões.

O produto rota é geralmente centrado numa componente patrimonial orientada para agregar os recursos endógenos de uma região e concorrem para o desenho final de

⁴ Um recurso turístico “(...) é todo o tipo de atrativo, natural ou artificial, que exerce um apelo suficientemente forte para promover deslocação de pessoas com o objetivo de ser apreciado, visitado, utilizado ou simplesmente fruído.” (Domingues,1997:256)

⁵ Cunha (2001:42), define, de modo geral, um destino como um local eleito para a viagem ou um local importante visitado durante a viagem.

⁶ “Define-se como produto turístico aquilo que é oferecido ao turista, desde as infraestruturas de acesso, os distintos locais de alojamento, a alimentação, a hospitalidade, como também os recursos ambientais e naturais e o património histórico e cultural (...) passíveis de serem comercializados e consumidos” (Calvelli, 2009:83).

Itinerários e Circuitos⁷, estes recursos são elementos ativos, na medida em que sua perspectiva funcional é alargada ao uso turístico.

Para a criação de uma rota, deve-se selecionar um tema central que constitua um fio condutor e, subjacente a este, deve existir uma oferta turística integral, versátil e atrativa que inclua serviços públicos e privados (Molina, 2014); atividades de natureza turística, como alojamento, restauração, agências de viagens, informação e transportes; atividades de aplicação turística, geradoras de motivações culturais, que atraiam os turistas, como a animação e a informação turística; e estruturas de apoio ao turismo, como as infraestruturas, vias de comunicação e serviços de transporte (Bernier, 2009).

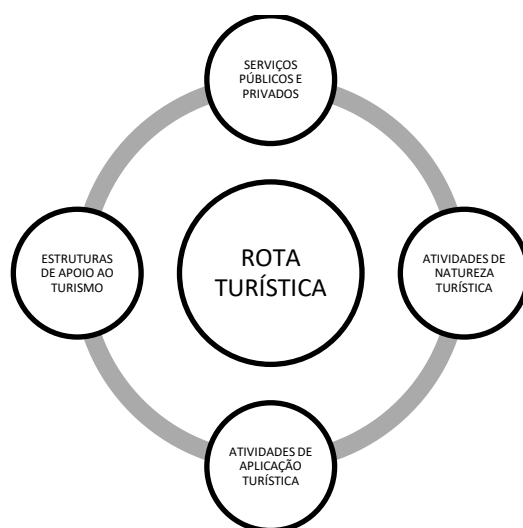


Figura 3. Subsídios para a criação de rotas.

Elaboração própria (2017) baseada em Bernier (2006); Molina (2014).

Para Fernández & Guzmán (2005), os elementos componentes de uma rota são os seguintes: uma temática distintiva; um itinerário desenvolvido com base na rede viária ou outro tipo de comunicação; a existência de um modelo de gestão específico; informação e promoção; sinalética própria; um mapa contendo informações sobre a rota.

⁷ Um itinerário é “um percurso, descrito com maior ou menos detalhe, unindo pontos de interesse turístico de um caminho, enquanto o Circuito, compreende “uma linha de percurso com um ponto coincidente de partida e de chegada (Figueira, 2010).

Paula & Bastos (2002) afirmam que a elaboração de uma rota turística deve ser composta por quatro etapas: definir qual a rota a implementar, apresentar quais os pontos turísticos que irão compor a rota, efetuar o levantamento geográfico e de acesso que liga os pontos turísticos e aplicar um programa que irá traçar a rota. Figueira (2010)⁸, indica como primeira etapa, a definição da temática, que entende-se, ser precedente à definição da rota, pois, para isso, devem ser feitos estudos prévios; a segunda etapa é igual em ambos os autores visto que a definição de pontos de interesse não pode prescindir da componente geográfica; o autor define como terceira etapa, o levantamento dos recursos; entende-se que, dada a necessidade de acesso por parte dos turistas, nesta etapa não se pode prescindir do levantamento de acessibilidades que conduzem aos pontos de interesse; como última etapa, o autor define a programação e interpretação da rota. Entende-se que a aplicação de um programa, seja, também, uma ferramenta de programação e interpretação, então, última fase de ambos os autores, trata de evidenciar a narrativa da rota através do traçado, da programação e da interpretação. Subjacentes a ambas as fases, está a criação dos itinerários. Assim, entende-se que haja uma relação de complementaridade entre os dois autores estudados, no tocante à elaboração de uma rota turística, conforme figura 4.



Figura 4. Etapas para a elaboração de rotas.

⁸ Para Figueira (2010), há quatro linhas de arranque para a criação, implementação e desenvolvimento de qualquer rota: Como primeira linha, importa definir a temática, em seguida, deve-se definir os pontos de interesse turístico relacionados a espaço geográfico onde se vai desenvolver a rota, depois, deve-se proceder ao levantamento dos recursos pertinentes para compor os atrativos da rota e, finalmente, programar a apresentação e interpretação da rota.

Elaboração própria (2017) baseada em Paula & Bastos (2002); Figueira (2010).

Baseando-se na literatura estudada, sintetiza-se:

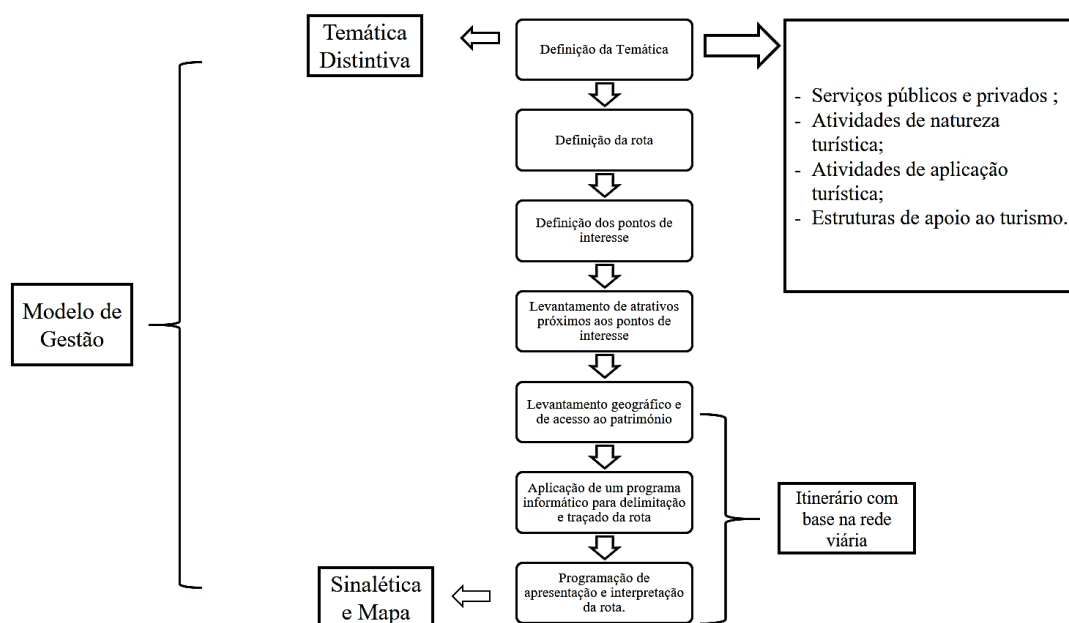


Figura 5. Criação de rotas.

Elaboração própria (2017), baseada em: Paula & Bastos (2002); Fernandez & Guzmán (2005); Bernier(2009); Figueira (2010); Molina (2014).

A etapa de programação de apresentação da rota, está diretamente ligada ao levantamento geográfico e à aplicação de um programa para delimitar o traçado da rota, nesta etapa, são definidos os itinerários.

Para Figueira (2010), os itinerários podem ser organizados de acordo com:

- O produto turístico (desportivos, históricos, artísticos, etnográficos, educativos, ecológicos, de saúde, termalismo, outras práticas terapêuticas, comunitários, campos de férias, de férias, de aventura, culturais e religiosos);
- O meio de transporte utilizado (pedestres, rodoviários, marítimos e fluviais, aéreos);
- A temática;
- O desenho de percurso (lineares ou nodais⁹);

⁹ “O critério é o do ponto de encontro servindo de entrada e de saída do Itinerário. Assemelha-se ao Circuito que geralmente se constitui de uma visita iniciada num ponto forte e visível, terminando aí no retorno.” (Figueira, 2010:90)

- e. A extensão geográfica (local, nacional, regional, internacional);
- f. O tempo de duração (Curta duração¹⁰, média duração¹¹, duração normal¹² e de longa duração¹³)

A construção de Rotas, para ser sustentável, tem inevitavelmente de ser orientada à questão do conhecimento, organizando uma narrativa genuína, capaz de competir no mercado global e respondendo aos interesses dos diversos intervenientes, dentre os quais, os turistas, os operadores, os prestadores de serviços e as comunidades locais (Figueira, 2010).

Segundo Bernier (2006), os principais fatores diferenciadores das rotas culturais são: o carácter ativo em comparação com outros segmentos, como sol e praia ou desportivo, onde o visitante é um mero espectador ou apenas “disfruta” do ambiente, sem participação na envolvente; vinculadas ao conhecimento e ao prazer, pressupõe um certo nível cultural por parte do seu mercado-alvo; o segmento de férias culturais apresenta um custo acima da media de férias tradicionais o que importa, numa oportunidade de dinamizar a economia local; e, finalmente, a diversidade e heterogeneidade das rotas culturais contribuem para a satisfação de uma diversidade de motivações, promovendo a passagem do estatuto económico de excursionista a turista e aumentando o tempo de permanência dos visitantes no território. As rotas turísticas permitem, ainda, consolidar a cultura produtiva regional; sensibilizar e conscientizar os locais e visitantes para a importância do património; incorporá-las aos grandes circuitos nacionais outros circuitos turísticos localizados em espaços marginais, periféricos e preservar o património (Fernández & Guzmán, 2005).

¹⁰ “Não carece de alojamento; pode ser realizado numa manhã ou numa tarde; pode ter ou não as refeições; pode ser também 1 dia ou uma noite; pode ser uma visita a um Circuito de cidade ou ponto não urbano de interesse turístico; pode corresponder a distância entre 120 e 150 km ou o que for convencionado no acto de compra.” Figueira (2010:91)

¹¹ “Carece de alojamento e pode demorar 1 ou 2 noites com refeições e complementos de animação e lazer incluídos. Pode ocorrer em fins-de-semana, pontes em feriados oficiais, acontecimentos sazonais e eventos especiais.” (Figueira, 2010:91)

¹² “Períodos de 1 ou 2 semanas, período clássico de férias, mediante programas mais ou menos complexos.” (Figueira, 2010:91)

¹³ “Períodos superiores a 15 dias que se desenvolvem com maior preparação de viagem, estada e ocupação dos turistas.” (Figueira, 2010:91)

Segundo Bernier (2006), as rotas religiosas estão dentre os segmentos genéricos que com mais frequência existem e conceptualizam rotas de carácter cultural¹⁴, conforme foi referido. O grande papel da religião no desenvolvimento das civilizações, a presença histórica da religião e a sua presença tangível e intangível através do património faz com que subsista um abundante património religioso enquanto potencial recurso para a criação de rotas temáticas. Estas podem ser oferecidas na vertente da promoção e do desenvolvimento do território, vinculada a uma forte marca institucional e governativa ou na vertente da promoção e venda por agentes económicos do setor do turismo (Figueira, 2010). Importa ressaltar, que, em ambas as modalidades, ganha o território, uma vez que, quando bem geridas, transformam-se em recursos financeiros e humanos, capazes de reverter a realidade inerente aos territórios de baixa densidade.

Pulido (2006) refere que as rotas culturais enfrentam alguns problemas para se tornarem produtos turísticos. O autor enumera, como problemas, a existência de património válido, mas com pouca infraestrutura turística; elementos patrimoniais de difícil acesso, muitas vezes, fechados ao público; elevada sazonalidade; mais promoção que comercialização do produto; consideração da rota como algo estático; rota como desenho, puramente, intelectual; pouca informação; grandes diferenças nas prestações da oferta turística de base ao longo do território; dificuldade a perceção da rota como um produto homogéneo; ausência ou deficiência de sinalização em rotas de diferentes territórios e sinalização não-uniforme e carência de verdadeiros intérpretes do património cultural.

Entende-se que a boa gestão das rotas, passa pelo levantamento de potencialidades, necessidades, conscientização e participação dos habitantes locais, valorização e reforço da identidade patrimonial, boas práticas de interpretação e promoção, inovação e criatividade e que, estas ferramentas, associadas à colaboração dos setores público e privado, de natureza económica, social e académica poderão ser boas ferramentas no tocante à sua conceptualização, implementação e gestão.

¹⁴ Segundo Bernier (2006:87-90), os segmentos são: Rotas históricas, artísticas e monumentais; rotas folclóricas e artesanais; rotas gastronómicas; rotas de memória e interpretação histórica; rotas de eventos culturais e rotas religiosas.

2.1- A metodologia na investigação

O método científico “é um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenómenos” (Severino, 2010: 102). A crescente e progressiva individualização das áreas de conhecimento, a partir do século XIX, fez com que, estes procedimentos também variassem e fossem desenvolvidos novos procedimentos ou métodos, visto que as relações entre os sujeitos e os objetos dão origem a resultados diferentes consoante as especificidades das áreas de conhecimento onde se inserem os estudos ou as investigações. Através do método, é possível traçar o caminho a ser seguido e detetar erros que auxiliem as decisões do cientista (Lakatos & Marconi, 2003 :83).

A pesquisa-ação é um dos inúmeros tipos de procedimentos metodológicos de investigação. Além de compreender a situação, tem como objetivo, intervir, com vistas a modificá-la, num processo que integra um ciclo no qual se aprimora a prática através da avaliação e da aprendizagem no decorrer do processo.

O conhecimento visado articula-se a uma finalidade intencional de alteração da situação pesquisada. Assim, ao mesmo tempo que se realiza um diagnóstico e a análise de uma determinada situação, a pesquisa-ação propõe um conjunto de mudanças que levem a um aprimoramento das práticas analisadas (Severino, 2010:120).

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. Não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque e abordagem, chegando a conclusões inovadoras (Lakatos & Marconi, 2003).

2.2- Metodologia do Estudo: Objetivo e Objeto

O presente estudo tem como objetivo final a criação de uma rota religiosa da Misericórdia em Trás os Montes e Alto Douro, a partir do património de cariz religioso legado pela permanência da Santa Casa da Misericórdia nesta Região.

Para a concretização do referido objetivo utilizou-se uma abordagem qualitativa complementado pelo recurso a fontes secundárias através da pesquisa bibliográfica, assente em bibliografia especializada com a finalidade de conhecer e estudar a presença da Santa Casa da Misericórdia, através da sua história e do seu património. Contudo, no paradigma qualitativo, segundo Creswell (2007), a recolha de dados é feita num contexto no qual os participantes experienciam o tema ou problema, sendo a interação direta amplamente privilegiada, por este método o investigador examina os documentos e levantamentos realizado aos participantes, considera as fontes progredindo a sua análise categorial para dar sentido ao estudo e culmina com o processo indutivo que envolve uma dinâmica circular de progressiva abstração e de regresso aos dados. Partindo destas premissas e a sua respetiva concretização neste estudo, justifica-se assim, a escolha desta abordagem para que seja possível a aquisição de informação mais consistente.

De seguida, foi feito um levantamento dos Bens patrimoniais: Igrejas e Capelas da Misericórdia integrantes da área de estudo, abaixo indicadas. Para tal, recorreu-se à informação disponibilizada em *sites* oficiais, dentre eles, o *site* www.monumentos.gov.pt, por se entender que a informação apresentada obedece a critérios fidedignos. Foi realizada uma pesquisa pela palavra-chave “Misericórdia”, nas áreas geográficas definidas na etapa anterior.

Deste levantamento, foram encontrados os seguintes Bens patrimoniais:

1. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro;
2. Capela da Santa Casa da Misericórdia de Penas Róias;

- 3.Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Castro Vicente;
- 4.Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro;
- 5.Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Algosó;
- 6.Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Santulhão;
- 7.Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé;
- 8.Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor;
- 9.Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Bragança;
- 10.Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela;
- 11.Capela do Senhor da Misericórdia, Chacim, Macedo de Cavaleiros;
- 12.Edifício e Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Moncorvo;
- 13.Capela do Espírito Santo e Hospital Velho de Moncorvo¹⁵;
- 14.Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta;
- 15.Capela da Santa Casa da Misericórdia de Murça;
- 16.Capela da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real;
- 17.Capela da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, em Minhava;
- 18.Capela da Colegiada de Santa Ana / Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real;
- 19.Capela da Santa Casa da Misericórdia de Alijó;
- 20.Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira;
- 21.Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Lamego;
- 22.Capela de Nossa Senhora da Misericórdia de Vila Nova de Foz Côa, Almendra;
- 23.Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Peso da Régua;
- 24.Igreja e Provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Chaves;
- 25.Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre.

Após a pesquisa, foi elaborada uma lista de *e-mails* e de contactos telefónicos dos informadores-chave (responsáveis pela gestão do património, responsáveis pelo posto de turismo local, membros das comissões fabriqueiras) para se proceder a um levantamento acerca do funcionamento e utilização dos Bens patrimoniais, tendo sido enviado um

¹⁵ Incluído na listagem na fase seguinte, aquando do contacto com os técnicos de turismo do Município de Torre de Moncorvo.

modelo de questionário em ficheiro *Google docs*. Optou-se por esta ferramenta, cujas vantagens são permitir a colaboração em tempo real e ser de fácil acesso.

A construção da entrevista obedeceu a uma definição dos objetivos pré-definidos, revisão bibliográfica e algum nível de informalidade sem perder de vista o objetivo específico, como fonte de material empírico para o estudo.

O pedido de informações tinha como objetivo saber se o Bem patrimonial era visitável, em que horários, quem o geria, quem acolhia os visitantes, se era utilizado pela comunidade local e com que finalidade e, por último, se havia alguma festividade ou tradição associada. Com base no cruzamento da informação recolhida, propôs-se um modelo de conceptualização da Rota, tendo em conta as seguintes etapas:

1. Definição da temática;
2. Definição da rota;
3. Definição dos pontos de interesse;
4. Levantamento de atrativos próximos aos pontos de interesse;
5. Levantamento geográfico e de acesso ao património;
6. Aplicação de um programa informático para delimitação e traçado da rota;
7. Programação de apresentação e interpretação da rota.

Por se entender que os atrativos culturais, os equipamentos e os serviços turísticos podem criar sinergias para o desenvolvimento do turismo religioso através das rotas e de uma rede de destinos, aumentando o tempo de permanência de visitantes no território, foi feito um levantamento nos *sites* www.pordata.pt <https://rnt.turismodeportugal.pt> (etapa 4) da oferta da região.

Com base nas coordenadas geográficas disponibilizadas no *site* www.monumentos.gov.pt, relativas a cada um dos Bens encontrados, realizou-se o traçado dos itinerários componentes da Rota (etapas 5 e 6) recorrendo a ferramentas do Sistema de Informação Geográfica (SIG). O critério mais valorizado foi a existência de

estradas de acesso aos bens/localidades por se entender que a acessibilidade é um requisito fundamental dada a extensão territorial onde se insere.

Finalmente, foi feita uma proposta de dinamização da Rota que incluía ações de promoção, apresentação e interpretação (etapa 7), com a finalidade de estimular a cooperação entre os diversos intervenientes públicos e privados e a participação ativa dos habitantes locais na Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro.

Capítulo III- Caracterização do Objeto de Estudo

Para uma melhor compreensão acerca do objeto deste estudo, far-se-á uma caracterização histórico e geográfica da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, seguindo-se a caracterização das Igrejas e Capelas da Misericórdia.

3.1- Enquadramento Geográfico

Para este trabalho optou-se por usar a nomenclatura mais tradicional e identitária desta região: Trás-os-Montes e Alto Douro. Baseando-se neste facto, caracterizar-se-á, de maneira breve, esta realidade territorial.

Portugal é um país com mais de oitocentos anos e, ao longo da sua História, por razões diversas, na tentativa de melhor governar este território, foram definidos limites administrativos que, coincidem, em maior ou menor escala com a noção enraizada de região. “Uma região é um espaço médio, menos extensa que a nação e mais vasto que o espaço social de um grupo, que integra lugares vividos ou espaços sociais coerentes e específicos e que a tornam facilmente distinguível por representações na percepção dos habitantes ou estranhos” (Frémont, Gonçalves & Mendes, 1980:167).

Neste contexto, dá-se um processo conhecido como “enraizamento” que se traduz na relação de pertença entre os homens e os lugares. Este tipo de relação com o lugar, faz com que o homem projete no espaço os seus valores, conferindo grande importância à duração (familiar e histórica), à renovação da vida (ligação à figura materna e ao solo) e à delimitação do património (Frémont, Gonçalves & Mendes, 1980). Deste tipo de relação resulta uma organização do espaço assente na ligação efetiva ao território e que, pode ser observada nos modos de vida, nas vocações económicas e nos costumes dos seus habitantes.

Estas divisões podem ser chamadas de regiões históricas, que, embora destituídas de qualquer função administrativa, considera vivo o sentimento de pertença dos seus

habitantes que “designam-se também pela mesma apelação regional, que não raro ostentam com brioso patriotismo local e marca de solidariedade para com os conterrâneos” (Ribeiro,1987:62).

O território português encontra-se organizado de acordo com o substrato étnico, em civilizações autóctones, aquando das primeiras incursões romanas (século II a. C.), esta delimitação, prende-se com o curso dos seus principais rios: Douro, Tejo e Guadiana.

Na Idade Média, a divisão tradicional “aparece esboçada pela primeira vez num codicilo do testamento de D. Dinis, datado de 1299. Às unidades desta divisão se dará, um século depois, o nome de comarcas; no decurso do século XVI concorre já com ele o de províncias, que acaba por prevalecer” (Ribeiro,1970:315). A divisão medieval é baseada em terras ou territórios que, tendo dimensão mutável e díspar de área, era traçada pelo soberano em função da conveniência administrativa, em resultado da progressão geográfica ou das características de povoamento, sendo o norte do Douro a região de mais antiga consolidação e organização.

Em 1323, esta região aparece referida como “d’aalem dos Montes come d’aquem”, ao passo que ao tempo de D. João I se alude a “Tralos Montes” e a “Tras os Montes”, numa clara referência à orografia do território, isolado pelo relevo (Serras do Gerês, Cabreira, Alvão e Marão).

No século XVI, Trás-os-Montes organizava-se em três comarcas: Miranda, Moncorvo e Vila Real e, no século seguinte, o panorama regional permanece quase inalterado. Em meados do século XVIII, é criado o Partido do Porto, uma divisão territorial baseada na gestão militar e na necessidade defensiva do território (Santos,1985).

Já no século XIX, a Constituição de 1822, formalmente declara que o Continente se compõe das províncias de Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Reino e, em 26 de junho de 1867, a lei de Martens Ferrão, reduzia os distritos a onze, com a particularidade de denominar a região transmontana como Trás-os-Montes Superior (Bragança) e Trás-os-Montes inferior (Vila Real).

Através do Decreto-Lei nº 27424 de 31 de dezembro de 1936, o Governo publica o Código Administrativo, que cria então, onze províncias, dentre as quais Trás-os-Montes e Alto Douro que abrangia os Distritos de Vila Real e Bragança, sendo extinta em 1976.

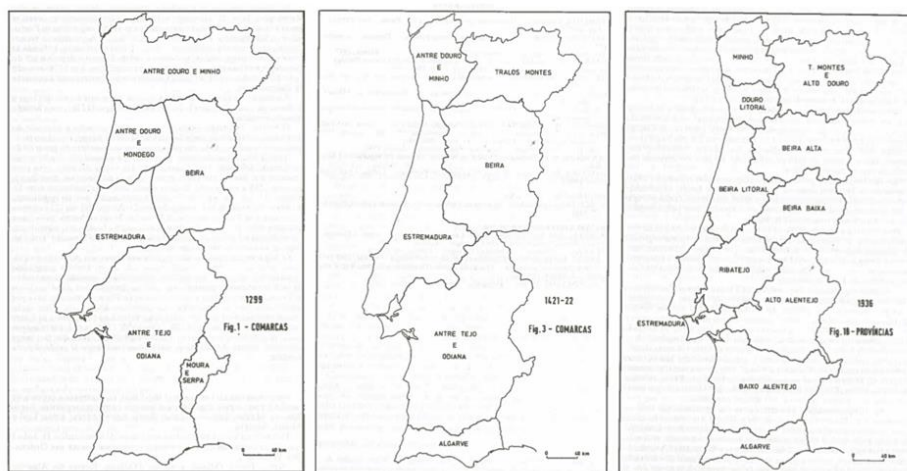


Figura 6. Divisão administrativa portuguesa, séculos XIII, XV e XX.

Fonte: Santos (1985: 27; 1985:31; 1985:131)

Pode observar (figura 6) que a divisão administrativa de Portugal, embora tendo variado, ao longo da sua História, considera com algum caráter de unidade, o território correspondente à antiga província de Trás-os-Montes e Alto Douro. Esta forma de pensar o território, aliada às suas características peculiares, conduzirá a um reforço da identidade e do sentido de pertença regional.

Atualmente, vigoram dois tipos de divisões territoriais: a divisão administrativa e a divisão em NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos). Sendo a primeira:

“(…) a mais antiga nomenclatura territorial estabelecida por lei. O Decreto-Lei nº 46 139/64, de 31 de dezembro referia como circunscrições administrativas os distritos, os concelhos e as freguesias. Nos termos da Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976, as autarquias locais são pessoas coletivas de base territorial, dotadas de órgãos representativos cujo objetivo é a promoção dos interesses próprios das populações respetivas (artigo 235º). Para o Continente,

são contempladas três categorias de autarquias locais: a freguesia, o município (substituindo a designação de concelho) e a região administrativa (artigo 236º)” (www.ine.pt).

Relativamente às NUTS, “a nomenclatura subdivide-se em 3 níveis (NUTS I, NUTS II, NUTS III), definidos de acordo com critérios populacionais, administrativos e geográficos” (www.pordata.pt) e tem como objetivo “servir de referência no sistema de recolha, desenvolvimento e harmonização das estatísticas regionais ao nível comunitário e na análise socioeconómica das regiões, e é utilizada para enquadrar as políticas regionais comunitárias” (www.ine.pt).



Figura 7. Divisão territorial portuguesa – NUTS de nível I, II e III.

Fonte: www.pordata.pt.

O âmbito territorial a que se refere este trabalho, está adstrito às NUTS III Alto Tâmega, Douro e Terras-de-Trás-os-Montes representadas em destaque no mapa (figura 8).



Figura 8. NUTS III Alto Tâmega, Douro e Terras-de-Trás-os-Montes

Fontes: Série Cartográfica Nacional, 1:500000, CAOP, DGT, 2013; NUTSIII, Eurostat, 2013.

No que se refere a estas divisões e, para uma melhor contextualização do trabalho em questão, recorre-se ao quadro (figura 9) que mostra, na primeira coluna a antiga divisão da província que vigorou até 1976, com o agrupamento dos concelhos por Distrito (que é a divisão administrativa atual). Na coluna, mais à direita, foram transpostos os concelhos correspondentes às NUTS III da área de estudo.

Trás-os-Montes e Alto Douro	NUTS III
Distrito de Bragança Alfândega da Fé Bragança Macedo de Cavaleiros Miranda do Douro Mirandela Mogadouro Vimioso Vinhais Vila Flor Carrazeda de Ansiães Freixo de Espada à Cinta Torre de Moncorvo	Terras de Trás-os-Montes Alfândega da Fé Bragança Macedo de Cavaleiros Miranda do Douro Mirandela Mogadouro Vimioso Vinhais Vila Flor
Distrito de Viseu Armamar Lamego São João da Pesqueira Tabuaço	Douro Carrazeda de Ansiães Freixo de Espada à Cinta Torre de Moncorvo Armamar Lamego São João da Pesqueira Tabuaço Vila Nova de Foz Côa Alijó Mesão Frio Mondim de Basto Murça Peso da Régua Sabrosa Santa Marta de Penaguião Vila Real
Distrito da Guarda Vila Nova de Foz Côa	
Distrito de Vila Real Alijó Mesão Frio Mondim de Basto Murça Peso da Régua Sabrosa Santa Marta de Penaguião Vila Real Boticas Chaves Montalegre Ribeira de Pena Valpaços Vila Pouca de Aguiar	Alto Tâmega Boticas Chaves Montalegre Ribeira de Pena Valpaços Vila Pouca de Aguiar

Figura 9. Esquema Divisões Territoriais.

Elaboração própria (2017).

Em conformidade com os dados do INE (2015), a superfície total da área correspondente às NUTS III da região em análise é de aproximadamente 12.497,09 km², a NUT III Terras de Trás-os-Montes é a de maior extensão.

O interior do país sofre um esvaziamento progressivo a partir dos anos 50 do século XX, devido à necessidade que grande parte da população do interior sentiu em ter “melhores possibilidades de emprego e de progresso social” (Daveau, 1995), traduzindo-se, nos dias de hoje, no fenómeno da desertificação do interior em detrimento do litoral. Este

fenómeno atinge Trás-os-Montes e Alto Douro e tem consequências económicas e sociais graves.

Uma outra característica bem marcante da Região é a sua ruralidade, presente nas culturas da oliveira, da vinha, da castanha, dos cereais; na criação do gado, na fabricação do queijo e dos enchidos, cuja tradição rememora os tempos ancestrais das culturas de subsistência.

O isolamento geográfico, conduziu à preservação das tradições, representadas pelas festas cíclicas, pelas lendas, pelos ditos populares, pelo vocabulário específico e por uma religiosidade popular dotada de afeto.

Assim, pode dizer-se que, em termos físicos, o território em estudo se apresenta heterogéneo e que, em termos administrativos, resulta de diversas maneiras de organização no decorrer da História de Portugal. Contudo, entende-se que a ideia de misericórdia e que o âmbito de atuação, bem como o conceito de base pela qual se pautam as Santa Casa da Misericórdia instituídas, é o mesmo para todo o território.

Em termos turísticos, a Região apresenta uma enorme potencialidade, seja pelos seus monumentos, pela sua gastronomia, pelas tradições e pela riqueza da sua paisagem quase inexplorada e autêntica.

3.2- Breve Contextualização Histórica

Para a contextualização do trabalho proposto, é importante fazer uma breve caracterização da Misericórdia, enquanto aporte da identidade, religiosidade e história, para o território que servirá de objeto de estudo.

A Misericórdia foi fundada em Lisboa, pela rainha-viúva D. Leonor de Lencastre¹⁶, em 1498, durante o governo de D. Manuel I e insere-se num movimento mais vasto de reforma das instituições de assistência. A preocupação com a pobreza, por parte dos monarcas portugueses, é visível até o final do século XV e, neste contexto, traduz-se numa intervenção mais acentuada que garanta o bom funcionamento dos hospitais, albergarias e gafarias que funcionavam, desde o século XII, em muitas povoações, confrarias para ajuda de doentes e idosos.

Segundo a tradição, mas sem comprovação histórica, uma corrente emanada da Ordem da Santíssima Trindade atribui ao frade espanhol Frei Miguel de Contreiras a iniciativa da fundação da Misericórdia de Lisboa. De acordo com os seus biógrafos, Frei Miguel percorria as ruas de Lisboa em busca de esmolas para valer os mais necessitados e, não tardará até D. Leonor o tomar por conselheiro ou até mesmo por confessor. A moderna historiografia, no entanto, refere que o Frei poderá ter inspirado a Rainha na fundação da confraria, mas não põe em causa, o papel desempenhado por D. Leonor enquanto fundadora da Misericórdia.

A preocupação em assistir pobres e doentes manifesta-se, numa primeira fase, na concentração de diferentes hospitais existentes nas principais cidades numa só instituição.

¹⁶ “D. Leonor nasceu em Beja, a 2 de Maio de 1458, do casamento dos infantes D. Fernando e D. Beatriz. O pai era filho do rei D. Duarte, sobrinho e afillado do infante D. Henrique e viria a ser o 2º duque de Viseu e 1º duque de Beja. A mãe era filha do infante D. João, último membro da Ínclita Geração, da infanta D. Isabel filha do 1º duque de Bragança. A futura rainha de Portugal tinha, pois, uma ascendência régia, por ser bisneta do rei D. João I, o da Boa Memória, e oriunda, pelo lado materno de D. Afonso, conde de Barcelos, elevado em 1444 a chefe do novo ducado de Bragança. O contrato matrimonial de D. Leonor com o seu primo D. João, herdeiro de D. Afonso V, foi celebrado em Lisboa, a 16 de Setembro de 1743. Recebeu então como dote a vila e fortaleza de Lagos, que passou a ser avaliada em 10.000 cruzados de ouro, mais as joias e carregamentos da sua pessoa e casa. Do casamento de D. Leonor com D. João II nasceu, em 18 de maio de 1475 o príncipe D. Afonso que, aos 16 anos, haveria de morrer tragicamente num acidente de cavalo, junto ao Tejo em Santarém. Já antes a rainha tivera o desgosto de ver o irmão D. Diogo, duque de Viseu, justicado pelo próprio marido, quando da conjura palaciana de Agosto de 1484.” (Serrão, 1998:26)

Em 1479, ainda príncipe, D. João obtém do papa Sisto IV a bula *Ex Debitis Sollicitudinis*, que concede a permissão de construir em Lisboa um grande hospital que reúna todos os rendimentos e propriedades dos hospitais e, em 1485, durante o seu reinado, o monarca recebe do papa Inocêncio VIII nova autorização a D. João II, em 1485, para reunir os vários hospitais de cada localidade num só hospital.

Muito se tem discutido acerca da influência de instituições assistenciais italianas ou espanholas, sendo consensual que a instituição portuguesa possuía características específicas que a diferenciavam das congéneres.

“As misericórdias portuguesas não eram equivalentes às instituições homónimas italianas ou espanholas, pois nestes países a designação referia-se a hospitais e/ou casas de expostos e/ou casas de internamento de pobres.” (Lopes, 2015:2)

As Misericórdias portuguesas pretendiam praticar a misericórdia cristã, cujas ações estavam compiladas em sete obras corporais e sete obras espirituais:

Tabela 1. Obras de Misericórdia

Obras corporais	Obras espirituais
Dar de comer a quem tem fome	Dar bom conselho a quem pede
Dar de beber a quem tem sede	Ensinar os ignorantes
Vestir os nus	Corrigir os que erram
Acolher os errantes	Consolar os que estão tristes
Visitar os doentes	Perdoar as injúrias
Remir os cativos	Suportar com paciência as fraquezas do próximo
Sepultar os mortos	Rogar a Deus pelos vivos e pelos defuntos

Elaboração própria (2017) baseada em www.ump.pt.

D. Manuel I, durante o seu reinado, toma a irmandade de Lisboa sob sua proteção e recomenda aos senhores de casas nobres a fundação de estabelecimentos semelhantes em

todas as vilas e cidades do reino, a rápida implantação das Misericórdias e a atribuição de um leque de competências e privilégios alargado, transforma-as nas confrarias mais poderosas de Portugal na Idade Moderna. As Misericórdias são portadoras “(...) de um conceito de piedade que retomava o ideal evangélico do pobre como representante de Cristo, as misericórdias surgem, sob a égide do poder real, como uma síntese entre o mundo medieval que se despedia e as exigências assistenciais da emergente sociedade moderna” (Abreu, 2003:6-7).

Nas palavras de Lopes (2015:3), as principais razões motivadoras da rápida expansão das Misericórdias são de ordem espiritual e de Estado, pois ingressando-se numa Misericórdia, conseguia-se privilégio pessoal e adquiriam-se privilégios civis ou indulgências.

“Inicialmente, podiam ingressar nas Misericórdias, homens e mulheres sem número limite. Depois de 1577 o novo compromisso de Lisboa impôs *numerus clausus* e interditou a admissão de mulheres, judeus, menores, assalariados e analfabetos.” (Lopes, 2015:4)

A origem da Misericórdia em Trás-Os-Montes e Alto Douro, remonta os inícios do século XVI. Segundo as fontes consultadas, constantes do Anexo II deste documento, a ordem cronológica de fundação das Misericórdias cujos Bens integram esta Rota é a seguinte:

Tabela 2. Cronologia da fundação das Misericórdias em Trás-os-Montes e Alto Douro

	Cronologia de Fundação
Santa Casa da Misericórdia de Bragança	1518
Santa Casa da Misericórdia de Mirandela	1518
Santa Casa da Misericórdia de Lamego	1519
Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta	Anterior a 1521
Santa Casa da Misericórdia de Chaves	1525
Santa Casa da Misericórdia de Vila Real	
Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro	Provável-1559
Santa Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira	Após 1567
Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor	1570
Santa Casa da Misericórdia de Penas Roias	1587
Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé	1588

Santa Casa da Misericórdia de Castro Vicente	Data incerta - Século XVI
Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro	Data incerta – Século XVI
Santa Casa da Misericórdia de Algosó	Data incerta – Século XVI
Santa Casa da Misericórdia de Moncorvo	Data incerta – Século XVI
Santa Casa da Misericórdia de Montalegre	Anterior a 1706
Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Foz Côa, Almendra	Anterior a 1708
Santa Casa da Misericórdia de Chacim	1758
Santa Casa da Misericórdia de Murça	Data incerta- Existente no século XVIII
Santa Casa da Misericórdia de Santulhão	Anterior a 1823
Santa Casa da Misericórdia de Peso da Régua	1881
Santa Casa da Misericórdia de Alijó	1901

Fonte: Paiva (2002 – 2011)

A maior parte das Misericórdias são fundadas nesta Região, ainda no século XVI, nos primeiros anos da confraria em Portugal, sendo quatro delas (Bragança, Mirandela, Lamego e Freixo de Espada-à-Cinta) fundadas ainda, sob o primeiro impulso de expansão da Misericórdia, durante o reinado de D. Manuel I.

Após o reinado de D. Manuel, são fundadas sete Misericórdias (Chaves, Vila Real, Mogadouro, São João da Pesqueira, Vila Flor, Penas Roias, Alfândega da Fé), num espaço temporal situado entre os reinados de D. João III e D. Filipe III.

Com data incerta, mas, ainda no século XVI são fundadas as Misericórdias de Castro Vicente, Miranda do Douro, Algosó e Moncorvo; entre finais do século XVII e durante o século XVIII são fundadas as de Montalegre, Almendra, Chacim e Murça; no século XIX as de Santulhão e Peso da Régua e em inícios do século XX, a de Alijó.

Conforme o exposto, a Misericórdia está intrinsecamente ligada ao território transmontano, seja pela sua presença na Região desde o século XVI, seja pelo seu papel filantrópico ao longo desses séculos, ou mesmo, pelo papel que a Igreja sempre representou na vida das pessoas, desde o nascimento à morte e até depois dela, seja pelas festividades religiosas/populares ou mesmo pelo “registro” artístico presente nos Bens patrimoniais ligados à Misericórdia.

3.3- As Igrejas e Capelas da Misericórdia

As Confrarias da Misericórdia são responsáveis pela edificação de um grande número de Bens patrimoniais de carácter religioso, entre Igrejas e Capelas, configurando uma tipologia específica que traduz as necessidades funcionais da Misericórdia enquanto instituição caritativa e assistencial. Frequentemente associadas a anexos administrativos ou hospitais, constituem complexos, mais ou menos íntegros e “muito ligados às vivências e à memória coletiva das diversas comunidades locais” (IRHU/IGESPAR, 2010:9).

Fundadas na maioria das sedes concelhias e nos locais de maior importância sociocultural e económica, inicialmente no interior dos templos já existentes e, depois, à medida que a confraria conseguia consolidar a sua posição financeira e social procediam à ampliação, reforma e melhoramento, e outras vezes, templos autónomos, progressivamente melhorados e adaptados às necessidades.

As Igrejas/Capelas da Misericórdia localizam-se no centro do núcleo urbano, ainda no interior da zona medieval, quase sempre nas principais vias ou praças, ou o mais próximo possível dos polos do poder local; apresentam diferentes épocas construtivas e seguem as tendências estéticas e artísticas da época em que nelas se interveio. Dotadas de uma certa uniformidade estilística, dada pelo carácter maneirista que é resultado do grande número de intervenções sofridas durante o século XVII, apresentam planta regular longitudinal, com uma nave, na maior parte delas. As fachadas principais são, por norma, simples contrastando com o interior ricamente decorado, o seu programa iconográfico inclui a Vida de Cristo; a Vida da Virgem; as 14 Obras e as Cenas Bíblicas. A estas, adossam-se vários anexos, como a sacristia, a casa de cera, o cartório, a sala do despacho, e, por vezes, o albergue ou hospital.

Capítulo IV- Proposta de Desenvolvimento de uma Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro

De acordo com os pressupostos determinados para a conceptualização da Rota, ir-se-á detalhar cada uma das etapas pré-definidas.

4.1- Etapa 1: Definição da Temática

Nesta etapa, realizou-se uma pesquisa que teve como objetivo conhecer os produtos estratégicos e as propostas de valor definidas para o turismo na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, nomeadamente através dos seguintes documentos:

- PENT (Plano Estratégico Nacional Do Turismo) – Horizonte 2013-2015 (Turismo de Portugal, I.P);
- Turismo 2020: Cinco Princípios Para Uma Ambição (Turismo de Portugal I.P);
- Estratégia de Marketing Turístico do Porto e Norte de Portugal - Horizonte 2015-2020 (Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal).

Até 2015, a proposta de valor a ser apresentada aos turistas incluía os elementos “história, cultura e tradições” (PENT,2013:7), reforçando os circuitos turísticos como forma de individualizar o Turismo religioso formatando, para o efeito, itinerários que valorizassem e integrassem o património histórico, cultural, religioso e paisagístico. O PENT inclui o património religioso português como um dos fatores de competitividade face a destinos com Espanha, Itália e França.

O documento Turismo 2020 que vem revogar o PENT, estabelece que: “interessa promover o que pode ser vendido, o que é desejado e procurado, nos mercados recetivos a essa proposta de valor” (Turismo de Portugal, I.P., 2015:89) e aponta que segmentos como os City Breaks ou o Touring, que inclui o Turismo Cultural e Religioso, demonstram ritmos de crescimento elevados.

Concordando com esta perspetiva, o Turismo do Porto e Norte de Portugal destaca o Touring Cultural e Paisagístico como um produto-âncora para a região, evidenciando a herança cultural como um fator de diferenciação do destino.

Figura 10. Produtos âncora e produtos complementares para os Subdestinos do Porto e Norte de Portugal.

SUBDESTINO				
	PORTO	MINHO	DOURO	TRÁS-OS-MONTES
PRODUTOS ÂNCORA	<ul style="list-style-type: none"> • City e Short Breaks • Touring Cultural e Paisagístico • Turismo Náutico • Gastronomia e Vinhos • Negócios 	<ul style="list-style-type: none"> • Natureza (turismo ativo) • Touring Cultural e Paisagístico • Turismo Religioso • Turismo Náutico • Gastronomia e Vinhos • Golfe 	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo Náutico (cruzeiros e passeios no Douro) • Gastronomia e Vinhos (quintas) • Touring Cultural e Paisagístico • Natureza 	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde e Bem-estar • Natureza • Touring Cultural e Paisagístico • Gastronomia e Vinhos
PRODUTOS COMPLEMENTARES	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde e Bem-estar • Golfe • Sol e Mar • Natureza 	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde e Bem-estar • City e Short breaks • Sol e Mar 	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo Religioso • Saúde e Bem-estar • Golfe • Negócios 	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo Religioso • Golfe

Fonte: Turismo do Porto e Norte de Portugal (2015:20)

Embora a figura 10 nos indique o Turismo religioso como um produto complementar, verifica-se que o mesmo está subjacente aos produtos âncora para a Região, logo, podemos concluir que o mesmo é uma potencialidade a ser explorada e amplamente recomendada. Em aditamento ao acima descrito, o Turismo do Porto e Norte de Portugal, vem acentuar na estratégia apresentada, a promoção das rotas e circuitos existentes e a criação de outras, de acordo com a conexão da oferta entre produtos âncora e complementares. Tendo em conta o elevado interesse do Turismo religioso, fez-se um levantamento de possíveis temáticas para a criação de uma rota, visto que esta poderá vir a atuar como potenciador de desenvolvimento local, de conhecimento e de reforço das identidades regionais.


4.2- Etapa 2: Definição da Rota

Sendo o património religioso o referencial supremo para a definição da Rota, verificou-se a existência de bens pertencentes à Santa Casa da Misericórdia (etapa 3). Nesta etapa, procedeu-se a uma pesquisa acerca do património da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro através do *site* www.monumentos.gov.pt que tem como particularidade dispor de informação sobre o SIPA (Sistema de Informação para o Património

Arquitetónico) que, em linhas gerais, é um sistema de informação acerca do património arquitetónico português gerido pela Direção-Geral do Património Cultural.

Acedendo ao campo “pesquisar património”, no canto direito do *site*, é aberta uma nova página, onde se pode ver o quadro representado pela seguinte figura:

PESQUISAR O INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

 [Pesquisa Avançada](#) [Criar Registo](#)

FILTRO

País :	Portugal ▼	Categoria :	▼
Região :	<Todos> ▼	Protecção e condicionantes :	▼
Distrito :	<Todos> ▼	Época de construção :	<input type="text"/>
Concelho :	▼	Número IPA :	<input type="text"/>
Freguesia :	▼	Designação :	<input type="text"/>
Acesso :	<input type="text"/>		

Figura 11. Quadro Pesquisa do Património Arquitetónico.

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ao realizar a pesquisa, no campo “região”, escolheu-se a Região Norte, e os distritos de “Bragança”, “Chaves”, “Vila Real”, “Guarda” e “Viseu”, na designação escreveu-se a palavra “Misericórdia”.

4.3- Etapa 3: Definição dos pontos de interesse

Nesta etapa, foram definidos os pontos de interesse a serem incluídos na Rota. Estes pontos eram 24 Bens, dentre os quais figuravam igrejas e capelas pertencentes à Misericórdia.

Tabela 3. Relação dos Bens patrimoniais

1. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro
2. Capela da Santa Casa da Misericórdia de Penas Róias
3. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Castro Vicente
4. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro
5. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Algosó
6. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Santulhão
7. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé
8. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor
9. Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Bragança
10. Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela
11. Capela do Senhor da Misericórdia, Chacim, Macedo de Cavaleiros
12. Edifício e Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Moncorvo
13. Capela do Espírito Santo e Hospital Velho – Moncorvo ¹⁷
14. Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta
15. Capela da Santa Casa da Misericórdia de Murça
16. Capela da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
17. Capela da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, em Minhava
18. Capela da Colegiada de Santa Ana da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
19. Capela da Santa Casa da Misericórdia de Alijó
20. Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira
21. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Lamego
22. Capela de Nossa Senhora da Misericórdia de Vila Nova de Foz Côa
23. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Peso da Régua
24. Igreja e Provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Chaves
25. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre

Elaboração própria baseada em www.monumentos.gov.pt | 2017.

Determinados os Bens, procedeu-se ao levantamento dos contactos telefónicos das Santas Casas da Misericórdia e Postos de Turismo das localidades onde os mesmos estavam localizados para a obtenção de informações. Neste contacto telefónico inicial, perguntou-

¹⁷ Monumento encontrado aquando do contacto aos técnicos de turismo da Câmara de Moncorvo.

se às pessoas quem teria a função de ajudar a esclarecer algumas questões sobre o Bem patrimonial. Obteve-se, então, a informação de que as pessoas responsáveis pela prestação de informação desempenhavam várias funções: provedores, vice-provedores, técnicos de turismo e membros das Comissões Fabriqueiras das localidades. Estes contactos iniciais deram origem a uma listagem telefónica e de *e-mails* que se encontra no apêndice III deste trabalho.

Nesta fase, foi referida pelos técnicos de Turismo do Município de Torre de Moncorvo a existência de mais um Bem patrimonial de interesse para a Rota, uma vez que estava associado à Misericórdia e era a Capela do Espírito Santo e Hospital Velho de Moncorvo.

Acerca dos Bens Patrimoniais referidos, interessa ainda, evidenciar que da sua totalidade, apenas 6 encontram-se classificados ou em vias de classificação.

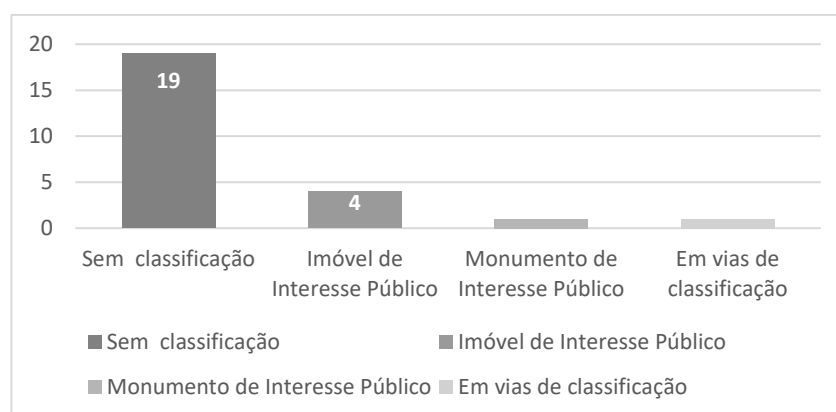


Gráfico 1. Classificação dos Bens

Elaboração própria a partir do site www.monumentos.gov.pt | 2017.

Destes Bens, encontram-se classificados como Imóveis de Interesse Público¹⁸ a Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, o Edifício e Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Moncorvo, a Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta, a Capela da Santa Casa da Misericórdia de Murça; como Monumento

¹⁸ “Um bem considera-se de interesse público quando a respetiva proteção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado” (<http://www.patrimoniocultural.gov.pt>).

de Interesse Público, a Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Lamego e, em vias de classificação, a Igreja e Provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Chaves .

4.3.1- Igrejas e Capelas da Misericórdia segundo as respostas obtidas aos levantamentos

De um total de 25 Bens patrimoniais a serem incluídos na Rota, 9 são capelas e 16 são igrejas. Para conhecer melhor as particularidades acerca do funcionamento destes Bens, foi enviado um questionário (constante do Apêndice I deste trabalho) com o objetivo de saber: Se o Bem patrimonial era visitável, em que horários, quem o geria; quem era a pessoa responsável pelo acolhimento dos visitantes; se era utilizado pela comunidade local e com que finalidade e se havia festividade ou tradição associada.

Os levantamentos foram enviados online no dia 02/10/2017 e estiveram disponíveis para resposta até ao dia 30/10/2017. Dos 25 levantamentos enviados, obtivemos 16 respostas, dando uma taxa de resposta de 64%.

4.3.1.1- Análise e Discussão dos Resultados

Com base nas respostas, faremos uma breve exposição do modo de funcionamento das Igrejas e Capelas.

a. Possibilidade de visitar os Bens

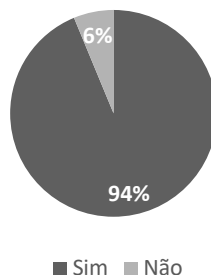


Gráfico 2. Disponibilidade de visita

Elaboração própria a partir dos inquéritos | 2017

Das respostas obtidas, 94 % dos Bens é visitável e 6 % não é visitável, correspondendo, este último, à Capela da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, em Minhava. Uma resposta com um percentual tão significativo vem afirmar a importância dos bens, que ligados à religiosidade traduzem o seu carácter cultural e identitário constituindo uma ligação ao património e, consequentemente, ao turismo. Este resultado é demonstrativo de que os Bens podem ser integrados na Rota porque são visitáveis.

b. Período em que os Bens são visitáveis

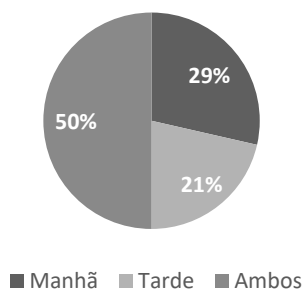


Gráfico 3. Períodos de visita

Elaboração própria a partir dos inquéritos | 2017

Pela análise do gráfico 2, constata-se que 50% dos Bens estão disponíveis para visita durante todo o dia, 29% só podem ser visitados durante o período da manhã enquanto que 21% pode ser visitado durante o período da tarde.

Relativamente aos Bens disponíveis para visita durante todos o dia, citam-se a Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, a Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé , a Capela de Nossa Senhora da Misericórdia de Vila Nova de Foz Côa, o Edifício e Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Moncorvo, Capela da Colegiada de Santa Ana da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real e a Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira e a Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre.

Estes dados merecem referência e reflexão acerca dos horários de abertura, pois sendo muitos destes bens únicos e emblemáticos é fundamental haver ajustes. Importa, ainda, notar que as condições de visita são diferentes quando a abertura e funcionamento dos mesmos dependem dos recursos humanos da Santa Casa da Misericórdia ou de outras entidades que com ela colaborem ou sejam voluntários. Ora, pode-se dizer, que considerando o Turismo religioso como um motor de desenvolvimento e dinamização da economia, deve haver uma particular atenção à questão da disponibilidade dos Bens para visita, pois não basta que sejam visitáveis, mas que estejam disponíveis no momento em que são procurados pelos visitantes.

c. Gestão dos Bens

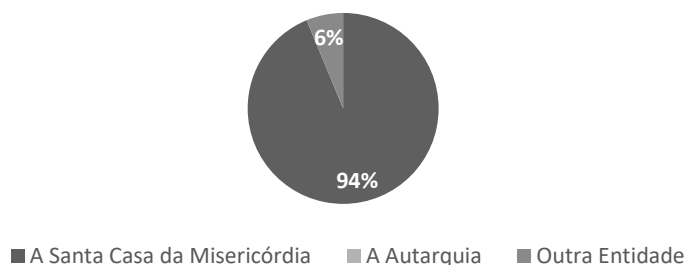


Gráfico 4. Gestão do Bem

Elaboração própria a partir dos inquéritos | 2017

No que concerne à gestão dos Bens, verificou-se que 94% são geridos pela Santa Casa da Misericórdia e 6 % por outra entidade, correspondendo esta última à Capela de Nossa Senhora da Misericórdia de Vila Nova de Foz Côa em Almendra, gerida pela Paróquia e respetiva Comissão Fabriqueira. Era expectável que a maior parte dos Bens fosse gerida pela Santa Casa da Misericórdia, em razão de ser esta a entidade detentora da maior parte deles, no entanto, a gestão partilhada dos Bens com outras entidades pode revelar-se como uma boa prática, dada a sua importância histórica e económica do seu legado cultural e espiritual.

d. Utilização dos Bens

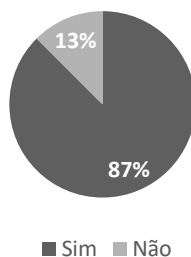


Gráfico 5. Utilização do Bem

Elaboração própria a partir dos inquéritos | 2017

Observa-se, através do gráfico 4, que 87% dos Bens é utilizado pela comunidade local. Consideradas a tradição, o apego às memórias individuais e coletivas e a própria religiosidade popular, pode-se afirmar que as capelas e igrejas, são locais de encontro, partilha e afetividade. Esta maneira particular de vivenciar o sagrado, evidencia-se nas relações sociais e torna-se mais acentuada, na medida em que falamos de meios mais pequenos, onde as relações assumem uma proximidade quase familiar.

e. Finalidade dos Bens

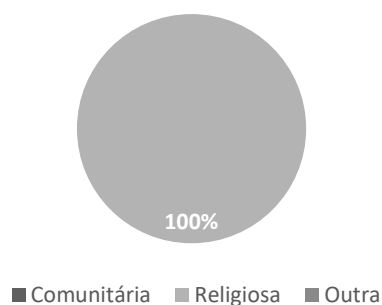


Gráfico 6. Finalidade

Elaboração própria a partir dos inquéritos | 2017

Em consonância com a questão analisada anteriormente, a observação do gráfico 5 evidencia que a totalidade dos Bens é utilizada pela comunidade local para fins religiosos. Tal facto, demonstra, que, para os habitantes desta região, a religiosidade é vivida de forma muito próxima e afetiva, em todas as fases da vida, épocas do ano e horas do dia, estando bastante ligada aos locais de culto enquanto evidência material do sagrado.

f. Festividades/eventos/tradições

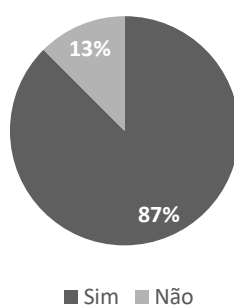


Gráfico 7. Existência de festividades/eventos

Elaboração própria a partir dos inquéritos | 2017

Analisando o gráfico 6, pode-se inferir que cerca de 87% dos Bens têm festividades/tradições ou eventos associados. As festividades religiosas são uma efetiva partilha de afetos, posto que, para além do espírito de devoção, proporcionam às pessoas os encontros e os reencontros. Aqui, o Bem patrimonial assume, para além das suas dimensões utilitária, simbólica e artística, uma função gregária e, por isso, ligada à memória coletiva. Tal facto assume particular interesse para o Turismo religioso, na medida em que as festas religiosas constituem um atrativo ao visitante motivado em vivenciar e participar delas.

Estas festividades, referidas na tabela 4, evidenciam, de modo particular, a vivência do sagrado, em conformidade com o espírito das primeiras Misericórdias, seja pela devoção Mariana, pelo cumprimento da Obra de Misericórdia de orar pelos irmãos já falecidos ou pela ligação da Confraria às procissões da Semana Santa.

Tabela 4. Festividades/ tradições ou outros eventos associados ao Bem patrimonial

Festividades/Eventos associados	Número de respostas
Cerimónias da Semana Santa	6
Festividades da Páscoa	1
Festa do Emigrante - Julho	1
Festividades dedicadas ao culto Mariano	3
Concertos/Recitais de música clássica/sacra	1
Missa por alma dos Irmãos da Misericórdia	1

Elaboração própria a partir dos inquéritos | 2017

g. Abertura dos Bens e acompanhamento aos visitantes

Constata-se, pelo exposto na tabela 5, que os responsáveis pela abertura dos Bens e acompanhamento dos visitantes são colaboradores ou dirigentes da Santa Casa da Misericórdia ou, *grosso modo*, pessoas ligadas a equipamentos culturais dirigidos por outras entidades.

Tabela 5. Responsáveis pela abertura e acompanhamento dos visitantes

	Nº Respostas
Colaboradores da Santa Casa da Misericórdia	7
Mesários da Santa Casa da Misericórdia	4
Provedor da Santa Casa da Misericórdia	1
Não existe uma pessoa- O visitante deixa o documento de identificação e a SCM faculta-lhe a chave para abertura da Igreja/Capela	1
Funcionários dos Museus:	
Ecomuseu do Barroso- Montalegre	2
Museu Eduardo Tavares- São João da Pesqueira	

Elaboração própria a partir dos inquéritos | 2017

Considera-se esta metodologia de gestão de recursos humanos, baseada na efetiva partilha de sinergias, uma solução interessante. tendo em conta a realidade económica da região.

Pode-se concluir que, a maior parte das Igrejas/Capelas é visitável e gerida pela Santa Casa da Misericórdia, utilizada pela comunidade local e com a finalidade religiosa, ligada à tradição e às festividades.

Por ser o Património Religioso, uma potencialidade da Região e uma realidade muito específica, no caso dos Bens patrimoniais integrantes da Rota, poderão ser aperfeiçoadas as situações em função de um melhor acompanhamento dos visitantes.

4.4- Etapa 4: Levantamento de atrativos para a Rota

Uma rota não pode ser feita apenas de Bens patrimoniais, precisa de equipamentos e infraestruturas que justifiquem e aumentem a permanência do visitante no território. Para identificar as potencialidades da oferta de atrativos da região, foi feito um levantamento nos *sites* www.pordata.pt e <https://rnt.turismodeportugal.pt> para mesurar em termos quantitativos a oferta no território em análise.

4.4.1- Empreendimentos Turísticos

O gráfico 7, indica, no que respeita aos empreendimentos turísticos existentes em Trás-os-Montes e Alto Douro, que, de um total de 414 empreendimentos registados, 42% estão localizados na NUT III Douro; 41% na NUT III, Terras de Trás-os-Montes e 17% estão localizados na NUT III Alto Tâmega.

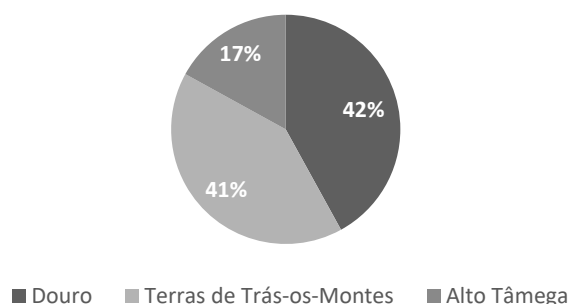


Gráfico 8. Empreendimentos Turísticos TMAD

Elaboração própria (2017), baseada em Turismo de Portugal, I.P.

4.4.2- Alojamento Local

Encontram-se, nesta região, registados 385 alojamentos locais. Destes, conforme indica o gráfico 8, 49% estão localizados na NUT III Douro, 35% na NUT III Terras de Trás-os-Montes, e 16% na NUT III Alto Tâmega.

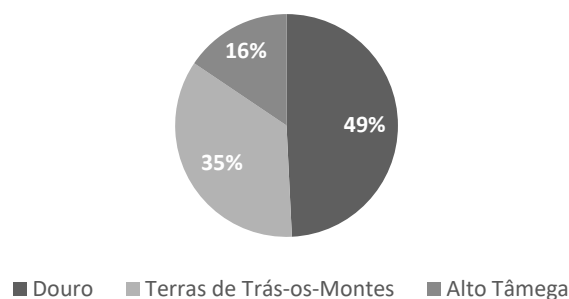


Gráfico 9. Alojamento Local TMAD

4.4.3- Agentes de Animação Turística

Na totalidade de 123 agentes de animação registados, a NUT III Douro, possui 54% desta oferta, a NUT III Terras de Trás-os-Montes 24% e a NUT III Alto Tâmega possui 22%.

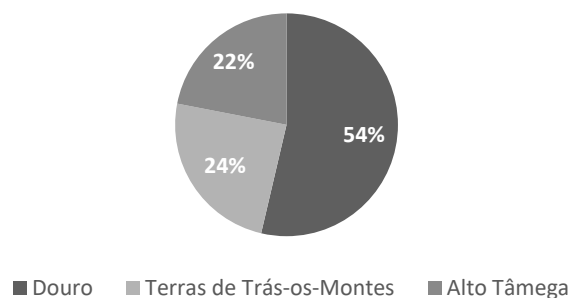


Gráfico 10. Agentes de Animação TMAD

Elaboração própria (2017), baseada em Turismo de Portugal, I.P.

Da análise dos dados concernentes aos atrativos representados pelos gráficos 7,8 e 9, deve-se destacar que, relativamente ao *site* do Turismo de Portugal, os dados apresentados são dos agentes, empreendimentos e alojamentos locais que, neste momento, se encontram legalmente registados. Os dados apresentados podem, no entanto, apresentar variações, na medida em que haja casos de empresas ligadas ao sector turístico que estejam a desempenhar funções sem estarem registadas como tal.

Observa-se, ainda, uma quantidade maior de agentes de animação, empreendimentos e alojamentos locais na NUT III Douro. Acredita-se que a relevância histórica da Região do Douro, a atribuição do galardão de Património Mundial da Unesco e a sua ligação aos Vinhos do Porto, tenham contribuído para uma maior procura por parte dos visitantes e consequente adequação da oferta, resultando numa maior capacidade de atratividade.

Face à oferta da NUT III Douro, a NUT III Terras de Trás-os-Montes apresenta-se numa posição intermédia e a NUT III Alto Tâmega é a que concentra menos oferta. A partir da

análise destes dados, pode-se concluir que a Região, como um todo, precisa fomentar a atratividade e capacidade de aumento da permanência de visitantes, com destaque para as sinergias que podem ser criadas no âmbito do turismo, através da diversificação da oferta, criatividade e valorização da autenticidade regional. São, ainda, importantes a partilha de experiências e conhecimento entre as diversas entidades de modo a gerar dinâmicas conducentes à distribuição dos fluxos turísticos provenientes do Douro para a toda a Região.

4.4.4- Museus

O gráfico 10 indica que, dos 30 equipamentos culturais na categoria de museus, 57% estão localizados na NUT III Douro, 33% na NUT III Terras de Trás-os-Montes e 10% na NUT III Alto Tâmega.

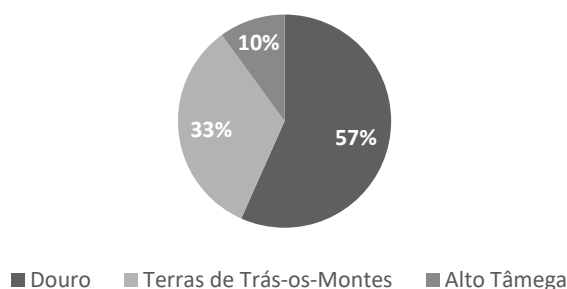


Gráfico 11. Museus TMAD

Elaboração própria (2017), baseada em www.pordata.pt.

Deve-se ter em conta que os dados apresentados correspondem ao ano de 2015 e contemplam a tipologia de “museu” definida oficialmente pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) e adotada pelo INE, enquanto “ (...) instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que promove pesquisas relativas aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire-os, conserva-os, comunica-os e expõe-nos para estudo, educação e

lazer”, e que tem como critérios “a existência de, pelo menos, uma sala ou espaço de exposição; abertura ao público, permanente ou sazonal; existência de, pelo menos, um conservador ou técnico superior (incluindo pessoal dirigente); existência de um orçamento e existência de um inventário” (www.pordata.pt). Há, por isso, na região, muitos outros equipamentos culturais nomeados como museus, mas que, na realidade não correspondem na totalidade ou em parte a estes critérios.

Ora, considerando o vasto e riquíssimo património cultural material e imaterial da região, refletido na etnografia, nos costumes, nas tradições, nas manifestações artísticas, no património edificado, nos achados arqueológicos, dentre outros, pode-se dizer que a região de Trás-os-Montes e Alto Douro possui uma oferta, mas que carece de agregação. Os museus, os centros interpretativos e os monumentos, desde que, salvaguardadas a aplicação dos procedimentos museológicos; a interpretação, por parte dos profissionais de informação turística, e a educação dos públicos contribuem para uma maior capacidade de atração, permanência e experiências, por parte dos visitantes.

4.4.5- Áreas Protegidas

As Áreas Protegidas¹⁹ do âmbito geográfico em análise são cinco: O Parque Natural do Montesinho (40), o Parque Natural do Alvão (39), o Parque Natural do Douro

¹⁹ “A Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) é constituída pelas áreas protegidas classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho e dos respetivos diplomas regionais de classificação. São classificadas como áreas protegidas as áreas terrestres e aquáticas interiores e as áreas marinhas em que a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais susceptíveis de as degradar” (www.icnf.pt) As Áreas Protegidas representadas no mapa (figura 12), são: .1) Parque Natural do Tejo Internacional, (2) Paisagem Protegida da Serra do Açor, (3) Sítio Classificado dos Montes de Santa Olaia e Ferrestelo, (4) Sítio Classificado do Monte de São Bartolomeu, (5) Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, (6) Parque Natural de Sintra-Cascais, (7) Sítio Classificado do Campo de Lapiáz de Negrais, (8) Monumento Natural de Carenque, (9) Parque Natural do Vale do Guadiana, (10) Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, (11) Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, (12) Paisagem Protegida Regional da Fonte Benemola, (13) Sítio Classificado do Campo de Lapiás da Granja dos Serrões, (14) Paisagem Protegida Regional da Rocha da Pena, (15) Reserva Natural do Paul de Arzila, (16) Reserva Natural das Dunas de São Jacinto (área marítima), (17) Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, (18) Monumento Natural da Pedreira do Avelino, (19) Reserva Natural do Paul do Boquilobo, (20) Parque Natural da Arrábida, (21) Sítio Classificado da Gruta do Zambujal, (22) Parque Natural da Arrábida, (23) Parque Natural da Arrábida, (24) Parque Natural da Arrábida, (25) Parque Natural da Arrábida (área marítima), (26) Parque Natural da Serra da Estrela, (27) Monumento Natural das Portas de Ródão, (28) Reserva Natural Local do Paul da Tornada, (29) Paisagem Protegida Regional do Açude da Agolada, (30) Paisagem Protegida Regional do Açude do Monte da Barca, (31) Reserva Natural do Estuário do Tejo, (32) Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, (33) Área Protegida Privada da Faia Brava, (34) Paisagem Protegida Regional do Litoral de Vila do Conde

Internacional (42), o Parque Natural Regional do Vale do Tua (49) e a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (41).

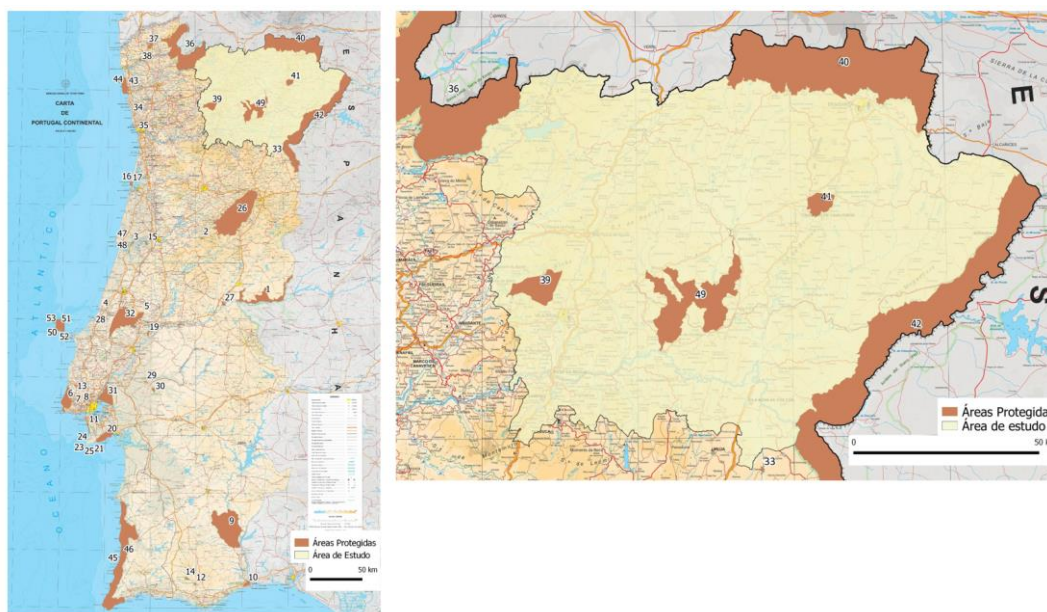


Figura 12. Áreas protegidas de Portugal Continental.

Fonte: Série Cartográfica Nacional, 1:500000, CAOP; DGT, 2013; NUTSIII, Eurostat, 2013; ICNF, Áreas Protegidas, 2013.

Pode-se perceber, pela observação do mapa (figura 12) que as Áreas Protegidas estão dispersas pelo território da Região e que são em um número considerável, dada a sua dimensão, constituindo uma oportunidade de gerar dinâmicas no âmbito do Turismo de Natureza.

Em harmonia com a proposta da Entidade Regional de Turismo (ERT) do Porto e Norte de Portugal²⁰, que define o produto Turismo de Natureza como um produto âncora para os subdestinos que fazem parte de Trás-os-Montes e Alto Douro e ainda, com a instalação

e Reserva Ornitológica do Mindelo, (35) Reserva Natural Local do Estuário do Douro, (36) Parque Nacional da Peneda-Geres, (37) Paisagem Protegida Regional do Corno do Bico, (38) Paisagem Protegida Regional das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos, (39) Parque Natural do Alvão, (40) Parque Natural de Montesinho, (41) Paisagem Protegida Regional da Albufeira do Azibo, (42) Parque Natural do Douro Internacional, (43) Parque Natural do Litoral Norte, (44) Parque Natural do Litoral Norte (área marítima), (45) Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (área marítima), (46) Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, (47) Monumento Natural do Cabo Mondego, (48) Monumento Natural do Cabo Mondego (área marítima), (49) Parque Natural Regional do Vale do Tua, (50) Reserva Natural das Berlengas (Estelas), (51) Reserva Natural das Berlengas (Oceano), (52) Reserva Natural das Berlengas, (53) Reserva Natural das Berlengas (Farilhões).

²⁰ Ver figura 10.

da Delegação de Turismo de Natureza da ERT em Bragança, os valores naturais e paisagísticos da Região, constituem um atrativo de excelência que, combinados com a oferta cultural, constituem um importante fator de atração de visitantes, porque quanto mais diversa a oferta, mais motivações atrai, gerando mais potencial turístico.

Pela análise dos dados relativos à oferta de agentes de animação turística no território da Região, pode-se perceber os números ainda são muito residuais para a quantidade e qualidade dos atrativos. Quando bem trabalhados, em cooperação com os vários setores de atividade e os diversos intervenientes do território, podem ser geradas muitas sinergias, no âmbito do turismo, espera-se que a Região venha a alcançar uma dinâmica que se coadune com sua riqueza natural.

4.5- Etapas 5 e 6: Levantamento geográfico e de acesso ao património e Aplicação de um programa informático para delimitação e traçado da rota

Determinados os pontos de interesse, e recorrendo novamente ao *site* www.monumentos.gov.pt, elaborou-se uma pesquisa de coordenadas geográficas (etapa 5) que deu origem os dados constantes da tabela 6.

Tabela 6. Coordenadas geográficas

	Nome do Bem patrimonial	X	Y
1.	Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro	41.33776	-6.720633
2.	Capela da Santa Casa da Misericórdia de Penas Róias	41.39137	-6.653748
3.	Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Castro Vicente	41.37962	-6.838216
4.	Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro	41.49437	-6.273415
5.	Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Algosó	41.47057	-6.574347
6.	Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Santulhão	41.56544	-6.619574
7.	Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé	41.34110	-6.965871
8.	Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor	41.30707	-7.151137
9.	Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Bragança	41.80607	-6.754998
10.	Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela	41.48615	-7.181616
11.	Capela do Senhor da Misericórdia, Chacim, Macedo de Cavaleiros	41.46976	-6.902013
12.	Edifício e Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Moncorvo	41.17550	-7.052045
13.	Capela do Espírito Santo e Hospital Velho -Moncorvo	41.17353	-7.051212
14.	Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta	41.09238	-6.805996
15.	Capela da Santa Casa da Misericórdia de Murça	41.40346	-7.454991
16.	Capela da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real	41.295715	-7.74518
17.	Capela da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, em Minhava	41.360226	-7.73096
18.	Capela da Colegiada de Santa Ana / Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real	41.295094	-7.747186
19.	Capela da Santa Casa da Misericórdia de Alijó	41.27455	-7.475696
20.	Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira	41.14785	-7.404322
21.	Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Lamego	41.101663	-7.810511
22.	Capela de Nossa Senhora da Misericórdia de Vila Nova de Foz Côa, Almendra	40.999632	-7.054366
23.	Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Peso da Régua	41.159403	-7.785184
24.	Igreja e Provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Chaves	41.739461	-7.471338
25.	Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre	41.824930	-7.791477

Elaboração própria (2017) baseada em www.monumentos.gov.pt.

Os dados constantes da tabela 6 foram transpostos para o Sistema de Informação Geográfica (SIG), na etapa 6 e originaram o mapa da Rota (figura 13).

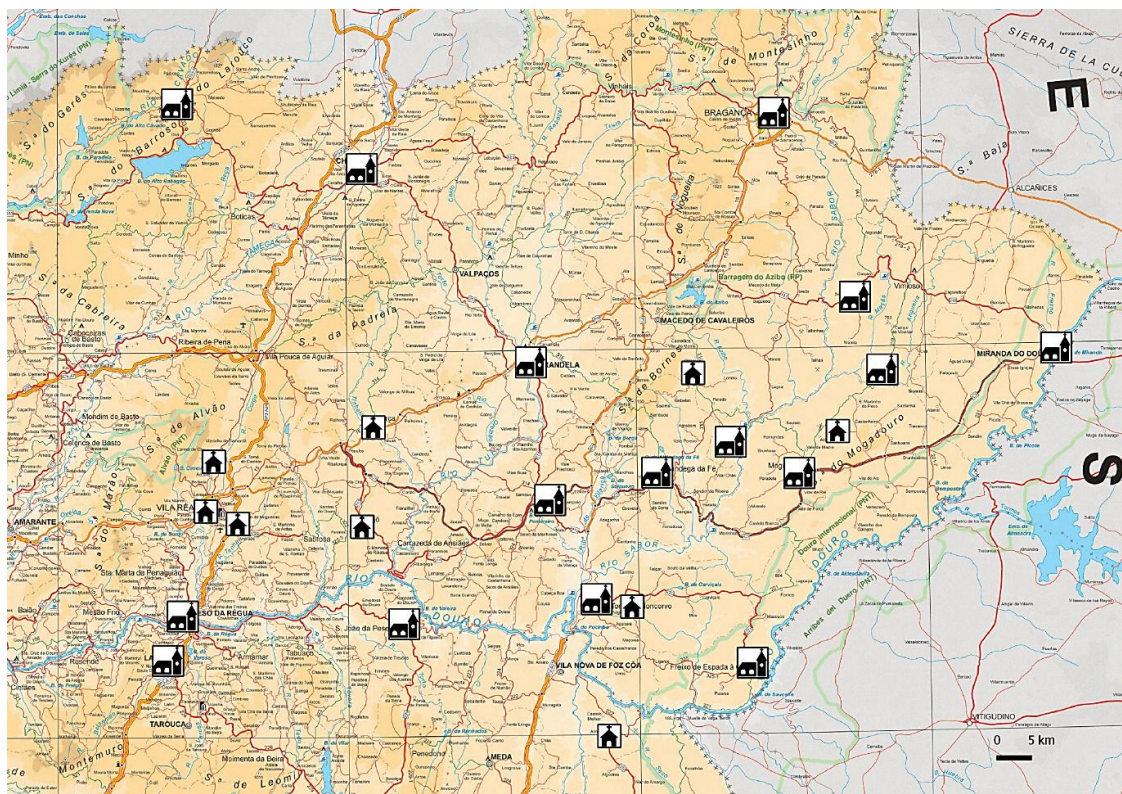


Figura 13. Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro

Fonte: Série Cartográfica Nacional, 1:500000, DGT (2013).

Para uma melhor compreensão do mapa, convencionou-se a utilização de ícones que remetam à tipologia dos Bens patrimoniais: Capelas e Igrejas.



Figura 14. Ícones Capelas / Igrejas

Elaboração própria (2017) baseada em DGT (2013).

Da observação do mapa, pode-se constatar que as Igrejas e Capelas da Misericórdia encontram-se dispersas pelo território, com mais incidência na parte sul da Região, existem 2 na NUTS III Alto Tâmega, 11 na NUTS III Terras de Trás-os-Montes e 12 na NUTS III Douro.

Da totalidade dos concelhos pertencentes à região, não foram localizados Bens patrimoniais de índole religiosa e pertencentes à Misericórdia, nas seguintes localidades:

- i. NUTS III Tâmega: Valpaços, Boticas, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar;
- ii. NUTS III Douro: Armamar, Tabuaço, Mesão Frio, Mondim de Basto, Sabrosa e Santa Marta de Penaguião;
- iii. NUTS III Terras de Trás-os-Montes: Vinhais.

Constatou-se, ainda, que de todas as localidades assinaladas acima, a única que não tem Santa Casa da Misericórdia é o concelho de Santa Marta de Penaguião.

O mapa da Rota (figura 14) permitiu a visualização da sua dimensão no território da Região e, com ênfase nas ligações da rede viária e na localização dos Bens patrimoniais, trabalhou-se para delimitar e traçar a Rota, definir critérios para o traçado dos itinerários e conceptualizar as ações de dinamização, divulgação e interpretação constantes da etapa 7 deste trabalho.

4.6- Etapa 7: Programação de apresentação e interpretação da rota

Nesta fase foi conceptualizado o programa de apresentação da Rota, sendo, com esta finalidade, propostos os itinerários e as ações de dinamização e interpretação da Rota.

4.6.1- Proposta de Itinerários

A definição dos itinerários foi baseada nos seguintes critérios:

- i. Todos os Bens patrimoniais integrantes da Rota devem ser contemplados em, pelo menos, um dos itinerários.

- ii. Os itinerários devem ser feitos a partir de Mirandela ou das portas de Entrada/Saída localizadas em Bragança, Chaves, Lamego e Miranda do Douro; à exceção do Itinerário 3 (Mirandela-Vila Flor-Torre de Moncorvo-Freixo de Espada-à-Cinta- Vila Nova de Foz Côa- São João da Pesqueira) que pode ser feito a partir de Mirandela ou de São João da Pesqueira (não foi definido como porta de entrada);
- iii. Definição do centro da Rota em Mirandela, pela sua centralidade geográfica na Região;
- iv. Definição de automóvel/autocarro como tipologia de transporte a ser utilizada para realizar os itinerários da Rota, baseada na dimensão do território, na localização dos Bens patrimoniais e na configuração da rede viária;
- v. Todas as portas de entrada da rota funcionarão como centros interpretativos e poderão ser, também, portas de saída para o território;

Foi previamente definido, como horizonte temporal para os itinerários o seguinte:

- i. Itinerários de até 150 km de extensão: 1 dia²¹;
- ii. Itinerários de 150 a 250 km de extensão: 2 dias²²;
- iii. Itinerários com extensão acima de 250 km: 3 dias²³.

²¹ Itinerário de curta duração.

²² Itinerário de média duração.

²³ Idem.

Itinerário 1 – It 1: Mirandela- Chaves – Montalegre

O It 1 (figura 15), é um Itinerário Turístico de âmbito religioso que abrange os concelhos de Mirandela, Chaves e Montalegre. É um itinerário rodoviário e linear de curta duração, com uma extensão aproximada de 88,9 Km. O tempo médio recomendado para este Itinerário é de um dia, e o mesmo pode ser feito em qualquer época do ano, mas recomenda-se que, no inverno, seja feito até às 17:00h, pelas condições climáticas da Região e pela ausência de luz natural após este horário.

Os pontos de interesse a visitar são:

- 1- Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela;
- 2- Igreja e Provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Chaves;
- 3- Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre.



Figura 15. It 1 - Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro.

Fonte: Série Cartográfica Nacional, 1:500000, DGT, 2013

Itinerário 2 - It 2: Mirandela-Murça-Vila Real-Minhava-Peso da Régua-Lamego

O It 2 (figura 16), é um Itinerário Turístico de âmbito religioso que abrange os concelhos de Mirandela, Murça, Vila Real, Peso da Régua e Lamego. É um itinerário rodoviário e linear de curta duração, com uma extensão aproximada de 112,8 Km. O tempo médio recomendado para este Itinerário é de um dia, e o mesmo pode ser feito em qualquer época do ano, mas recomenda-se que, no inverno, seja feito até às 17:00h, pelas condições climáticas da Região e pela ausência de luz natural após este horário.

Os pontos de interesse a visitar são:

- 1- Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela;
- 2- Capela da Santa Casa da Misericórdia de Murça;
- 3- Capela da Santa Casa da Misericórdia de Minhava²⁴;
- 4- Capela da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real;
- 5- Capela da Colegiada de Santa Ana / Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real;
- 6- Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Peso da Régua;
- 7- Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Lamego.

²⁴ Freguesia de Adoufe, concelho de Vila Real.

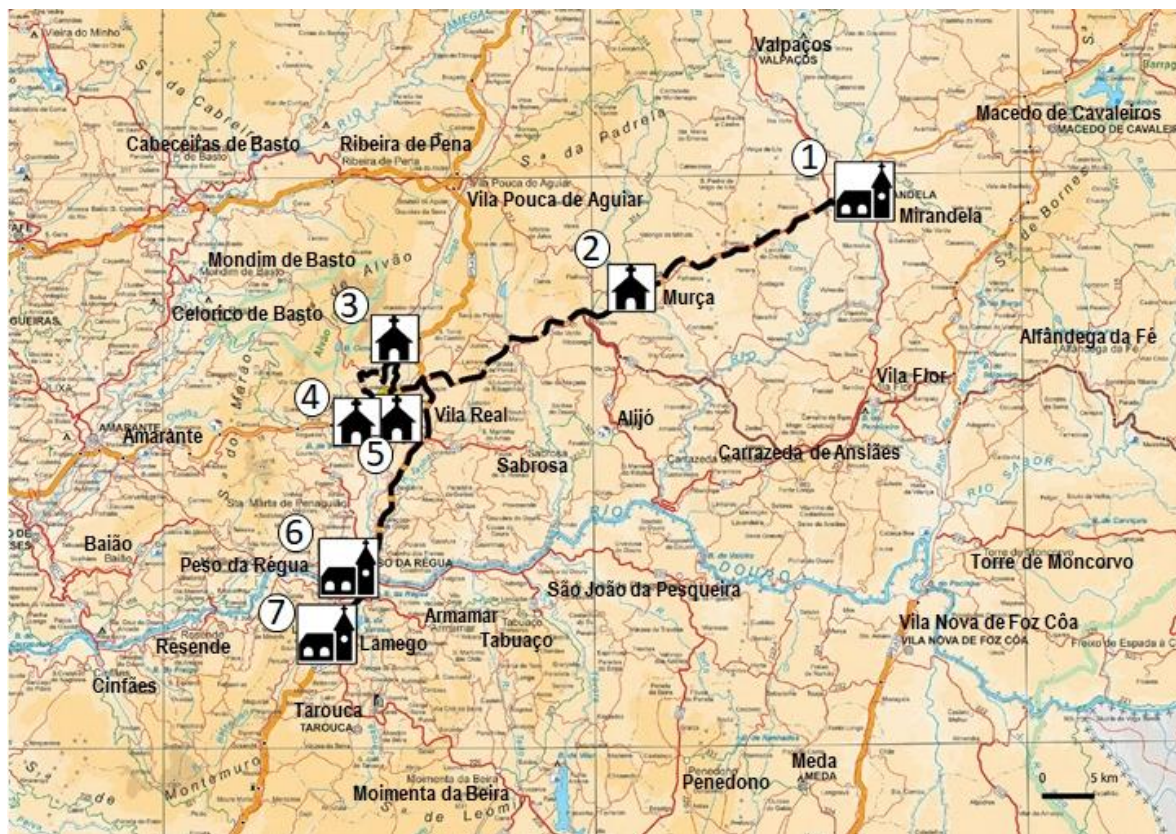


Figura 16. It 2 - Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro

Fonte: Série Cartográfica Nacional, 1:500000, DGT, 2013

Itinerário 3 - It 3: Mirandela-Vila Flor-Torre de Moncorvo-Freixo de Espada-à-Cinta- Vila Nova de Foz Côa- São João da Pesqueira

O It 3 (figura 17), é um Itinerário Turístico de âmbito religioso que abrange os concelhos de Mirandela, Vila Flor, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Vila Nova de Foz Côa e São João da Pesqueira. É um itinerário rodoviário e linear de média duração, com uma extensão aproximada de 196,9 Km. O tempo médio recomendado para este Itinerário é de dois dias, e o mesmo pode ser feito em qualquer época do ano, mas recomenda-se que, no inverno, seja feito até às 17:00h, pelas condições climatéricas da Região e pela ausência de luz natural após este horário.

Os pontos de interesse a visitar são:

- 1- Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela;
- 2- Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor;
- 3- Edifício e Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Moncorvo;
- 4- Capela do Espírito Santo e Hospital Velho de Moncorvo;
- 5- Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta;
- 6- Capela de Nossa Senhora da Misericórdia de Almendra²⁵;
- 7- Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira.

²⁵ Freguesia do concelho de Vila Nova de Foz Côa.

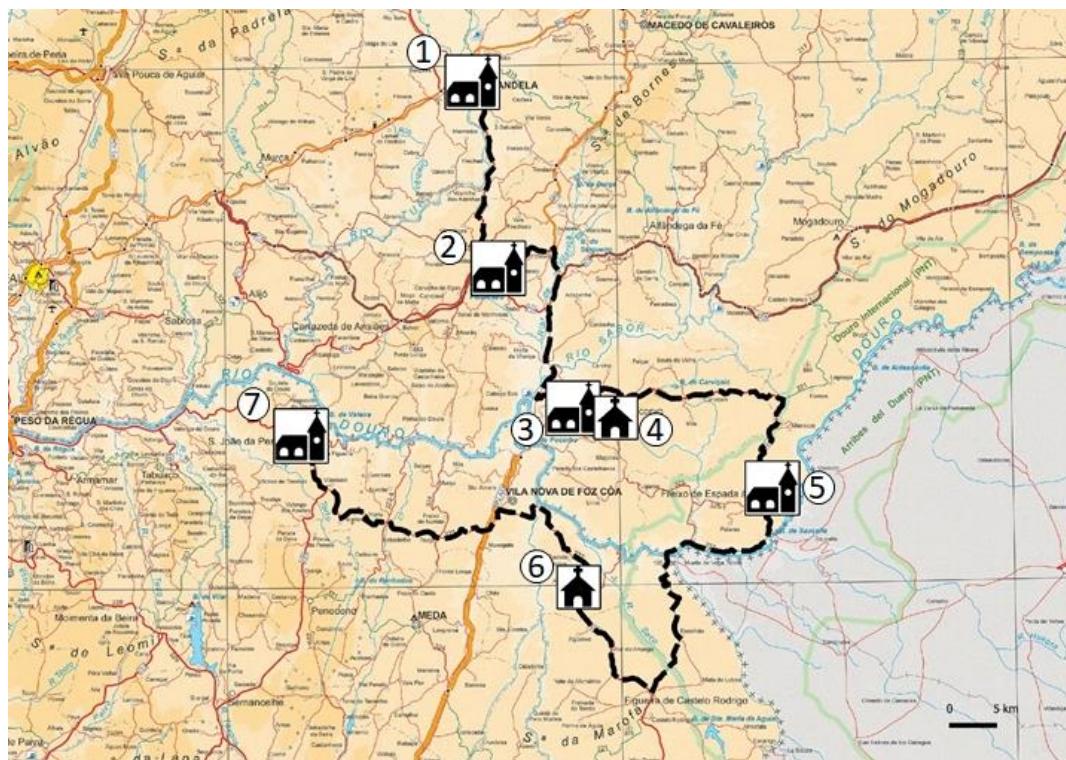


Figura 17. It 3 - Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro

Fonte: Série Cartográfica Nacional, 1:500000, DGT, 2013

Itinerário 4 - It 4: Mirandela-Bragança-Santulhão-Algoso-Penas Roias-Mogadouro-Chacim-Vila Flor-Mirandela

O It 4 (figura 18), é um Itinerário Turístico de âmbito religioso que abrange os concelhos de Mirandela, Bragança, Vimioso, Mogadouro, Macedo de Cavaleiros e Vila Flor. É um itinerário rodoviário e nodal ²⁶ de média duração, com uma extensão aproximada de 241,9 Km. O tempo médio recomendado para este Itinerário é de dois dias, e o mesmo pode ser feito em qualquer época do ano, mas recomenda-se que, no inverno, seja feito até às 17:00h, pelas condições climáticas da Região e pela ausência de luz natural após este horário.

Os pontos de interesse a visitar são:

1. Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela;
2. Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Bragança;
3. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Santulhão²⁷;
4. Capela da Santa Casa da Misericórdia de Algoso²⁸;
5. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Penas Roias²⁹;
6. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro;
7. Capela do Senhor da Misericórdia de Chacim³⁰;
8. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.

²⁶ Circular.

²⁷ Freguesia localizada no concelho de Vimioso.

²⁸ Idem.

²⁹ Freguesia localizada no concelho de Mogadouro.

³⁰ Freguesia localizada no concelho de Macedo de Cavaleiros.

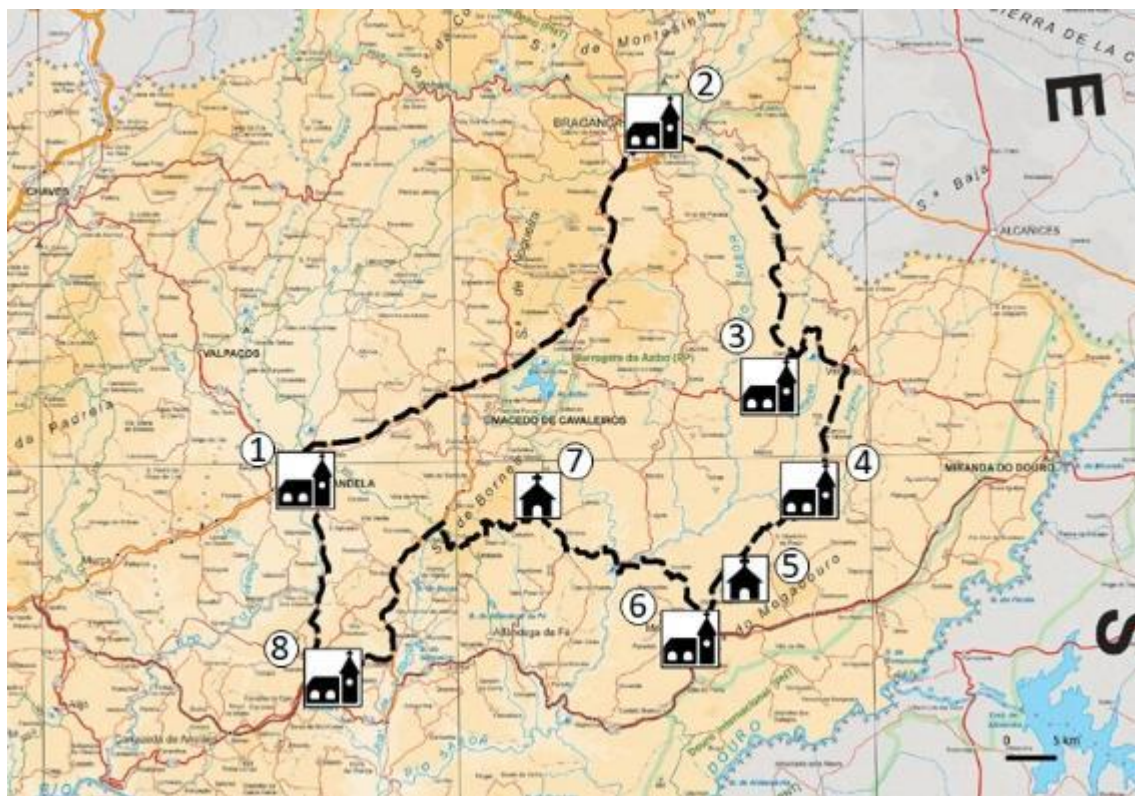


Figura 18. It 4 - Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro

Fonte: Série Cartográfica Nacional, 1:500000, DGT, 2013.

Itinerário 5- It 5: Mirandela-Murça-Alijó-Vila Flor- Alfândega da Fé- Castro Vicente-Mogadouro-Miranda do Douro-Santulhão-Mirandela

O It 5 (figura 19), é um Itinerário Turístico de âmbito religioso que abrange os concelhos de Mirandela, Murça, Alijó, Vila Flor, Alfândega da Fé, Mogadouro, Miranda do Douro e Vimioso. É um itinerário rodoviário e nodal de média duração, com uma extensão aproximada de 318,2 Km. O tempo médio recomendado para este Itinerário é de três dias, e o mesmo pode ser feito em qualquer época do ano, mas recomenda-se que, no inverno, seja feito até às 17:00h, pelas condições climatéricas da Região e pela ausência de luz natural após este horário.

Os pontos de interesse a visitar são:

1. Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela;
2. Capela da Santa Casa da Misericórdia de Murça;
3. Capela da Santa Casa da Misericórdia de Alijó;
4. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor;
5. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé;
6. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Castro Vicente³¹;
7. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro;
8. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro;
9. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Santulhão³².

³¹ Freguesia do concelho de Mogadouro.

³² Freguesia do concelho de Vimioso.

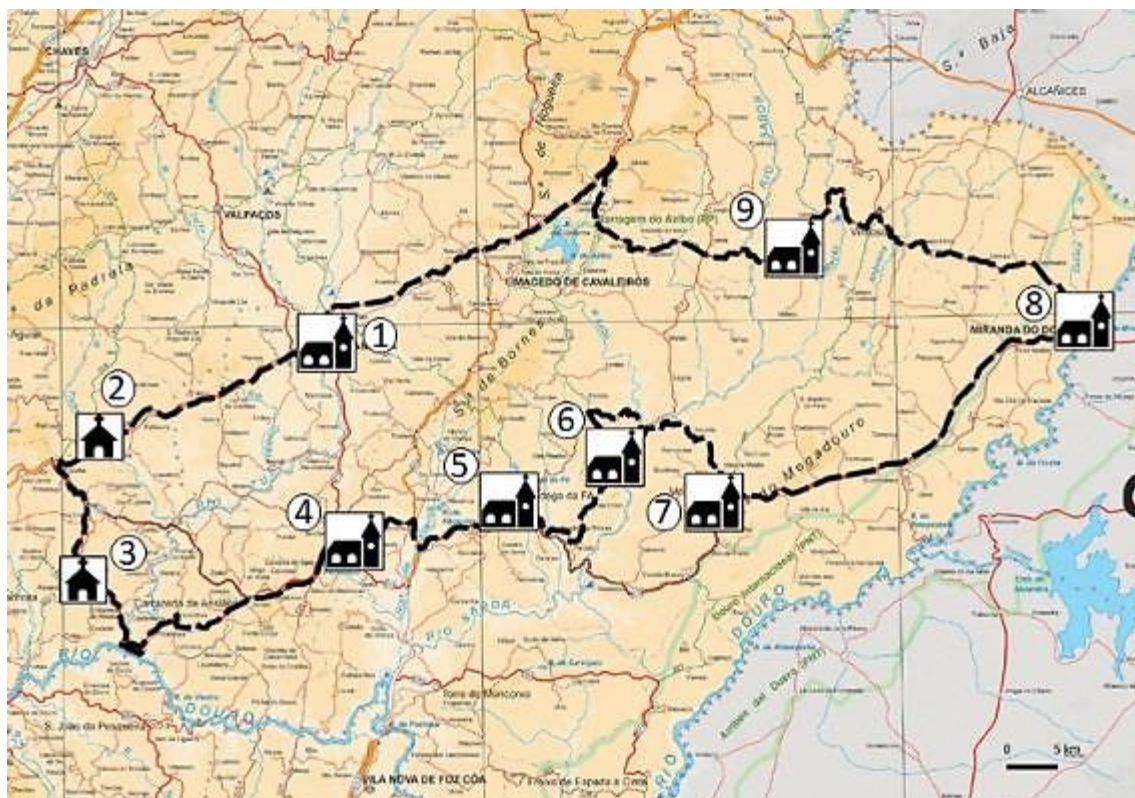


Figura 19. It 5 - Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro

Fonte: Série Cartográfica Nacional, 1:500000, DGT, 2013.

Após a definição dos itinerários, foram elaboradas fichas patrimoniais (constantes do Apêndice 2 deste trabalho) para a melhor apresentação dos recursos associados. Estas fichas contém uma seleção de informação pertinente e validada oficialmente pelo SIPA e colocada à disposição através do *site* www.monumentos.gov.pt, serve para dar conhecimento do património a ser contemplado na Rota. A informação disponibilizada acerca dos Bens, poderá dar origem a outro tipo de itinerários, como, por exemplo, os itinerários temáticos, que não foram contemplados neste estudo, mas que poderão vir a ser desenvolvidos no âmbito da Rota.

4.6.2- Ações previstas para a apresentação e dinamização da Rota da Misericórdia de Trás-os-Montes e Alto Douro

4.6.2.1- Principais Objetivos

De acordo com os pressupostos analisados através da revisão de bibliografia especializada e documentos oficiais, podem definir-se os seguintes objetivos para a Rota:

- i. Valorizar o património material e imaterial de índole religiosa da Região;
- ii. Incentivar a preservação e conservação dos Bens patrimoniais;
- iii. Incentivar a preservação da memória cultural e coletiva;
- iv. Atrair visitantes ao território, sejam eles peregrinos ou turistas, nacionais ou internacionais;
- v. Estabelecer parcerias estratégicas com as diversas entidades de natureza pública ou privada, com relevância técnica e científica para apoiar a Rota, tais como a União das Misericórdias Portuguesas, as Câmaras Municipais dos concelhos da Região, o Turismo do Porto e Norte de Portugal, o Turismo de Portugal I.P., as Associações de Municípios e as instituições de ensino da região, o Instituto Politécnico de Bragança e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- vi. Estabelecer parcerias de cooperação estratégica entre os vários *stakeholders* da região, como agentes de animação, restauração e alojamento; museus e associações culturais;
- vii. Fomentar a formação de guias locais do património religioso entre as pessoas das localidades dos Bens patrimoniais associados à Rota;

- viii. Fomentar a criação de sinergias que apostem no turismo como ferramenta de dinamização da economia local e regional.

4.6.2.2 – Gestão da Rota

Para a prossecução das finalidades da Rota da Misericórdia, enquanto instrumento de valorização do território através do turismo propõe-se a criação de uma entidade de natureza associativa que integre um representante de cada localidade dos bens patrimoniais da Rota.

Esta entidade terá como funções a gestão financeira e de recursos humanos; a identificação de necessidades formativas e a garantia do bom funcionamento dos Bens patrimoniais, no tocante à sua conservação e valorização; como funções da entidade, citam-se ainda, a disponibilização de guias locais para a abertura e interpretação dos Bens patrimoniais e o estabelecimento de parcerias e iniciativas com as diversas entidades e agentes económicos da Região.

4.6.2.3 – Ações de Dinamização

a. Ação nº 1: Logótipo da Rota



Figura 20. Proposta de Logótipo

Elaboração própria (2017) a partir do *site* <https://pt.freelogodesign.org>.

Propõe-se a criação de um logótipo (figura 20) para a Rota, alusivo à iconografia da Bandeira da Misericórdia, identitária de todas as Misericórdias, desde a fundação até aos dias atuais, que representa Nossa Senhora da Misericórdia (figura 21) com o manto aberto a acolher o clero, a nobreza e o povo.



Figura 21. Nossa Senhora da Misericórdia, bandeira, mestre desconhecido, pintura a óleo sobre tela, séc. XVIII
Lisboa, Museu de São Roque / Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Fonte: Paiva (2002: VII)

O logótipo aponta Nossa Senhora a acolher todos os peregrinos e visitantes, a estrela representa o caminho, como a Estrela do Norte que indica o Norte, remete ao percurso e ao propósito de quem nos visita, quer da aproximação cultural ou religiosa.

As palavras-chave associadas à Rota são a fé; a caridade; a história e o património (figura 22). Estas palavras estão também refletidas no desenho do logótipo: A fé, através da figura de Maria, enquanto representante da grande fé do povo português em Nossa Senhora; a caridade, através do manto e dos braços abertos, representando o carácter da Misericórdia; o património e a história, representados pelo nome da instituição, que, nos

cinco séculos de existência, legou o seu valioso património e deixou a sua marca na história desta Região.

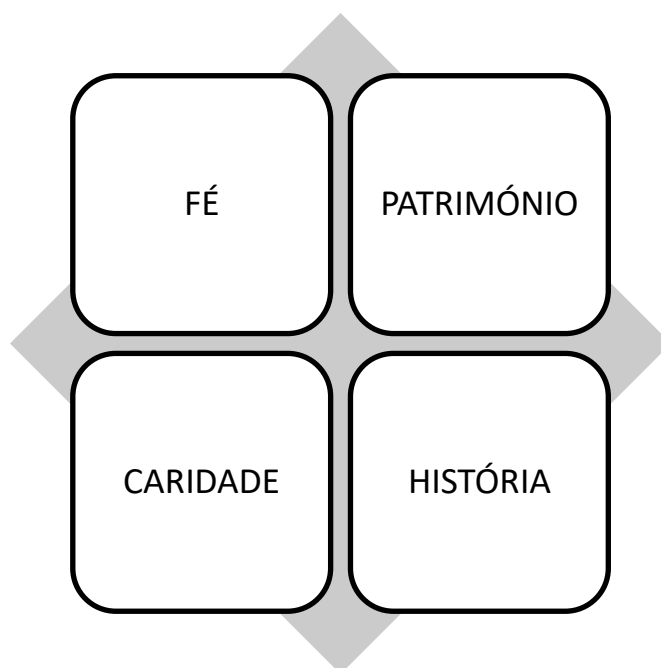


Figura 22. Palavras-chave associadas à Rota

Elaboração própria (2017)

b. Ação nº2: Criação de um cartão de visitante/peregrino

Propõe-se a criação de um cartão de visitante/peregrino da Rota, que para além da identificação dos mesmos, dará acesso, através das diversas parcerias, a benefícios que poderão ser descontos em restaurantes, alojamento, museus e comércio local nas localidades dos Bens patrimoniais integrantes da Rota.

c. Ação nº 3: Formação de guias locais e ações de sensibilização patrimonial

Propõe-se a formação de guias locais entre os “vigilantes” e responsáveis pela abertura dos Bens patrimoniais. No âmbito da educação patrimonial, recomenda-se o

desenvolvimento de ações de dinamização dirigidas à comunidade local e aos profissionais dos sectores da economia ligados ao acolhimento dos visitantes.

d. Ação nº4: Criação de um centro interpretativo e quatro portas de entrada

Propõe-se a criação de um Centro Interpretativo da Misericórdia, localizado em Mirandela, cuja escolha baseia-se a centralidade, e alusivo às temáticas História, Património, Fé e Caridade, onde dará a conhecer ao visitante a História e o legado da Instituição a nível nacional, regional e local.

O centro interpretativo será um local de apoio aos visitantes e peregrinos cujos objetivos serão: acolher os visitantes, contextualizar a história da Misericórdia em Portugal e em Trás-os-Montes, prestar informações sobre a rota e sobre todos os serviços e atrativos complementares à Rota e promover a divulgação da Rota.

Propõe-se a criação de quatro portas de entrada com as temáticas já definidas e alusivas à Misericórdia e funcionando como pequenos núcleos museológicos da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro, nos seguintes concelhos:

- I. Miranda do Douro, dedicada à temática da História da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro. Pela sua localização estratégica e captação de visitantes espanhóis.
- II. Lamego, dedicada à temática do Património da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro. Pela sua localização estratégica e captação de fluxos turísticos oriundos do Douro.
- III. Bragança, dedicada à temática da Fé relacionada à Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro. Pela sua localização estratégica junto à fronteira com Espanha e, sobretudo, dada a sua importância como Sede Episcopal.
- IV. Chaves, dedicada à temática da Caridade relacionada à Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro. Pela sua localização estratégica enquanto fluxo de peregrinos de Santiago de Compostela.

Cada uma das portas de entrada funcionará como um pequeno núcleo museológico, com exposições temporárias de peças pertencentes ao espólio das diversas Misericórdias da região, alusivas às temáticas, tais como: Ex-votos, legados, documentação, objetos de culto, peças de arte sacra, etc. Cada porta de entrada terá como objetivo, divulgar e fornecer informações sobre a Rota.

e. Ação nº 5: Criação de um *site* e aplicação móvel

Propõe-se, ainda, a criação de um *site*, otimizado para o funcionamento em smartphones para a divulgação da Rota. Este terá informações sobre a história da Instituição, informações sobre os Bens, os itinerários propostos, a programação de todas as festividades, cerimónias religiosas e eventos a decorrer em cada um dos bens patrimoniais e localidades associadas à Rota.

Foi criado, a título de exemplo, um mapa interativo, disponível em <https://qgiscloud.com/mmalgouveia/RotaMisericordiaCloud/>, onde constam os itinerários propostos e os Bens patrimoniais que integram a Rota.

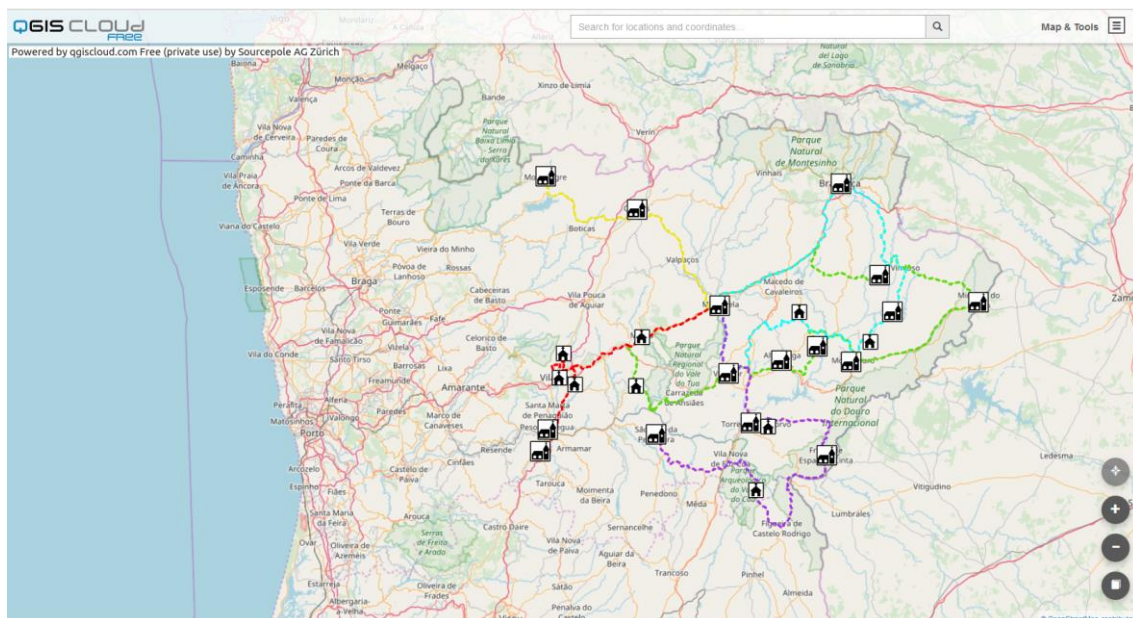


Figura 23. Mapa QGIS Cloud - Rota da Misericórdia.

Fonte: Maria Gouveia (2017).

Propõe-se a criação de uma aplicação móvel, onde conste um mapa interativo com informação em detalhe sobre cada um dos pontos alusivos à Rota, que seja de fácil consulta e utilização e que sirva também para informar sobre os eventos e festividades.

f. Ação nº 6: Sinalética

Recomenda-se a conceção e implementação de sinalética uniforme e identificativa da Rota. A sinalética deve estar: propor

- i. Na proximidade dos Bens patrimoniais;
- ii. Indicando o caminho aos Bens patrimoniais desde os pontos de entrada das várias localidades;
- iii. Nas principais estradas de acesso.

g. Ação nº 7: Material de *merchandising*

Propõe-se a criação e conceptualização de material de *merchandising* alusivo à Rota, que pode incluir desdobráveis, folhetos, publicações, t-shirts, material de escritório, postais, entre outros. Este material pode ser vendido nas lojas das portas de entrada e na loja do centro interpretativo e será simultaneamente, um instrumento de divulgação da Rota e um meio de geração de recursos financeiros para garantir o seu bom funcionamento.

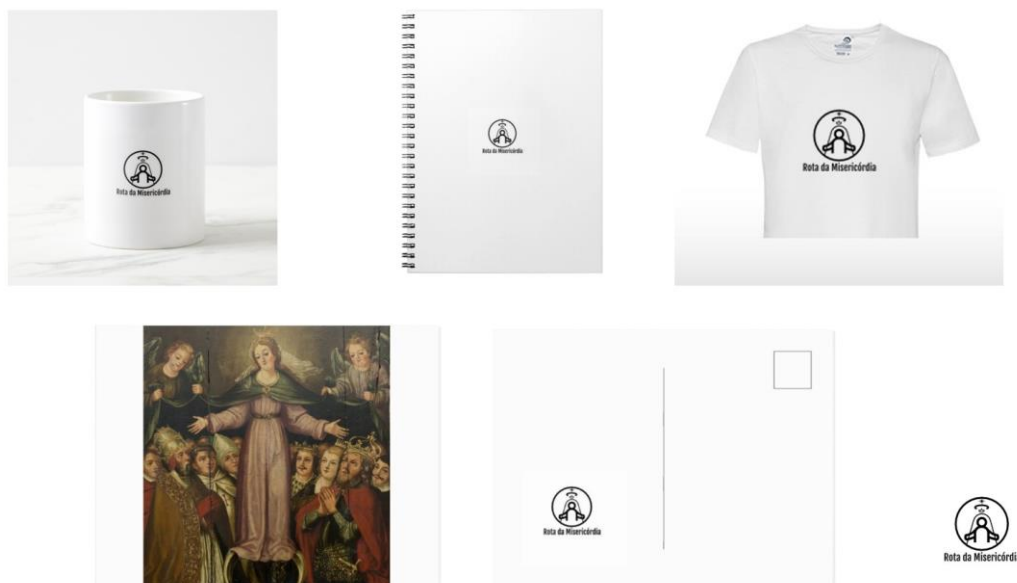


Figura 24. Proposta de material de merchandising.

Elaboração própria (2017) a partir do *site* www.zazzle.com.br.

4.7- Análise SWOT

Na tentativa de enumerar as potencialidades e perceber quais são as entropias associadas à criação da Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro, foi realizada uma análise SWOT.

Segundo Pike (2008), a análise SWOT é eficaz na projeção e comunicação de objetivos estratégicos, ao combinar os recursos da organização com as oportunidades ambientais. SWOT é um acrónimo que representa pontos fortes (*Strengths*), pontos fracos (*Weaknesses*), oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*). Este modelo incentiva a pensar em estratégias ofensivas que maximizarão os pontos fortes em relação às oportunidades e estratégias defensivas que minimizarão as fraquezas em relação às ameaças.

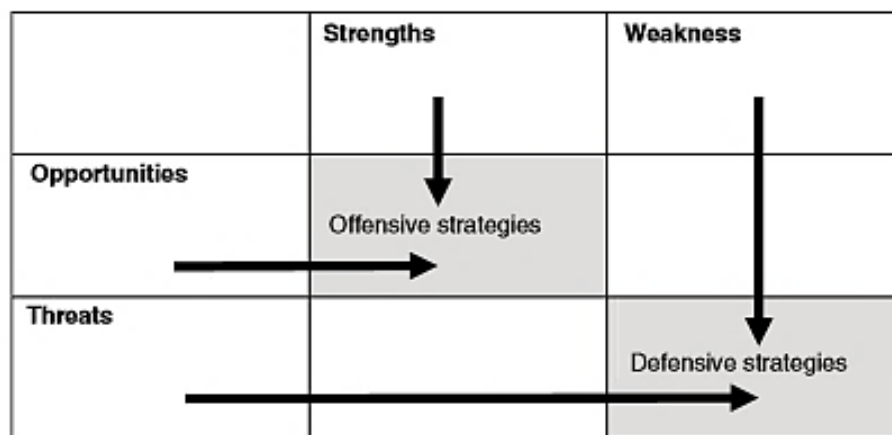


Figura 25. Matriz SWOT.

Fonte: Pike (2008:122)

Tabela 7. Matriz SWOT Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro

Forças		Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> (i) A Rota vai proporcionar o resgate da identidade local; (ii) O património material e imaterial associado à Rota, possui um carácter único, pela paisagem, pelo enquadramento geográfico, pela cultura e pela moldura humana da região; (iii) A criação da Rota constitui um instrumento de salvaguarda dos valores patrimoniais religiosos e culturais; (iv) A criação de uma Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro é um projeto único na região e no país; (v) A Rota da Misericórdia contribuirá para a transmissão de conhecimento, para os locais e para os visitantes. 		<ul style="list-style-type: none"> (i) Fraca visibilidade da região; (ii) Promoção do território mais voltada para a gastronomia e para o património natural; (iii) Envelhecimento da população e baixa densidade demográfica; (iv) Baixos níveis de empreendedorismo e de investimentos empresariais na Região; (v) Inexistência de oferta estruturada relativa a serviços complementares que proporcionem um aumento da permanência mínima de visitantes na região; (vi) Igrejas e capelas fechadas ou a funcionar somente em alguns períodos do dia/semana. (vii) Igrejas e capelas inacessíveis e degradadas.
Oportunidades	Estratégias Ofensivas	
<ul style="list-style-type: none"> (i) A Rota poderá proporcionar o enriquecimento cultural e o fortalecimento da identidade dos residentes na região; (ii) A Rota poderá contribuir para a preservação do património religioso e cultural, material e imaterial; (iii) A Rota poderá contribuir com a dinâmica turística regional, constituindo uma estratégia de desenvolvimento local; (iv) A Rota constituirá um aproveitamento de recursos endógenos; 	<ul style="list-style-type: none"> (i) Desenhar estratégias de comunicação para a Rota que incluam ferramentas de Marketing Digital; (ii) Desenhar estratégias de comunicação com os locais, com os nacionais e com o público estrangeiro; (iii) Estabelecer parcerias com <i>stakeholders</i> que operem na região; (iv) Estabelecer parcerias com outras entidades de natureza associativa e pública que operem na região, no sentido de estruturar a oferta: outras rotas, autarquias e associações; (v) Estabelecer parcerias com entidades de natureza privada que operem na região: estabelecimentos de 	

(v) A Rota será uma oportunidade de gerar parcerias com outras entidades regionais (Por exemplo, PRNVT).	alojamento, restauração, operadores turísticos, empresas de animação; (vi) Promover ações de sensibilização/formação para os locais para fortalecer o sentimento de pertença e a aquisição de conhecimentos.
Ameaças	Estratégias Defensivas
<ul style="list-style-type: none"> (i) Forte migração da população em idade ativa para o litoral do país; (ii) Forte migração da população em idade ativa para o estrangeiro; (iii) Fraco poder de compra da população local/ nacionais; (iv) O uso excessivo dos bens em contexto turístico pode causar impactos negativos; (v) Existe uma necessidade constante de inovação da oferta por causa do esgotamento de atrativos; (vi) Outras Rotas e atrativos do território podem causar entropias se não houver boas práticas de gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> (i) Incentivar, através de parcerias, a atuação de entidades de natureza privada na Rota, com a finalidade de fixar pessoas através da dinamização da economia; (ii) Investimento na formação e sensibilização dos locais para o património; (iii) Formação de guias locais para atuar na região; (iv) Estabelecimento de parcerias com outras Rotas.

Elaboração própria (2017) baseada em Pike (2008:122).

Conclusões, Limitações do Estudo e Futuras Linhas de Investigação

O património da Santa Casa de Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro, constitui um importante legado histórico que contribuiu para a formação da identidade local. A divisão administrativa do país, sempre deu a este território, pelas condições de isolamento impostas pela geografia, um carácter de unicidade que, com o passar do tempo, foi-se enraizando na tradição, nos costumes, na religiosidade, no sentimento de pertença e nos modos de vida da população. A título de exemplo, antes de se autoafirmarem brigantinos ou vila-realenses, os habitantes desta região, denominam-se transmontanos e, onde fica Trás-os-Montes (e Alto Douro)? Eles respondem: “Para cá do Marão”.

Presente em Trás-os-Montes e Alto Douro desde o século XVI, esta confraria, de carácter assistencial fundada por D. Leonor e assente nas 14 obras de Misericórdia, é, ainda hoje, atuante neste território como instituição de assistência. Desta permanência histórica deixa como legado, o seu património, de carácter assistencialista, como é o caso dos hospitais e o património religioso, como é o caso das igrejas e capelas que, embora não possuam, na sua generalidade, um carácter monumental, possuem identidade, autenticidade e, por isso, pode-se dizer que, são relevantes para a conceção de uma rota.

Para a criação desta Rota foram identificados 25 Bens patrimoniais, sendo 9 capelas e 16 igrejas com predominância na porção sul de Trás-os-Montes e Alto Douro. Destes Bens, a maior parte é gerido pela Santa Casa da Misericórdia, que disponibiliza, para a maioria deles, a possibilidade de visita acompanhada por pessoas ligadas à própria instituição; a maior parte dos Bens é utilizada com a finalidade religiosa e têm festividades e solenidades que, ainda hoje, podem-se associar ao espírito de devoção das primeiras Misericórdias, tais como as cerimónias da Paixão e as missas por alma dos irmãos falecidos.

Foi feito, também, um levantamento relativo à oferta disponibilizada acerca do alojamento, dos equipamentos culturais e dos agentes de animação turística, das NUTS III, deste levantamento, considera-se que a NUTS III Douro, tem um maior potencial de

fixação dos visitantes, seguida da NUTS III Terras de Trás-os-Montes, e, por último, a NUTS III Alto Tâmega, com uma oferta, ainda, muito residual, face ao seu potencial e à sua localização, junto à fronteira com Espanha. Entende-se que, para as características naturais, patrimoniais e paisagísticas desta Região ainda não há uma oferta organizada e dinâmica que contribua para atrair mais visitantes.

Uma rota turística é constituída por um ou por vários itinerários e circuitos, onde há uma conjugação entre os atrativos patrimoniais, naturais e imateriais com a finalidade de proporcionar um incremento na oferta turística e na própria dinâmica económica de uma região, através da participação de todos os agentes do território.

Para a Rota proposta e que é a sustentáculo deste estudo, foram propostos cinco itinerários assentes na rede viária, como uma forma de percorrer o território e conhecer as Igrejas e Capelas. Todos os Bens patrimoniais foram contemplados em, pelo menos, um itinerário.

Foram ainda, propostas, ações de dinamização, divulgação e interpretação assentes na criação de um centro interpretativo da Misericórdia em Mirandela e quatro portas de entrada para a Rota, situadas em Bragança, Chaves, Lamego e Miranda do Douro e alusivas a temáticas associadas à presença da Santa Casa da Misericórdia neste território. Todos os itinerários foram definidos de modo a que o ponto de partida ou chegada seja sempre uma das portas de entrada ou o centro interpretativo e tiveram dimensões que variaram entre os 88,9 Km e os 318,2 Km, podendo ser percorridos entre 1 a 3 dias.

Foram, também, escolhidos outros instrumentos de dinamização como um site e uma aplicação móvel, por entender-se que as Tecnologias de Informação e Comunicação, são uma ferramenta muito importante para o turismo. Da proposta, constou-se a criação de um logótipo, de sinalética interpretativa e de material de *merchandising*, para tornar a Rota um produto claramente identificável e promove-la antes, durante e depois da visita.

Uma das limitações encontradas neste estudo foi a falta de sensibilidade para o património, quer por desconhecimento dos seus valores tangíveis e intangíveis, quer pela crença de que o património não gera dividendos económicos. Sendo o turismo, um sector assente em serviços, a experiência turística está condicionada também ao valor que damos ao nosso património, seja pelas condições de conservação, pela maneira como falamos

dele ou pelo conhecimento da sua importância e história. Neste sentido, deve-se dizer, que a educação patrimonial é um instrumento de valorização e conservação do património, contribuindo para o reforço da identidade local e que uma das funções da Rota é promover os valores patrimoniais identitários, quer sejam materiais ou imateriais. Para futuros estudos desta natureza, propõe-se ações de sensibilização patrimonial junto aos informantes-chaves e aos decisores das instituições da situação dos Bens.

Uma outra limitação para este estudo foi a condicionante geográfica. Dada a dimensão do território, não podemos prescindir das estradas, das suas intersecções e das acessibilidades aos Bens para construir um trabalho desta natureza. Assim, seria interessante considerar, em futuros estudos sobre a mesma temática, a inclusão de vias alternativas de acesso e de outros tipos de itinerários, como é o caso dos percursos pedestres. Ainda, nesta linha de pensamento, seria pertinente desenvolver outros tipos de itinerários, como, por exemplo, os itinerários temáticos ligados ao património.

No que concerne aos levantamentos telefónicos/por via eletrónica associados ao estudo, as limitações podem eventualmente relacionar-se com o viés relativo ao curto tempo de recolha *online* de respostas, uma vez que estes foram disponibilizados entre 02 e 30 de outubro de 2017. Com alguma insistência conseguimos 16 respostas, o que, de um universo de 25 questionários, dá uma taxa de resposta de 64%.

A Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro é a primeira e única Rota da Misericórdia existente no país e, como tal, não há outros exemplos onde nos possamos basear, sendo, por isso, um projeto passível de muitos ajustes relativos à especificidade da temática. Vale salientar que por tratar-se de um projeto no âmbito de uma proposta de conclusão de mestrado, está limitado no tempo e nos recursos e, por isso, há aspetos diferentes no tocante à conceção de uma Rota em trabalhos de outra natureza.

Como futuras linhas de investigação, propõe-se a criação de outras Rotas regionais da Misericórdia, ligadas somente ao património religioso ou ligadas ao património de assistência, mais se informa que nas localidades da Região onde não foram identificados Bens patrimoniais de âmbito religioso, verificou-se a existência de hospitais e outros equipamentos assistenciais.

As rotas regionais da Misericórdia poderão, se interligadas, proporcionar o desenvolvimento de uma Rota Nacional das 14 Obras da Misericórdia e de uma rede de património da Misericórdia que inclua também, o património presente nos países de cultura lusófona.

Referências Bibliográficas

Abreu, L. (2003). Misericórdias: patrimonialização e controle régio (séculos XVI e XVII). *Ler história*, 44, 5-24.

Bernier, E. T. (2006). 84. Rutas culturales. Recurso, destino y producto turístico. *revista ph*, (60. Especi).

Bujdosó, Z., Dávid, L., Tózsér, A., Kovács, G., Major-Kathi, V., Uakhitova, G. & Vasvári, M. (2015). Basis of heritagization and cultural tourism development. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 188, 307-315.

Calvelli, H. G. (2009). Turismo-Religioso no Caminho da Fé. *Revista Eletrônica de Turismo cultural*.

Carvalho, A. M. (Junho/Julho de 2011). O Santuário De Nossa Senhora Dos Remédios: devoção ou turismo. *Congresso Internacional da APDR/ AECR*, pp. 612-625.

Costa, C. (2005). Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000). *Análise Social*, 279-295.

Creswell, J. W. (2007). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five traditions* (2ndEd). Thousand Oaks, CA: Sage.Cap2e3

Cunha, L. (1997). *Economia e política do turismo*. McGraw Hill.

Cunha, L. (2001). Introdução ao turismo. Verbo.

Daveau, S., 1995. Portugal Geográfico. Edições João Sá da Costa, Lda. Lisboa.

De la Torre, G., Naranjo, P., & Cárdenas, R. M. (2012). Etapas del ciclo de vida en el desarrollo del turismo religioso: una comparación de estudios de caso. Cuadernos de turismo, (30), 241-266.

De la Torre, G., Pérez, L. M., & Cárdenas, R. M. (2015). Factores que determinan el crecimiento del turismo en destinos religiosos. Revista de Ciencias Sociales (Ve), 22(1).

Denzin, N. & Lincoln, Y. (2000). Handbook of qualitative research (3rd Edition). Thousand Oaks, California: Sage Publications.

Domingues, C. (1997). Prontuário turístico. Instituto Nacional de Formação turística, 2ª edição.

Fernández, G. & Guzmán, A. (2005). Patrimonio Industrial y Rutas Turísticas Culturales: Algunas Propuestas Para Argentina. Cuadernos de Turismo, (15), 97-112.

Figueira, L. (2010). Manual para elaboração de roteiros de turismo cultural. Cespoga. IPT-Instituto Politécnico de Tomar.

Frémont, A., Gonçalves, A., & Mendes, A. G. (1980). A região, espaço vivido. Almedina.

Gamboa, M. (2016). Turismo místico y Turismo religioso: Las diferencias conceptuales desde una mirada antropológica de la subjetividad. *Revista Uruguaya de Antropología y Etnografía*, 1(1), 4-4.

Gómez, J. G, Quijano, C.(1992): *Rutas e Itinerarios Turísticos en España. Síntesis*. Madrid.

Gonzalo, M. C. P. (2006). Turismo cultural, turismo religioso y peregrinaciones en Navarra. Las Javieradas como caso de estudio. *Cuadernos de Turismo*, (18), 103-134.

Ignarra, L. R. (2001). *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Ismagilova, G., Safiullin, L., & Gafurov, I. (2015). Using historical heritage as a factor in tourism development. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 188, 157-162.

Lakatos, E. M., & de Andrade Marconi, M. (2003). *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas.

Lopes, M. A. (2015). Musealizar misericórdias conhecendo a sua história. In *I Jornadas de museologia nas Misericórdias* (pp. 49-52). Misericórdia de Penafiel.

Maia, S., & Baptista, M. M. (2011). As Rotas Como Estratégia Turística: Percepção De Benefícios E Obstáculos Na Constituição De Rotas Museológicas Na Região De Aveiro. *Tourism & Management Studies*, 1.

Maio, C. A. (2004). Turismo religioso e Desenvolvimento Local. Publicação de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná (Brasil), pp. 53-58.

McKercher, B. (2002). Towards a classification of cultural tourists. *International journal of tourism research*, 4(1), 29-38.

Marques, J. (2010). Nos primórdios da igreja da Misericórdia de Castro Vicente. In: A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa. Vila Real: CEPESE–Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 285-298.

Molina, M.M. (2014). Las rutas culturales en el desarrollo territorial. Estudio de casos y propuestas para el Camino Real e Intercontinental. Universidad Internacional de Andalucía.

Paiva, J. P. (2002). *Portugaliae monumenta misericordiarum*-vol. 1: Fazer a história das misericórdias (Vol. 1). União das Misericórdias Portuguesas.

Paiva, J. P. (2003). *Portugaliae monumenta misericordiarum* -vol. 2: Antes da Fundação das Misericórdias (Vol.2). União das Misericórdias Portuguesas.

Paiva, J. P. (2004). *Portugaliae monumenta misericordiarum*-vol.3: A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I (Vol.3). União das Misericórdias Portuguesas.

Paiva, J. P. (2005). *Portugaliae monumenta misericordiarum*-vol. 4: Crescimento e Consolidação: de D. João III a 1580 (Vol.4). União das Misericórdias Portuguesas.

Paiva, J. P. (2006). *Portugaliae monumenta misericordiarum*-vol. 5: Crescimento e 5: Reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filipes(Vol.5). União das Misericórdias Portuguesas.

Paiva, J. P. (2007). *Portugaliae monumenta misericordiarum*-vol. 6: Estabilidade, grandeza e crise: da Restauração ao final do reinado de D. João (Vol.6). União das Misericórdias Portuguesas.

Paiva, J. P. (2008). *Portugaliae monumenta misericordiarum*-vol. 7. Vol. 7 : Sob o signo da mudança: de D. José I a 1834. (Vol.8). União das Misericórdias Portuguesas.

Paiva, J. P. (2010). *Portugaliae monumenta misericordiarum*- vol. 8. Tradição e modernidade: o período da monarquia constitucional (1834-1910). (Vol.8). União das Misericórdias Portuguesas.

Paiva, J. P. (2011). *Portugaliae monumenta misericordiarum*- vol. 9-t. I : Misericórdias e secularização num século turbulento (1910-2000). Vol. 9-t. I. União das Misericórdias Portuguesas.

Paula, J., & Bastos, L. (2002), —Fotointerpretação aplicada na optimização de rotas turísticas‖, XII Simpósio Latinoamericano de Percepcion Remota, Cochabamba-Bolivia, XII, 6.

Pereira, V. C., & Peres, A. N. (2010). Turismo cultural e Religioso em Braga e Santiago de Compostela: Proposta de Criação de um Produto Conjunto. Revista Turismo e Desenvolvimento, pp. 39-48.

Pereiro, X. (2009). Turismo cultural. Uma visão antropológica. PASOS.

Perilla, S. M. T., & Perilla, N. T. (2013). Turismo religioso: fenómeno social y económico. *Turismo y Sociedad*, 14.

Pike, S. (2008). *Destination marketing: An Integrated Marketing Communication Approach*. Routledge.

Pulido, J. I. F., (2006). Por qué no funcionan turísticamente algunos itinerarios o rutas culturales?. PH: boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 60, 110-113.

Ribeiro, O. (1970). *Ensaio de Geografia Humana e Regional 1*. Lisboa, Livraria Sa da Costa Editora.

Ribeiro, O. (1987). *Introdução ao estudo da geografia regional*. Ed. João Sá da Costa, Lda.

Salvador, D., & Baptista, M. M. (2011). Turismo cultural e origens de um povo: uma rota turístico-literária para a cidade de Fortaleza, baseada na obra “Iracema”, de José de Alencar. In Congresso Internacional “A Europa das Nacionalidades–Mitos de Origem: Discursos Modernos e Pós-modernos (pp. 188-189).

Sancho, A., & Buhalis, D. (1998). *Introducción al turismo*. Madrid: Organización Mundial del Turismo.

Santos, J. A. (1985). *Regionalização: processo histórico* (Vol. 4). Livros horizonte.

Serrallonga, S. A., & Hakobyan, K. (2011). Turismo religioso y espacios sagrados: una propuesta para los santuarios de Catalunya. *RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo*, 1(1), 63-82.

Severino, A. J. (2010). Metodologia do trabalho científico. Cortez editora.

Shishmanova, M. V. (2015). Cultural Tourism in Cultural Corridors, Itineraries, Areas and Cores Networked. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 188, 246-254.

Smith, M. K. (2009). *Issues in cultural tourism studies*. Routledge.

Sousa, A., & Pinheiro, C. (2014). O papel do turismo religioso nos territórios- Caso de Lamego (Portugal). *Tur Y Des- Revista de Investigación en Turismo Y Desarrollo Local*.

Sousa, F. & Cardona, P. (2010) in: Ferreira-Alves, N.M. (coord) (2010), *A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa* (Vila Real, 8-11 de setembro de 2010), CEPES.

Valiente, G. & Romero, A. (2011). Turismo religioso en España:¿ La gallina de los huevos de oro? Una vieja tradición, versus un turismo emergente. *Cuadernos de turismo*, (27).

Valiente, G. C. (2006). Turismo religioso en Montserrat: montaña de fe, montaña de turismo. *Cuadernos de turismo*, (18), 63-76.

Vukonić, Boris. 2000. "Religion". En: *Encyclopedia of Tourism*, Jafar Jafari (Eds.). London: Routledge.

Referências eletrônicas

Carta internacional do Turismo cultural, ICOMOS, 1999. in: www.turismodeportugal.pt (página consultada em 10/10/2017).

Estratégia de Marketing Turístico do Porto E Norte De Portugal - Horizonte 2015-2020 in: www.portoenorte.pt (página consultada em 10/10/2017).

<http://icom-portugal.org> (página consultada em 20/10/2017).

<https://pt.freelogodesign.org> (página consultada em 20/10/2017).

KITS Património | Património Arquitetónico – Igrejas de Misericórdia. Versão 1.0 – Documento provisório | dezembro, 2010. IRHU/IGESPAR in: www.monumentos.gov.pt (página consultada em 12/10/2017).

Plano Estratégico Nacional do Turismo in: www.turismodeportugal.pt (página consultada em 10/10/2017).

Marujo, N. (2014). A Cultura, o Turismo e o Turista: que relação? In: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/12565>. (Página consultada em 16/12/2017).

Registo de Empreendimentos Turísticos, Agentes de Animação e Alojamento Local nas NUTS III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes in: <https://rnt.turismodeportugal.pt> (página consultada em outubro de 2017).

Turismo 2020: Cinco Princípios Para Uma Ambição in: www.turismodeportugal.pt (página consultada em 10/10/2017).

www.ine.pt (página consultada em 11/10/2017).

www.monumentos.gov.pt (página consultada em 13/10/2017).

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt> (página consultada em 16/12/2017).

www.pordata.pt (página consultada em 11/10/2017).

www.scmpr.pt (página consultada em 12/10/2017).

www.ump.pt (página consultada em 25/09/2017).

www.zazzle.com.br (página consultada em 20/10/2017).

Referências Cartográficas

CAOP, Carta Administrativa Oficial de Portugal, Direção Regional do Território, 2016.

Anexos

Anexo I: Registo de Empreendimentos Turísticos, Agentes de Animação e Alojamento
Local nas NUTS III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes

Tabela 8. Registo de Empreendimentos Turísticos, Agentes de Animação e Alojamento Local nas NUTS III Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes,

	Empreendimentos Turísticos	Agentes de Animação	Alojamento Local
Terras de Trás-os-Montes	170	29	131
Alfândega da Fé	14	0	7
Bragança	45	12	68
Macedo de Cavaleiros	17	2	22
Miranda do Douro	32	4	4
Mirandela	19	5	9
Mogadouro	5	1	14
Vila Flor	13	3	1
Vimioso	8	2	1
Vinhais	17	0	5
Alto Tâmega	70	27	62
Boticas	3	2	0
Chaves	26	6	21
Montalegre	26	5	30
Ribeira de Pena	3	7	6
Valpaços	5	3	1
Vila Pouca de Aguiar	7	4	4
Douro	174	67	192
Alijó	16	9	14
Armamar	11	2	21
Carrazeda de Ansiães	7	2	10
Freixo de Espada à Cinta	5	0	7
Lamego	29	9	32
Mesão Frio	7	5	15
Moimenta da Beira	8	2	5
Murça	2	0	5
Penedono	2	0	0
Peso da Régua	9	8	27
Sabrosa	16	3	9
Santa Marta de Penaguião	6	0	5
São João da Pesqueira	5	0	9
Sernancelhe	4	0	1
Tabuaço	9	3	9
Tarouca	5	1	3
Torre de Moncorvo	14	3	5
Vila Nova de Foz Côa	6	5	1
Vila Real	13	15	14

Elaboração própria (2017), baseada em Turismo de Portugal, I.P.

Anexo II: Cronologia de Fundação das Misericórdias

Tabela 9. Datas de Fundação das Misericórdias.

1. Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro (Provável – 1559)	<p>“1559 – Mogadouro – A fixação do ano de 1559 como ano da criação da Misericórdia de Mogadouro é discutível, embora admissível. Nesse ano, aos 17 de julho, atendendo a súplica de Luís Álvares de Távora, Senhor de Mogadouro, o papa Pio IV concedeu-lhe uma bula de indulgências para que ele pudesse erigir um hospital na vila transmontana e nele um altar, ou capela, sob a invocação de Nossa Senhora. Autorizava ainda o Sumo Pontífice a constituir-se na dita capela uma irmandade de leigos, sob licença do ordinário local, com a faculdade de o fundador livremente ordenar estatutos para o hospital e para a admissão de irmãos. Ou seja, não se pode assumir, a partir desta bula, que por ela se instituiu a Misericórdia do Mogadouro, tanto mais que as Misericórdias se fundavam por proteção régia e se regiam por um compromisso que tinha o seu modelo no elaborado para a Misericórdia de Lisboa. No entanto, é de presumir que a fundação deste Hospital e Irmandade de leigos fosse a origem da futura Misericórdia. De facto, no século XVIII, a memória que na instituição existia sobre as suas origens apontava para a vinculação da Misericórdia a esta bula de indulgências, como se comprova pela leitura do termo de encerramento do traslado da bula, ordenado pelo provedor da Misericórdia e mais irmãos da mesa, em 6 de Setembro de 1767. A inexistência de outra documentação no Arquivo da Misericórdia, ou referências à instituição nas chancelarias régias, não permitem averiguar com mais precisão o problema da fundação desta Misericórdia, que parece ter tido uma origem e um estatuto sui generis.</p> <p>Bibliografia: SANTA Casa da Misericórdia do Mogadouro: bula concedida pelo papa Pio IV. 17 de Julho de 1559. Tradução e prefácio de Manuel Martins. Mogadouro: Santa Casa da Misericórdia, 2004.”</p> <p>Paiva, J. P. (2005). <i>Portugaliae monumenta misericordiarum</i>-vol. 4: Crescimento e Consolidação: de D. João III a 1580 (Vol.4). União das Misericórdias Portuguesas. Páginas 139-140.</p>
2. Santa Casa da Misericórdia de Penas Róias (1587)	<p>“1587 – Penas Róias – Não tem sido mencionado pela historiografia o funcionamento de qualquer misericórdia em Penas Róias. A primeira menção que dela se conhece surge num documento da chancelaria de D. Filipe I de Portugal. Trata-se de um alvará, de 12 de dezembro de 1587, autorizando-a a fazer uso do Compromisso e privilégios trasladados numa petição que fora enviada ao monarca. Assim, é provável que esta Irmandade tivesse sido criada pouco antes desta petição ter sido feita. Quando, nos inícios do século XVIII, foi composta a Corografia do padre Carvalho da Costa, já não lhe foi feita qualquer referência, pelo que é natural que então já tivesse sido extinta.”</p> <p>In: Paiva, J. P. (2006). <i>Portugaliae monumenta misericordiarum</i>-vol. 5: Crescimento e. 5: Reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filipes(Vol.5). União das Misericórdias Portuguesas. Página :255.</p>
3. Santa Casa da Misericórdia de Castro Vicente (Data de fundação Incerta- Século XVI)	<p>“Antes de prosseguimos, convém sublinhar que a povoação de Castro Vicente foi elevada à dignidade e condição de concelho, nos princípios do século XIV, no contexto da política dionisina, que, em Trás-os-Montes, instituiu numerosas póvoas e concelhos, destinados a fixar as respetivas populações e atrair outras, empenhado com andava em criar uma barreira humana às frequentes penetrações castelhanas, que, além de desrespeitarem a fronteira política, chegavam a retirar os produtos das terras cultivadas, sem pagarem quaisquer direitos reais, como já tivemos oportunidade de demonstrar em estudos anteriores. Foi assim que, em 3 de dezembro de 1305, concedeu foral a Castro Vicente¹, posteriormente, reformado por D. Manuel, em 1 de Junho de 1510.</p> <p>No desconcertante panorama, relativo a esta Misericórdia de Castro Vicente, podemos informar, com pleno conhecimento de causa, quando entrou ao serviço do culto, promovido pela respetiva Irmandade, a sua igreja privativa, e acrescentar algumas notas acerca do resumo das suas</p>

	<p>contas, no último meio século de vida, que julgamos corresponder aos anos de 1805-1855. Este alargamento temático ou, se preferirem, desvio do título inicial, surge e, de certo modo, foi imposto, pelo conhecimento recente de um livro de contas, que mão amiga nos facultou, digitalizado, parecendo-nos indispensável aludir ao seu conteúdo, na sequência das afirmações fornecidas pelo pároco, de então, o encomendado Luís Inácio da Cunha Barbosa, datadas de 2 de Abril de 1758: “Tem Casa de Misericórdia com compromisso real, mas não se sabe coal fosse a sua origem. Não tem rendas alguas só sim as esmollas que os fiéis lhes deixam por seus falecimentos para que os acompanhem à sepultura com bandeira, clero fazendo-lhe os irmãos suas aradas para com os frutos substartarem a dicta Casa. os irmãos são em numaro vinte e sinco, dos quais se elege em cada hum anno provedor, escrivão, procurador e mordomo. Não tem a Santa Casa senão o altar mor donde está hum Senhor Crucificado e a imagem do apostollo São Paullo. o Senhor dos Passos está em nicho fechado. Tem os ornamentos necessarios para as funções que nela se fazem”. Por esta breve informação do pároco, de então, ficamos a conhecer a estrutura desta Misericórdia, em 1758, coincidente com a de muitas outras, e que as garantias relativas à renda perpétua, dadas por escritura notarial, em 1587, a que nos vamos referir, já estavam marginalizadas.”</p> <p>Marques, J. (2010). Nos primórdios da igreja da Misericórdia de Castro Vicente. In: A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa. Vila Real: CEPESE–Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 285-298.</p>
<p>4. Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro (Data de fundação incerta, Século XVI)</p>	<p>“1568 – Miranda do Douro – Não é possível determinar a data exata da fundação da Misericórdia de Miranda do Douro. É, todavia, seguro afirmar que ela já existia em fevereiro de 1568. Nessa data, o bispo de Miranda D. António Pinheiro reuniu-se com a vereação da Câmara para decidir da edificação de um mosteiro de freiras, situado em instalações da Misericórdia. Esta referência é tanto mais plausível quanto se sabe que em 16 de Agosto de 1583, um alvará régio autorizava a Misericórdia a possuir propriedades que lhe foram deixadas pelo bispo dom António Pinheiro. Bibliografia: CASTRO, José – Bragança e Miranda (Bispado). Porto: Tipografia Porto Médico, 1946, vol. 1.”</p> <p>Paiva, J. P. (2005). <i>Portugaliae monumenta misericordiarum</i>-vol. 4: Crescimento e Consolidação: de D. João III a 1580 (Vol.4). União das Misericórdias Portuguesas. Páginas: 301-302.</p>
<p>5. Santa Casa da Misericórdia de Algosó (Anterior a 1600)</p>	<p>“Anterior a 1600 – Algosó – Não é possível determinar o momento exacto em que foi criada a Misericórdia transmontana de Algosó. Costa Goodolphim, sem referir qualquer fonte, sugere que ela teria sido instituída por acção do bispo de Miranda D. António Pinheiro, o qual foi titular daquela mitra entre 1564 e 1579. Não é possível confirmar esta hipótese, mas não há dúvidas de que a igreja da Misericórdia ainda hoje existente é tardo-quincentista. Não havendo no actual reduzido espólio documental da instituição vestígios anteriores a 1911, e com base no património da sua igreja, é seguro considerar que ela já existia antes de 1600.</p> <p>Paiva, J. P. (2006). <i>Portugaliae monumenta misericordiarum</i>-vol. 5: Crescimento e. 5: Reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filipes(Vol.5). União das Misericórdias Portuguesas.Página:262.</p>
<p>6. Santa Casa da Misericórdia de Santulhão (Anterior a 1823)</p>	<p>“Anterior a 1823 – Santulhão – Pese embora o facto de não ser referida por nenhum dos autores que publicaram estudos clássicos sobre as misericórdias, em fevereiro de 1823 existia uma Misericórdia em Santulhão, aldeia hoje pertencente ao concelho transmontano de Vimioso. Nesse ano, respondendo a pedido remetido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, o provedor da comarca de Miranda do Douro anexava relatório assinado pelo provedor da Misericórdia, no qual se declaravam os encargos e obrigações da instituição, entre os quais se referiam: vinte missas, procissão de Quinta-Feira Santa e em todas as Domingas da Quaresma, acompanhar todos os defuntos à sepultura com doze irmãos, dar mortalhas a todos os pobres que morressem e curar todos os enfermos.”</p>

		Paiva, J. P. (2008). <i>Portugaliae monumenta misericordiarum</i> -vol. 7. Vol. 7 : Sob o signo da mudança: de D. José I a 1834. (Vol.8). União das Misericórdias Portuguesas. Página : 269
7.	Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé (1588)	<p>“1588 – Alfândega da Fé – A Misericórdia transmontana de Alfândega da Fé deve ter sido fundada no ano de 1588. A primeira referência documentada que se conhece é um alvará régio, de 12 de Julho de 1588, pelo qual se lhe consentia o uso do Compromisso dado por D. Manuel I às misericórdias do Reino, o que supõe a sua recente instituição.”</p> <p>Paiva, J. P. (2006). <i>Portugaliae monumenta misericordiarum</i>-vol. 5: Crescimento e. 5: Reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filipes(Vol.5). União das Misericórdias Portuguesas. Página :257.</p>
8.	Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor (1570)	<p>“1570 – Vila Flor – Existem incertezas quanto à data exacta de criação da Santa Casa de Vila Flor que o escasso e fragmentado acervo documental existente no seu Arquivo e no Museu Dra Berta Cabral já não permite solucionar. Costa Goodolphim, no estudo clássico sobre as Misericórdias, cita o traslado existente num Livro de Actas da Misericórdia de uma sentença da Relação do Porto, dada a 17 de Novembro de 1671, por causa de uma disputa que opunha esta Irmandade à Confraria de Torre de Moncorvo. Esse documento refere, segundo a transcrição deste último autor, que “na villa de Villa Flor houve Casa de Santa Misericordia com irmandade fundada de mais de cem annos a esta parte”, o que remete a fundação da Confraria para, pelo menos, a década de 1570. Assim, e embora não se possa datar com precisão o início de funcionamento desta Misericórdia, parece certo que já estaria estabelecida por volta de 1570.”</p> <p>Paiva, J. P. (2005). <i>Portugaliae monumenta misericordiarum</i>-vol. 4: Crescimento e Consolidação: de D. João III a 1580 (Vol.4). União das Misericórdias Portuguesas.</p>
9.	Santa Casa da Misericórdia de Bragança (1518)	<p>“1518 – Bragança – D. Manuel I, a 6 de Julho de 1518, outorgou à Misericórdia de Bragança autorização para se reger pelo Compromisso da de Lisboa116. Embora esta possa não ser a data exacta da fundação da Irmandade, pelo menos confirma o facto de ter iniciado a sua existência ainda no reinado do Venturoso.”</p> <p>In: Paiva, J. P. (2004). <i>Portugaliae monumenta misericordiarum</i>-vol.3: A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I (Vol.3). União das Misericórdias Portuguesas. Página: 374.</p>
10.	Santa Casa da Misericórdia de Mirandela (1518)	<p>“1518 - fundação da Misericórdia de Mirandela, tendo o primeiro templo existido na Rua da Ponte e que cedo se arruinou, ficando conhecido como Misericórdia Velha;”</p> <p>http://www.monumentos.gov.pt</p>
11.	Santa Casa da Misericórdia de Chacim (Macedo de Cavaleiros, 1758)	<p>“1758, 28 fevereiro - segundo Gaspar da Rocha Ferreira nas Memórias Paroquiais da freguesia, existe na vila uma capela de Misericórdia com doze irmãos e um provedor, que se elegem pelos oficiais da câmara, que "adquiriram por espaço de tempo" e de sua origem se não se sabe coisa alguma; não tendo renda, oferecem ao Santo Cristo dos Passos, que se acha no altar da Misericórdia, e o que se dá pelos enterros dos defuntos, em cuja caridade se empregam o provedor e seus irmãos; 1799 - data sobre o lintel da porta, provavelmente relativa à reforma da capela; séc. 19 - época provável da feitura do altar; séc. 20 - obras profundas no exterior. Património.”</p> <p>Paiva, J. P. (2011). <i>Portugaliae monumenta misericordiarum</i>- vol. 9-t. I : Misericórdias e secularização num século turbulento (1910-2000). Vol. 9-t. I. União das Misericórdias Portuguesas. Página :377.</p>
12.	Santa Casa da Misericórdia de Moncorvo (Anterior a 1600)	<p>“Anterior a 1600 – Torre de Moncorvo – Não é fácil encontrar uma solução que permita datar a Misericórdia da importantíssima localidade que, já no século XVI, era Torre de Moncorvo. O seu espólio documental desapareceu na quase totalidade, existindo na instituição apenas um livro referente à primeira metade do século XIX. Nas Chancelarias régias não se conhecem registos que a mencionem. A sua igreja denota, todavia, uma edificação quinhentista, provavelmente, até anterior a 1580. A prova mais insofismável da sua existência actualmente identificada, excluindo o edifício da igreja, é um documento de 1671 que alude a uma disputa judicial entre ela e a sua congénere de Vila Flor.”</p>

		<p>Paiva, J. P. (2006). <i>Portugaliae monumenta misericordiarum</i>-vol. 5: Crescimento e. 5: Reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filipes(Vol.5). União das Misericórdias Portuguesas. Página : 263.</p>
13. Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta (Anterior a 1521)		<p>“Anterior a 1521 – Freixo de Espada à Cinta – Uma provisão de D. Diogo de Sousa, arcebispo primaz de Braga, de 19 de Abril de 1527, autorizava a abertura da Igreja da Misericórdia ao culto, a pedido do provedor e irmãos da dita Confraria, provando assim que esta já funcionava seguramente nesse ano. Como refere Francisco António Pintado, as obras dessa igreja teriam seguramente demorado cerca de duas dezenas de anos pelo que, partindo do princípio que a construção duma igreja para a Misericórdia de Freixo só se justificaria se a irmandade já existisse, é legítimo supor que a Confraria tivesse sido criada ainda nos primeiros anos do século XVI, no reinado de D. Manuel I. Outro dado parece confirmar a origem manuelina desta Misericórdia: a decoração da capela-mor da igreja da Confraria possui um brasão real com esfera armilar e cruz de Cristo, emblemas do sucessor de D. João II, o que reforça os argumentos a favor duma muito possível fundação desta irmandade ainda antes de 1521. Todavia, não existem documentos que nos permitem atribuir uma data certa para a instituição da Confraria de Freixo de Espada à Cinta. Francisco António Pintado avança com várias datas (1503-04; 1505-06; 1508-09 ou ainda 1510), sempre em função de raciocínios pertinentes, mas infelizmente nunca apoiados por provas documentais seguras, pelo que se devem aceitar mais como sugestões ou hipóteses a debater. No entanto, o facto desta Misericórdia ter sido criada antes de 1521 é um dado que se pode considerar adquirido.”</p> <p>Paiva, J. P. (2003). <i>Portugaliae monumenta misericordiarum</i> -vol. 2: Antes da Fundação das Misericórdias (Vol.2). União das Misericórdias Portuguesas. Página: 379.</p>
14. Santa Casa da Misericórdia de Murça (Incerto, existente no século XVIII)		<p>“1923 – Murça – Desconhece-se a data da primeira criação da Misericórdia transmontana de Murça, mas é certo afirmar que já existia em 8 de Maio de 1717. Nesse dia registou-se uma provisão de D. João V que concedia aos irmãos da Misericórdia os privilégios que se concediam às instituições congéneres¹⁴. Em data ignorada ela deixou de funcionar e foi refundada em 1923, sem que os refundadores tivessem consciência de que antes já tinha existido uma Misericórdia na sua terra. Os livros de actas da Mesa Administrativa que conserva em arquivo, desde esse ano, confirmam a sua actividade desde.”</p> <p>In: Paiva, J. P. (2011). <i>Portugaliae monumenta misericordiarum</i>- vol. 9-t. I : Misericórdias e secularização num século turbulento (1910-2000). Vol. 9-t. I. União das Misericórdias Portuguesas. Página : 377.</p>
15. Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1528)		<p>“1528 – Vila Real – A data de fundação desta Misericórdia transmontana não está esclarecida. Costa Goodolphim e Fernando da Silva Correia defenderam que fora instituída em 1528. Pesquisas efectuadas no que resta do cartório da instituição, permitem constatar que são desse ano as mais remotas referências expressas à Misericórdia. Trata-se de uma escritura de compra, celebrada em 20 de Março de 1528, pelo valor de 9600 reais, pela qual a Misericórdia adquiriu a Rui Dias, escudeiro, e a sua mulher Isabel Lobo umas casas para se edificar a Igreja da Confraria. Nesse mesmo ano, a Misericórdia passou a receber uma esmola perpétua anual de três mil reais, doada pelo Marquês de Vila Real, D. Pedro de Meneses, como se pode colher num alvará emitido pelo infante D. Pedro, em 9 de Dezembro de 1749, no qual se confirma o pagamento dessa esmola. Assim, é seguro afirmar que no ano de 1528 a Misericórdia já se encontrava em actividade, tendo até iniciado a edificação de uma igreja, o que pode supor que já estaria em funcionamento há algum tempo. A existência no Arquivo da Misericórdia de uma ordem da Marquesa de Vila Real, datada de 15 de Outubro de 1518, determinando que o seu almoxarife pagasse a uma Constança Rodrigues uma determinada dívida, não prova que a Misericórdia já existisse, pois o documento não refere a instituição¹⁸. As chancelarias régias tardam em registar qualquer alusão à Santa Casa de Vila Real. O</p>

		primeiro documento actualmente conhecido que lhe diz respeito é um alvará de 10 de Outubro de 1572, autorizando-a a comprar determinadas casas no concelho.” In: Paiva, J. P. (2005). <i>Portugaliae monumenta misericordiarum</i> -vol. 4: Crescimento e Consolidação: de D. João III a 1580 (Vol.4). União das Misericórdias Portuguesas. Página :277.
16.	Santa Casa da Misericórdia de Alijó - 1901	“1901 – Alijó – A Misericórdia transmontana de Alijó teve os seus estatutos aprovados por alvará do Governo Civil de Vila Real, no dia 2 de Maio de 1901, tendo-se procedido à eleição da sua primeira Mesa a 5 de Maio desse ano.” In: Paiva, J. P. (2010). <i>Portugaliae monumenta misericordiarum</i> - vol. 8. Tradição e modernidade: o período da monarquia constitucional (1834-1910). (Vol.8). União das Misericórdias Portuguesas. Página :136.
17.	Santa Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira- após 1567	“1567 - construção do primitivo hospital; 1589 - notícia de um casamento na Igreja da Misericórdia, contígua ao hospital; nesta data, Filipe II autorizou os irmãos a pedirem esmola; séc. 17 - execução do púlpito; 1652 - data provável da edificação da torre, segundo lápide existente na mesma, provavelmente sobre uma torre medieval que existia no local e fazia parte do complexo muralhado; séc. 18 - no local, fazia-se a feira; 1774 - reedificação do imóvel; 1899 - data provável de nova intervenção do edifício.” http://www.monumentos.gov.pt
18.	Santa Casa da Misericórdia de Lamego - 1519	1519 – Lamego – A Misericórdia de Lamego nasceu a 20 de Abril de 1519 segundo consta de um auto do seu primeiro livro de contas referido por Costa Goodolphim. Paiva, J. P. (2004). <i>Portugaliae monumenta misericordiarum</i> -vol.3: A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I (Vol.3). União das Misericórdias Portuguesas. Página : 374.
19.	Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Foz Côa, Almendra (Anterior a 1708)	“1708 - a vila de Almendra tinha "Casa da Misericórdia" (COSTA, 1708, p. 218);” http://www.monumentos.gov.pt
20.	Santa Casa da Misericórdia de Peso da Régua -1881	“Em 6 de Julho de 1872 o Rei D. Luiz I de visita à então Vila do Peso da Régua, verificando que não existia uma Casa de Caridade, e tendo-lhe sido referida pelo município a intenção de se instituir uma, disponibilizou de imediato a quantia de quinhentos mil reis para esse efeito. Como forma de agradecimento, foi então atribuído o nome do monarca ao hospital assim criado, cuja inauguração teve lugar no dia 16 de Novembro do ano seguinte numa casa pertença de Manuel de Oliveira Lemos na rua de Medeiros, hoje rua de Maximiano de Lemos. Em 5 de Agosto desse mesmo ano, foram aprovados os respetivos estatutos. Em 27 de Fevereiro de 1881, na Assembleia Geral Extraordinária, surge o projeto de estatutos para a fundação da "Irmandade da Misericórdia adida ao Hospital de Dom Luiz I", sendo que no seu Artigo 1º podemos ler "Esta confraria denomina-se Confraria da Nossa Senhora da Misericórdia, a qual é instituída pela mesa e sócios do Hospital de Dom Luiz I, e por outras pessoas caritativas, anexa ao mesmo hospital". Em 28 de Julho de 1887 inauguram-se as novas instalações do hospital, num prédio denominado "Casa Grande", na rua do Quebra Costas, que foi legado pelo benemérito José Vaz de Lemos Seixas Castelo Branco.” http://www.scmpr.pt/
21.	Santa Casa da Misericórdia de Chaves- 1525	“1525 – Chaves – Regendo-se inicialmente pelo compromisso de 1516, idêntico àquele de que gozava a Irmandade de Lisboa, a Santa Casa da Misericórdia de Chaves foi fundada por autorização régia de D. João III, a 30 de Julho de 1525, conforme o comprova o exemplar do compromisso original impresso guardado no Arquivo da Misericórdia, no qual consta uma declaração nesse sentido.” Paiva, J. P. (2005). <i>Portugaliae monumenta misericordiarum</i> -vol. 4: Crescimento e Consolidação: de D. João III a 1580. União das Misericórdias Portuguesas. Página : 276
22.	Santa Casa da Misericórdia de	“A Misericórdia transmontana de Montalegre já se encontrava em funcionamento em 1706, ano da publicação do primeiro volume da Corografia Portuguesa, do padre António Carvalho da Costa, onde ela

**Montalegre – Anterior a
1706**

aparece referida. Já um inventário dos arquivos das Misericórdias do distrito de Vila Real explica que a mesma foi fundada em 1715. No arquivo actual da instituição não se encontram documentos anteriores a 1813. Quer isto dizer que não é possível definir com exatidão quando foi instituída a Misericórdia de Montalegre, sendo certo que em 1706 já existia e funcionava regularmente.

Paiva, J. P. (2007). *Portugaliae monumenta misericordiarum*-vol. 6: Estabiliade, grandeza e crise: da Restauração ao final do reinado de D. João. *União das Misericórdias Portuguesas*. Página: 209

Elaboração própria (2017), baseada em Paiva (2002,2003,2004,2005,2006,2007,2008,2009,2010,2011);
www.scmpr.pt ; <http://www.monumentos.gov.pt>.

Apêndices

.

**Apêndice I: Levantamento acerca do funcionamento das Capelas e Igrejas da Misericórdia
em Trás-os-Montes e Alto Douro**

Pedido de colaboração no âmbito da Proposta de Desenvolvimento de uma Rota da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro

Exmo(a) Senhor (a),

O presente levantamento de informação insere-se no âmbito do projeto de mestrado em Marketing Turístico, do Instituto Politécnico de Bragança, tendo como objetivo propor a criação de uma Rota Religiosa da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro.

A sua colaboração é importante para a concretização dos objetivos do estudo, cujos resultados, pensamos, poderão contribuir para um melhor conhecimento da missão e valores da Santa Casa da Misericórdia da Região.

Os dados recolhidos são absolutamente confidenciais e serão tratados, tendo como único objetivo o trabalho acima mencionado.

Assegura-se o anonimato das respostas.

Caso tenha alguma dúvida, relativamente a este levantamento, contacte, por favor, niveamkttur@gmail.com.

Agradece a colaboração,
Nívea Ruivo.

1. O Bem patrimonial é visitável? Caso a resposta a esta questão seja NÃO, por favor, passe à questão 3.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

2. Se a resposta à questão anterior foi SIM, em que períodos o Bem patrimonial é visitável?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Manhã
☐ Tarde
☐ Ambos os períodos

3. Quem gere o Bem patrimonial?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ A Santa Casa de Misericórdia
☐ A Autarquia
☐ Outra entidade. Qual?

4. Quem é a pessoa responsável pela abertura e acompanhamento de visitantes no acesso ao Bem patrimonial? (Nome/formação/contacto)

5. O Bem patrimonial é utilizado pela comunidade local?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

6. Se a resposta à questão anterior é SIM, com que finalidade?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Comunitária
☐ Religiosa
☐ Outra finalidade. Qual?

7. Há alguma festividade/tradição ou outro evento de carácter religioso ativo associado ao Bem patrimonial?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

8. Se a resposta à questão anterior foi afirmativa, qual/quais?

Muito obrigada pela sua colaboração!

Apêndice II: Capelas e Igrejas da Misericórdia em Trás-os-Montes e Alto Douro

Ficha Patrimonial nº1

Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Arquitectura religiosa, maneirista e barroca. Igreja da misericórdia de planta rectangular com eixo longitudinal interno, composta por nave, capela-mor mais estreita, anexo e sacristia rectangulares, adossados à fachada, com coberturas internas de madeira, em falsas abóbadas de berço, a da capela-mor em caixotões, escassamente iluminada por janelas quadradas na fachada principal. Esta é rasgada por portal em arco de volta perfeita, encimado por nicho. Fachadas circunscritas por cunhais de cantaria e rematadas em cornija. Interior com coro-alto, púlpito no lado do Evangelho, capela-mor com pinturas murais e retábulo-mor de talha dourada maneirista, de planta recta e três eixos.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial nº2

Capela da Santa Casa da Misericórdia de Penas Róias

“1758 - Segundo o pároco Francisco Martins nas Memórias Paroquiais da freguesia, a capela da Santa Casa da Misericórdia fica no meio da vila; não tem hospital, mas apenas a casa da Misericórdia que agasalha os pobres como pode; apesar de ser muito antiga, não se sabe qual é a sua origem; não tem renda alguma particular e pagam alguns juro à casa de fazendas emprazadas que rendem 8\$000 por ano.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial nº3

Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Castro Vicente



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Arquitectura religiosa, vernácula. Capela de planta longitudinal simples, com cobertura interior homogénea em vigamento de madeira, iluminada por fresta junto ao altar-mor, rasgada na fachada lateral direita, com o antigo hospital, de planta rectangular, adossado ao lado oposto. Fachada principal enquadrada por cunhais apilastrados com pináculos e terminada em empena truncada por sineira de apenas uma ventana em arco de volta perfeita. Fachadas rematadas em beiral, a lateral direita rasgada por porta travessa em arco de volta perfeita. Interior despojado de qualquer decoração. Hospital de dois pisos com vãos rectilíneos sobrepostos.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial nº4

Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro



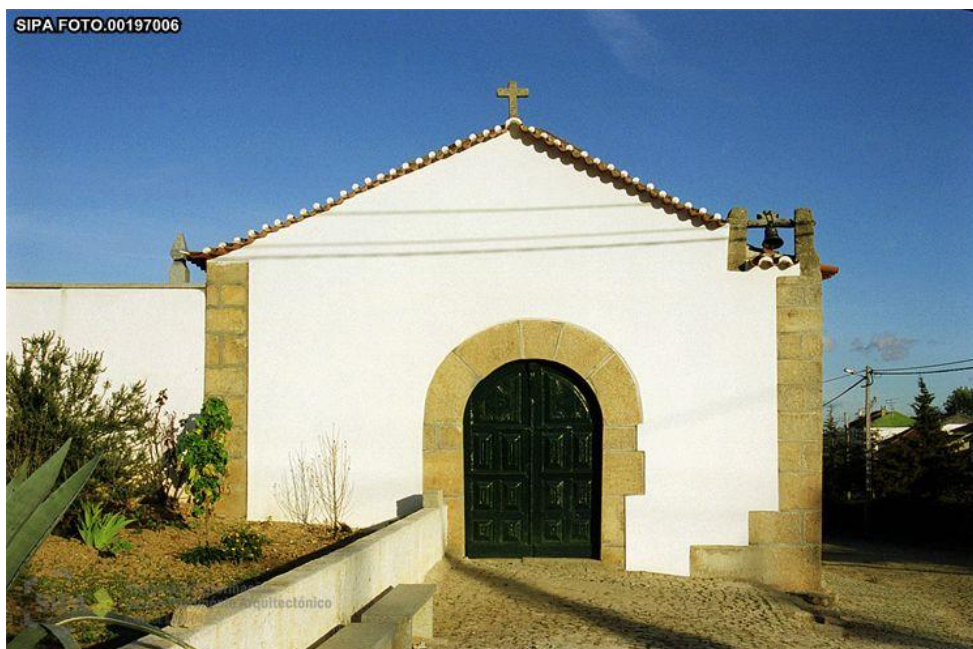
Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Igreja de Misericórdia construída no séc. 16 e reformada no 17, com planta retangular composta de nave única e capela-mor, com sala do despacho adossada à fachada lateral esquerda, aberta para a nave através de tribuna. É rasgada por portal maneirista, em arco de volta perfeita entre colunas suportando entablamento, encimado por nicho, concheados e pináculos, e duas janelas laterais, já de recorte barroco. A capela de Nossa Senhora da Boa Morte tem retábulo em talha policroma, neoclássico, de grande riqueza decorativa e inscrição no intradorso do arco. O retábulo da capela de Nossa Senhora da Misericórdia é barroco, de estilo nacional, mas ostenta ainda, elementos maneiristas, mormente as figurações presentes no painel. O retábulo-mor é também barroco, de estilo nacional, sendo ricamente lavrado ostentando interessante imagem do Santo Cristo da Misericórdia, revelando ainda um excelente trabalho de talha e simultaneamente invulgar remate superior com integração de telas pintadas.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial nº5

Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Algosó



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Arquitectura religiosa, manuelina, maneirista e rococó. Igreja da misericórdia, de estrutura maneirista, com planta longitudinal composta por nave, capela-mor e sacristia rectangular adossada à fachada N., com coberturas interiores diferenciadas, de madeira em masseira na nave e em abóbada de nervuras estrelada na capela-mor, sustentada por mísulas e por contrafortes exteriores. É iluminada, na capela-mor, por janela em capialço rasgada na fachada lateral direita. Fachada principal em empena, rasgada por portal em arco de volta perfeita. Fachadas circunscritas por cunhais de cantaria e rematadas por cornija, a lateral direita com porta travessa de verga recta. Interior com púlpito seiscentista e retábulo-mor em talha polícroma rococó.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial nº6

Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Santulhão



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Arquitetura religiosa, vernácula. Igreja de planta longitudinal, composta por nave com alpendre aberto, capela-mor, anexos e sacristia, rectangulares, adossados à fachada lateral esquerda, com coberturas internas diferenciadas de madeira, em masseira na nave e em gamela na capela-mor, iluminada escassamente por janelas rectilíneas, rasgadas na fachada lateral direita. Fachada principal em empena truncada por sineira, rasgada por portal em arco de volta perfeita com a moldura formada pelas aduelas, ladeado por duas janelas rectangulares. No interior, retábulo-mor de talha polícroma, maneirista.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial nº7

Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Arquitectura religiosa, maneirista e barroca. Igreja de misericórdia de planta longitudinal composta de nave única e capela-mor, mais estreita, com fachada principal terminada em empena truncada por sineira e rasgada por portal de verga recta encimado por nicho. Fachada lateral direita com porta travessa entre janelas de capialço abrindo-se uma outra na capela-mor, possivelmente mais tardia. No interior possui coro-alto, púlpito do lado do Evangelho, dois retábulos laterais barrocos de estilo nacional e retábulo-mor já posterior.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial n.º8

Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Igreja de planta retangular e massa simples, de uma nave e capela-mor com tribuna, com frontispício modulado em três panos, em empena truncada por torre sineira de coruchéu, com portal em arco abatido sobrepujado por janelão de sacada.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial nº9

Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Bragança



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Arquitectura religiosa, maneirista e barroca. Igreja de misericórdia, de planta longitudinal composta por nave e capela-mor, interiormente com iluminação axial e unilateral e cobertura em falsa abóbada de berço, de estuque, com sacristia, casa da confraria e corpo do antigo hospital, adossados à fachada norte. Fachada principal terminada em empena contracurvada, de inspiração borromínica, rasgada por portal em arco abatido, encimado por janelão. As fachadas têm cunhais apilastrados, sendo a lateral direita rasgada, na zona da nave e capela-mor, por janelas rectilíneas em capialço. Interior com coro-alto de madeira, púlpito maneirista com guarda em balaustrada de pau-santo, no lado do Evangelho, dois retábulos laterais tardo-barrocos, de talha policroma e dourada, de planta recta e três eixos e retábulo-mor maneirista, em talha dourada, de planta recta, três eixos e dois registos. O retábulo da Capela do Senhor dos Passos é neoclássico. Adossado, surge corpo da antiga casa da confraria, com fachada principal de dois pisos, terminada em friso e cornija, rasgada por três eixos de vãos, o central composto por portal com espaldar contracurvado e janela de sacada, ambos de verga abatida, e os laterais rectilíneos.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial nº10

Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Arquitectura religiosa, maneirista, barroca e rococó. Igreja de misericórdia maneirista, de planta longitudinal composta por nave e capela-mor, interiormente com coberturas em falsas abóbadas de berço, estucada e em caixotões de talha dourada, decorados com acantos, respectivamente, e iluminada axial e lateralmente. Fachada principal terminada em frontão truncado, rasgado por três portais de verga recta, os laterais com frontão semicircular e o central com cornija recta, encimados por janela com frontão semicircular e dois nichos com igual frontão e imagens pétreas. No interior, a nave apresenta com coro-alto, quatro capelas laterais, duas de cada lado, com arco de volta perfeita sobre pilastras toscanas, com vestígios de pinturas murais, albergando retábulos de talha dourada e policroma, de estilo barroco nacional, joanino e rococó, e púlpitos de bacia rectangular sobre mísula, acedidos por porta de verga recta. Capela-mor com retábulo-mor de talha dourada, em barroco nacional, de planta côncava e um eixo. Edifício do hospital de planta em L e fachadas de três pisos, rasgadas por vãos de verga abatida, moldurada. Igreja de misericórdia, de fundação maneirista, com a fachada terminada num frontão de volutas laterais, com pináculos tipo pinha, rematado por um outro frontão semicircular onde se rasga pequeno nicho com a imagem da Pietá. O portal central é encimado por cornija e falso frontão de volutas, lavradas no pano de peitoril da janela que o encima. Os quatro retábulos da nave, de épocas distintas, denotam intervenções sucessivas no imóvel. Possui dois púlpitos confrontantes e tinha tribuna, disposta no lado do Evangelho, para colocação do cadeiral dos Mesários. Destaca-se a decoração da capela-mor, com a cobertura de apainelados em talha e o retábulo-mor, com atlantes de vestes exóticas no sotobanco; as pinturas murais das paredes, fingindo silhar de azulejos azuis e brancos enxaquetados e painéis marmoreados, encimados por passemanaria, deverão datar do séc. 19. O imóvel mantém várias peças do primitivo hospital e de retábulos desmontados, destacando-se o painel das Almas.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial nº11

Capela do Senhor da Misericórdia- Chacim, Macedo de Cavaleiros



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Arquitectura religiosa, vernácula e barroca. Capela de Misericórdia de planta longitudinal simples, interiormente com tecto de madeira e mal iluminada, com sacristia adossada ao lado direito. Fachada principal terminada em empena truncada por sineira e rasgada por porta de verga recta. Interior de espaço único, com cobertura em falsa abóbada de berço de madeira, pintada com temática alusiva à Virgem da Misericórdia e retábulo de talha dourada, de planta côncava e um eixo, do estilo nacional.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial nº12

Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Moncorvo



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Arquitetura religiosa, maneirista, barroca e oitocentista. Igreja de Misericórdia, de planta longitudinal, composta por nave única, capela-mor mais estreita, sacristia, sala do despacho, edifício da antiga cadeia e anexo, adossados a ambos os lados. A fachada principal é rematada em frontão triangular, rasgada por portal de arco de volta perfeita, com a moldura formada pelas aduelas, de arestas estriadas, a que se sobrepôs um segundo portal maneirista, flanqueado por dois óculos e com duas gárgulas de canhão no topo. No lado esquerdo, a casa do despacho, com a janela de ângulo, a "Janela de Pilatos", de feição classicista. Arco triunfal amplo, de volta perfeita, assente em pilastras toscanas. Retábulo-mor de talha dourada do estilo barroco nacional, de planta côncava e um eixo. Igreja sucessivamente alterada, de fundação quinhentista, como se depreende pela manutenção do primitivo portal, com a moldura formada pelas aduelas, a que se sobrepôs um portal maneirista, composto por colunas toscanas, assentes em altos plintos, que sustentam friso, dupla cornija e frontão triangular, rasgado por nicho em arco de volta perfeita e abóbada de concha, sobrepujado por pináculos, contendo dois medalhões com São Pedro e São Paulo. O remate do imóvel foi também alterado neste período, com a feitura de um frontão triangular, rasgado no séc. 18 por uma sineira, flanqueada por pilastras e com remate contracurvado. Destaca-se o anexo com a Casa do Despacho, com uma janela de ângulo e as armas da Misericórdia, na fachada principal, a que se segue a antiga cadeia feminina, rasgada por vãos simples, rectilíneos, dintelados. No interior, destacam-se as tribunas confrontantes e, especialmente, o púlpito renascentista de cantaria que se encontra actualmente na nave, esteve durante muitos anos no exterior da igreja, no lado esquerdo do portal principal. Devido à sua qualidade, é considerado um dos mais notáveis a nível nacional, podendo estabelecer-se comparação entre ele e o que se encontra no Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra. Os caixotões da capela-mor possuem a particularidade de serem almofadados, sendo as molduras formadas por elementos fitomórficos, com florão no nó.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial nº13

Capela do Espírito Santo e Hospital Velho Moncorvo



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Arquitectura religiosa e assistencial, quinhentista e barroca. Núcleo assistencial de planta rectangular, composto por capela e hospital da Misericórdia, a primeira de planta longitudinal simples, de espaço único, com cobertura interna em falsa abóbada de berço, assente em friso e cornija, escassamente iluminada pelas janelas que se rasgam na fachada principal. Esta remata em frontão, interrompido no lado esquerdo por sineira em arco de volta perfeita, circunscrita por cunhais apilastrados, encimados por pináculos piramidais, rasgada por portal de verga recta com moldura dupla, encimado por duas janelas rectilíneas emolduradas. No interior, sobre supedâneo de cantaria, retábulo de talha dourada de estilo nacional, de planta recta e três eixos. No lado esquerdo, o antigo hospital, de planta rectangular, evoluindo em dois pisos, com cunhais apilastrados e remate em friso e cornija, rasgado por duas portas e duas janelas rectilíneas, emolduradas a cantaria.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial nº14

Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Arquitetura religiosa, quinhentista, maneirista e barroca. Igreja de Misericórdia de planta longitudinal, composta por nave e capela-mor mais larga, com capela lateral e sacristia adossadas à fachada lateral direita, com coberturas interiores diferenciadas, em travejamento de madeira na nave, e em abóbada estrelada na capela-mor, iluminada unilateralmente por janelas em arco de volta perfeita rasgadas na fachada lateral direita. Fachada principal rematada em empena recta, com pequena sineira ao centro, com os vãos rasgados em eixo composto por portal em arco de volta perfeita e janelão com o mesmo perfil. Fachadas rematadas por cornija, apresentando gárgulas e pináculos na zona da capela-mor, as laterais com postas travessas em arco de volta perfeita, existindo uma, na lateral direita de perfil polilobado, de influência manuelina. Interior com coro-alto e púlpito de madeira no lado do Evangelho. Arco triunfal de volta perfeita, apoiado em pilastras, de acesso à capela-mor com retábulo-mor e colaterais de talha dourada, do séc. 18, do estilo barroco nacional. Adossado e com ligação por pátio, o antigo hospital de dois pisos, com fachadas simples, rasgadas por vãos rectilíneos. Igreja de Misericórdia muito distinta das suas congéneres, possuindo uma nave muito estreita e alta e capela-mor mais larga, talvez de execução mais antiga, rematada por friso, cornija, com várias gárgulas zoomórficas, encimadas por pináculos em forma de fuso; o corpo possui embasamento em talude, e um dos cunhais encontra-se chanfrado parcialmente, com entrecorte. As portas são quinhentistas, apresentando-se em arco de volta perfeita, com as molduras formadas pelas aduelas e as arestas das jambas biseladas, destacando-se a axial, ostentando, na pedra de fecho, nicho de arco canopial, flanqueado por pilastras, já de influência maneirista, bem como o interior de uma lateral com verga polilobada. As janelas são em arco de volta perfeita e bastante amplas, revelando uma execução mais tardia, talvez com reforma do séc. 18.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial nº15

Capela da Santa Casa da Misericórdia de Murça



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Arquitetura religiosa, barroca. Capela de planta longitudinal de nave única e sala em eixo, de dois pisos, volumetricamente indiferenciado, interiormente com tectos em falsa abóbada de berço, de estuque, e iluminada axial e lateralmente, tendo adossado em eixo sacristia. Fachada principal terminada em frontão recortado e ricamente decorado com acantos, pânpanos e volutados volumosos enrolados, coroado por cruz torsa e, nos cunhais apilastrados, pináculos decorados com fénices. É rasgada por portal de verga recta, ladeada por pilastras lavradas e colunas torsas com pânpanos e aves, suportando entablamento e frontão de volutas interrompido por cartela com brasão de família, o qual é ladeado por dois óculos facetados; no tímpano, surge nicho com imagem do orago ladeado por colunas com os mesmos motivos, sustentando cornija, ladeada por cartelas inscritas. Antiga capela privada, posteriormente ocupada pela Irmandade da Misericórdia, de grande riqueza decorativa exterior e interior, sendo os elementos de cantaria lavrados elegantemente e ao jeito de um retábulo de talha gorda. A fachada principal destaca-se pela riqueza decorativa do portal, ampliado pelas pilastras e colunas profusamente decoradas, ocupando quase toda a largura da fachada, pelos frisos dos frontões, com almofadas geométricas, e pelo próprio remate recortado da fachada e elegância dos pináculos ornados de acantos e coroados por fénices. A sacristia em eixo, disposição menos comum no distrito, é rasgada em cada uma das fachadas por óculos circulares, de diferentes dimensões, com molduras de capialço, fenestração igualmente pouco comum. No interior, a solução da parede testeira inteiramente lavrada, ainda que com motivos de modinatura distinta da fachada, e organizada em estrutura retabular de dois registos e como que de três eixos, dando para salas posteriores, é única no distrito. Os retábulos laterais de talha barroca, integram ao centro painéis pintados e óculo rasgado para iluminação.”

Fonte: www.monumentos.gov.

Ficha Patrimonial nº16

Capela da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real / Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Arquitectura religiosa, maneirista, rococó e neoclássica. Igreja de Misericórdia de planta longitudinal de nave única e presbitério, interiormente coberta com tecto de madeira e iluminada pelas janelas laterais, com sacristia e sala do Despacho adossada à fachada lateral, aberta para a nave através de tribuna. Fachada principal terminada em frontão sem retorno truncado por sineira, rasgada por portal em arco de volta perfeita e com imagem da Virgem inserida em nicho do tímpano. Fachadas laterais com porta travessa e janelas de capialço. Interiormente possui silhar de azulejos maneiristas, tipo "tapete", duas capelas laterais em arco de volta perfeita, dois retábulos de talha rococó, púlpito no lado do Evangelho, de bacia rectangular sobre mísula e guarda plena de talha, e ampla tribuna com colunas toscanas no lado da Epístola. Presbitério acedido por escadas frontais e parede testeira formando a capela-mor e duas colaterais em cantaria, com retábulo-mor neoclássico, de talha policroma, de planta convexa e um eixo. Casa do despacho com tecto barroco, em caixotões de talha formando painéis pintados com motivos vegetalistas.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial nº17

Capela da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, em Minhava



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Arquitectura religiosa, oitocentista. Capela oitocentista de planta rectangular simples, fachada de frontão triangular com portal de verga abatida ladeado de óculos circulares e encimado por grande óculo quadrilobado, tendo no interior tecto de madeira pintado com atributos petrianos, púlpito e retábulo-mor em talha branca e dourada, este último de estilo revivalista.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial nº18

Capela da Colegiada de Santa Ana / Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Arquitectura religiosa, barroca e arquitectura hospitalar, neoclásica. Capela de planta longitudinal composta por nave interiormente em cruz grega e capela-mor semicircular, com torre sineira e sacristia adossadas. Fachada principal terminada em espaldar coroadado por frontão interrompido, rasgado por três eixos de vãos, tendo no central portal de arco abatido, todos envolvidos por molduras profusamente decoradas com enrolamentos e motivos fitomórficos. Interior com braços da cruz separados por panos rectos onde surgem púlpitos, possuindo coro-alto, retábulos de talha policroma neoclássicos nos braços laterais e retábulo-mor rococó. Edifício do hospital com corpo principal rectangular de três panos, o central mais avançado e terminado em frontão triangular e os laterais delimitados por colunas dóricas no primeiro piso e jónicas no segundo, sendo rasgado por vãos de verga abatida, com bandeira e sacadas corridas no segundo piso.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial nº19

Capela da Santa Casa da Misericórdia de Alijó



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Arquitectura religiosa, oitocentista e barroca. Capela de planta longitudinal simples e espaço único coberto em tecto, com fachadas terminadas em friso e cornija, moldurada, e com pilastras nos cunhais. Fachada principal terminada em frontão triangular, rasgada por portal de verga recta entre óculos quadrilobados e encimado por um outro. Fachada lateral esquerda rasgada por porta travessa e janela e encimada por sineira. No interior, coro-alto, cobertura em falsa abóbada metálica e retábulo de talha barroca, em branco, de planta recta e três eixos.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial nº20

Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Arquitectura religiosa, seiscentista e rococó / arquitectura civil gótica e rococó. Igreja da Misericórdia de nave única, com tribunas em cada um dos alçados laterais, definidas por arcos a pleno centro, sustentados por pilares esguios, coro-alto, capela-mor, sacristia e Sala de Despacho. Fachada principal com portal de arco abatido encimado por duplo frontão e janelão que ilumina o coro alto polilobado. Remate por duplo frontão, fogaréus e cruz. Cobertura em falsa abóbada de berço, em madeira e retábulo de talha dourada e policromada. Altares laterais barrocos de talha dourada e branca e colunas pseudo-salomónicas, sendo o principal do período neoclássico, possuindo 3 eixos divididos por colunas coríntias, contendo pintura representando Nossa Senhora da Misericórdia. Torre sineira seiscentista com 4 arcos a pleno centro, tendo os respectivos sinos e remate em coruchéu e pináculos. Hospital da Misericórdia de planta rectangular, desenvolvendo-se em 2 pisos, com exuberância decorativa na fachada, sendo os interiores relativamente pobres. Vãos das portas e janelas de sacada em arco abatido, com molduras de cantaria.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial nº21

Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Lamego



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Mosteiro feminino de freiras clarissas, maneirista e barroco, composto por igreja, coros, sacristia, mirante, claustros, roda, refeitório, cozinhas, celas, sala do Capítulo, e zona agrícola para autosuficiência. Igreja de nave única, capela-mor e sacristia. Pórtico de arco a pleno centro, com entablamento, ladeado por colunas clássicas. Falsas abóbadas de berço em madeira, com efeito de trompe l'oeil na nave. Azulejos do séc. 17, de motivos geométricos em círculos encadeados e quadrilobos entrelaçados, e de enxaquetados. Retábulos de talha dourada do estilo nacional, com colunas salomónicas, concheados. Retábulo revivalista neogótico. Mirante num dos ângulos da igreja.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial nº 22

Capela de Nossa Senhora da Misericórdia / Capela de Nosso Senhor dos Passos Almendra Vila Nova de Foz Coa



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Arquitetura religiosa, maneirista e revivalista neogótica. Capela da Misericórdia quinhentista, de planta longitudinal composta por nave e capela-mor mais estreita, a que se adossa a primitiva Casa do Despacho, tendo, na igreja, coberturas interiores diferenciadas de madeira em masseira na nave e em falsa abóbada de berço na capela-mor, iluminada por janela em capialço rasgada na fachada lateral direita, no corpo da capela-mor. Fachada principal em empena truncada por sineira, rasgada por portal de volta perfeita com a moldura formada pelas aduelas do arco. Fachadas com cunhais apilastrados e rematadas em cornija. Interior com coro-alto e púlpito circular a meio da nave, com acesso pelo interior da parede, no lado do Evangelho. Retábulo-mor de talha em branco neogótica. Capela edificada na segunda metade do século 16, onde, de acordo com a denominação e os oragos, deve ter funcionado a extinta Misericórdia da paróquia de Almendra, sendo depois associada à Irmandade do Senhor dos Passos, sendo possível que a casa que se lhe adossa fosse a primitiva Casa do Despacho da mesma instituição.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial nº23

Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Peso da Régua



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Planta longitudinal de nave única, com duas capelas laterais semicirculares. Volumes escalonados com coberturas diferenciadas em telhados de duas águas na nave e meia cúpula nas capelas laterais e pequeno corpo do retábulo. Fachada principal terminada em empena, sobreposta por ampla cruz latina de cantaria, flanqueada por duas pequenas torrinhas e integrando atrás da empena torre quadrada, sobrelevada, coberta por cobertura de quatro águas seccionada e pintada de verde, coroada por cruz latina de cantaria.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Igreja e Provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Chaves



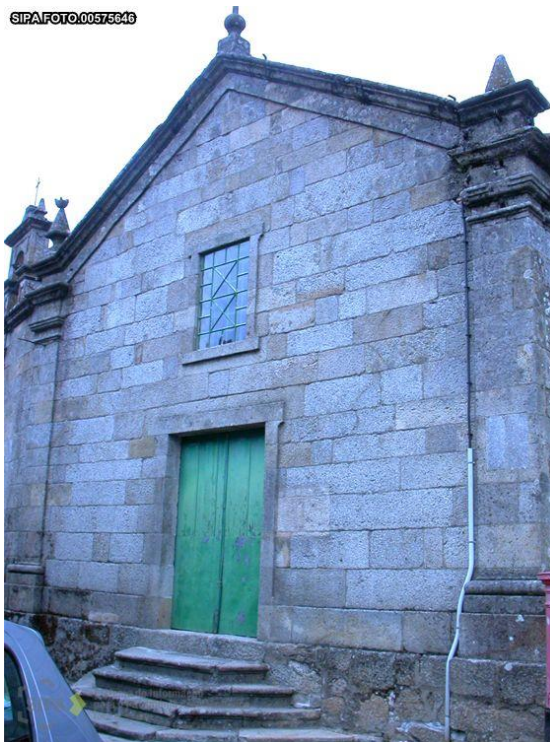
Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Arquitectura religiosa, barroca. Igreja da Misericórdia de planta longitudinal e nave única, com fachada principal em cantaria, organizada em 3 panos, separados por pilastras tendo fronteiro colunas torsas sobrepostas, e em 2 registos, separados por cornijas, e terminado em frontão com nicho integrando painel com *Mater Omnium*; três portais acedendo à galilé encimados por janelas de sacada. Interior revestido por painéis de azulejos figurativos, organizados em 2 níveis, coro-alto sobre a galilé, retábulo barroco de talha dourada e tecto de madeira pintada. Provedoria adossada à fachada lateral direita, de planta rectangular com pátio interior possuindo galeria com colunata e tectos de masseira. Na fachada principal realça-se o contraste entre a rica decoração da igreja, de linhas sinuosas, com tríplice pórtico, colunas salomónicas, enrolamentos de volutas e remates em coruchéu, e a linearidade e singeleza da fachada da Provedoria, apenas animada pela balaustrada da janela de sacada. Interior da igreja caracterizado pela exuberância decorativa resultante da combinação do retábulo e sanefas de talha dourada com o revestimento integral das paredes por valiosos painéis de azulejos figurativos e o amplo tecto de madeira pintada. A fachada posterior do edifício apresenta a particularidade de assentar e aproveitar o paramento externo da cerca urbana medieval.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Ficha Patrimonial nº25

Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre



Fonte: www.monumentos.gov.pt

“Arquitectura religiosa, maneirista e revivalista. Igreja de Misericórdia de planta longitudinal de nave única e presbitério, interiormente com tecto de madeira. Fachadas em cantaria aparente, a principal terminada em empena, rasgada por portal de verga recta e janela, e as laterais, terminadas em cornija, com porta travessa de ambos os lados. No interior apresenta coro-alto, púlpito no lado do Evangelho acedido por porta, duas capelas laterais, e dois retábulos colaterais ladeando o retábulo-mor, todos em talha policroma revivalista.”

Fonte: www.monumentos.gov.pt

Apêndice III: Contactos

Tabela 10. Contactos

Fonte: Elaboração própria (2017)

	Telefone	E-mail	
1. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro	279340501	Emanuel.campos@mogadouro.pt	turismo
2. Capela da Santa Casa da Misericórdia de Penas Róias	933967155	jose.moura@drapnorte.pt	comissão
3. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Castro Vicente	278481123	conventodebalsamao@gmail.com	clero secular
4. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro	273438260	scmmd.viceprovedor@gmail.com	vice-provedor
5. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Algoz	273569163	santacasaalgoz@gmail.com	provedor
6. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Santulhão	273579299	scmsantulhao@gmail.com	provedor
7. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé	279463412	stcasa.alfandega@hotmail.com	provedor
8. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor	278518070	provedor@misericordiavilaflores.com	provedor
9. Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Bragança	273322143	Santa-braganca@sapo.pt	provedor
10. Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela	278201030	provedor@scmm.pt	provedor
11. Capela do Senhor da Misericórdia, Chacim, Macedo de Cavaleiros	278426333	conventodebalsamao@gmail.com	clero secular
12. Edifício e Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Moncorvo	279200220	santacasamoncorvo@sapo.pt	provedor
13. Capela do Espírito Santo e Hospital Velho Moncorvo	279200220	santacasamoncorvo@sapo.pt	provedor
14. Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta	279653016	scmfec@sapo.pt	provedor
15. Capela da Santa Casa da Misericórdia de Murça	259518270	Mis.murca@hotmail.com	provedor

16. Capela da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real	259371475	provedoria@scmvr.pt	provedor
17. Capela da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, em Minhava	259371475	provedoria@scmvr.pt	provedor
18. Capela da Colegiada de Santa Ana / Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real	259371475	provedoria@scmvr.pt	provedor
19. Capela da Santa Casa da Misericórdia de Alijó	259959248	scmalijo@mail.telepac.pt	provedor
20. Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira	254489999	pe.filipepereira@hotmail.com	provedor
21. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Lamego	254612057	Scmlamego@scmlamego.com	provedor
22. Capela de Nossa Senhora da Misericórdia de Vila Nova de Foz Côa , Almendra	279718072	cspalmendra@hotmail.com	paróquia
23. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Peso da Régua	254313694	geral@scmpr.pt	provedor
24. Igreja e Provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Chaves	276321192	provedor@scmchaves.pt	provedor
25. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre	276512266	geral@misericordiamontalegre.pt	provedor